

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO, HISTÓRIA E
ARQUITETURA DA CIDADE, PGAU-CIDADE

**SÃO FRANCISCO DO SUL: O PATRIMÔNIO QUE SE
ESTABELECE E A PAISAGEM QUE SE CONSTRÓI**

VANESSA MARIA PEREIRA

FLORIANÓPOLIS

2007

VANESSA MARIA PEREIRA

**SÃO FRANCISCO DO SUL: O PATRIMÔNIO QUE SE
ESTABELECE E A PAISAGEM QUE SE CONSTRÓI**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, PGAU-CIDADE da UFSC como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Área de concentração em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Linha de Pesquisa em Urbanismo, cultura e história da cidade.

Orientador Prof. Dr. Arq-Urb Gilberto Sarkis Yunes.

FLORIANÓPOLIS

2007

A dissertação, intitulada **São Francisco do Sul: o patrimônio que se estabelece e a paisagem que se constrói**, de autoria de **Vanessa Maria Pereira**, foi submetida a processo de avaliação conduzido pela Banca Examinadora instituída pela Portaria nº 031/PGAU-Cidade/07, para a obtenção do título de Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, tendo sido aprovada sua versão final em 30 de novembro de 2007, em cumprimento às normas da Universidade Federal de Santa Catarina e do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, PGAU-CIDADE.

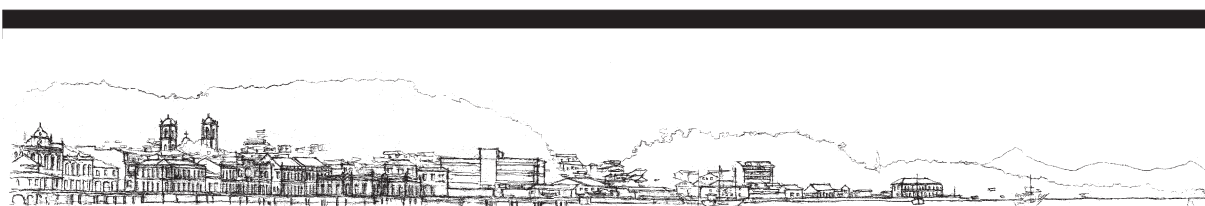
Prof. Dr. Gilberto Sarkis Yunes
Presidente

Profª. Drª. Gilcéia Pesce do Amaral e Silva
Membro- UFSC

Profª. Drª. Lisete Assen de Oliveira
Membro - UFSC

Profª. Drª. Maria da Conceição Alves de Guimaraens
Membro Externo- UFRJ

Profª. Drª. Gilcéia Pesce do Amaral e Silva
Coordenadora do PGAU- Cidade



São Francisco do Sul:
O patrimônio que se estabelece e a paisagem que se constrói

AGRADECIMENTOS

Para realizar este trabalho foi de grande importância a colaboração e a contribuição de muitos colegas de profissão, professores, família e amigos. Aos abaixo nomeados gostaria de manifestar meus sinceros agradecimentos.

Ao meu orientador Prof. Dr. Gilberto Sarkis Yunes por acreditar nas minhas indagações, por me auxiliar a encontrar um método pessoal de pesquisa e de trabalho, pelas leituras orientadas e principalmente pelo incentivo dado nos momentos mais difíceis deste percurso.

Às Professoras Dra. Gilcéia Pesce do Amaral e Silve e Dra. Lisete Assen de Oliveira pela dedicação com que trabalharam em prol de minha formação como arquiteta e urbanista, desde a graduação, pelas disciplinas ministradas no curso de mestrado, que me fizeram interessar pela questão da paisagem urbana. Assim como por suas valiosas contribuições na banca de qualificação desta dissertação.

Ao arquiteto e professor Dalmo Vieira Filho pela oportunidade a mim concedida de trabalhar com o patrimônio histórico nacional, dentro do IPHAN, e que fez despertar em mim a paixão por este tema.

Aos colegas da Superintendência Regional do IPHAN - SC, do Escritório Técnico do IPHAN em São Francisco do Sul e do Museu Nacional do Mar, pela colaboração dada na obtenção de dados, pelo apoio moral e institucional recebido e pela amizade.

À Prof. Dra. Thêmis Fagundes pelo suporte dado a minha carreira como docente, recorrentemente me apoiando e facilitando meu trabalho para que eu pudesse concluir minha dissertação.

Aos colegas de curso pelo apoio e incentivo, pelas leituras e contribuições conceituais, em especial ao arquiteto Marcelo Cabral Vaz pelas imagens cedidas.

Por fim, gostaria de agradecer aos familiares, amigos e pessoas especiais que sempre acreditaram no meu trabalho, me incentivaram, me cobraram frente a cada etapa que era necessário vencer.

RESUMO

O presente estudo relaciona a paisagem e o patrimônio do Centro Histórico de São Francisco do Sul, Santa Catarina, e tem por objetivo compreender a paisagem atual do lugar como resultante do processo de preservação desencadeado em 1981 com a preservação municipal e em 1987 com a federal. Para tanto, se pretende conhecer o patrimônio que se estabeleceu com o tombamento, as justificativas que permitiram a escolha deste como um exemplar da cultura nacional e os elementos que compõem a estrutura morfológica do lugar. O texto foi elaborado em três partes principais: a discussão dos conceitos paisagem e do patrimônio; a contextualização histórica da área; e os fatos que tornam o Centro Histórico de São Francisco do Sul digno de cuidados municipais e federais. Busca-se, assim, conhecer as variáveis morfológicas que são a base do conjunto e que caracterizam sua feição atual. A paisagem foi analisada sob duas escalas diferentes e complementares: a do todo grande conjunto e a do pequeno conjunto. Percebe-se que a escala do todo é a predominante nas preocupações quanto à preservação, e que existe um ponto fixo de observação da imagem/paisagem do conjunto nesta escala, considerada *clássica*, a partir do mar. O desenho da poligonal de tombamento, em razão de suas características formais, parece ratificar esta imagem. Assim, os elementos estruturais que não têm relação direta com a paisagem tornam-se menos relevantes para a preservação do bem tombado. Os considerados como os mais importantes para o conjunto são aqueles que têm participação direta na chamada fachada marítima da cidade e que são possíveis de serem apreciados à distância, os estruturadores do tecido urbano. Assim, os elementos da linguagem arquitetônica, perceptíveis na escala do pequeno conjunto edificado, não o são na configuração da paisagem. O efeito do tombamento se manifesta sobre a escala do todo, sendo possível compreender que, de acordo com o que se pretendia conservar em São Francisco do Sul, as ações empreendidas pelos órgãos de preservação, IPHAN e Prefeitura Municipal, cumprem com propriedade o papel que lhes foi atribuído. O que se mostra necessário rever são os conceitos que justificam o tombamento e que definem as ações que se efetivam sobre o que deve ser preservado. Conclui-se que o patrimônio que se estabelece determina a paisagem que se constrói.

Palavras-chave: Patrimônio, paisagem cultural, São Francisco do Sul, poligonais de tombamento.

ABSTRACT

This paper establishes the relationship between the landscape of the city of São Francisco do Sul, Santa Catarina, Brazil, and the city architectural heritage, located in the historical downtown. It aims to study the resulting transformation on its present landscape, regarding the management of the historical preservation process that has been taking place since 1981, stressing its relationship with the municipal preservation planning strategy and, from 1987, with the federal one. In order to achieve this goal, we study the heritage set that was established under the governmental protection's law, as well as the reasons that made this set an example of Brazilian culture, and the elements that compose its morphological structure, as an historical place. This dissertation is structured in three main parts: the first presents the concepts concerning landscape and heritage; the second draws the historical context; and the third discusses the facts that legitimate the municipal and federal planning management of this historical place. It aims to find out the main morphological characteristics that contribute to compose the urban form of this particular historical place at present time. The landscape is analyzed considering two different and complementary scales of perception: the first one deals with the totality - *large scale set* - and the second one deals with the *small scale set*. It is noticed that the *large scale set* is the predominant in relation with the site preservation. There is a fix point of observation of the image/landscape set within this scale, which is considered a *classical* view from the sea. The specific shape of the preservation polygonal line, due to its formal characteristics, seems to reinforce this view point. Hence, the structural elements that are not directly concerned to the landscape seems less relevant to the preservation management of the place under governmental trust. The elements that are considered more relevant are those that strongly participate of the sea frontispiece, and that can be appreciated from a far distance, which compose the *large scale set*. These are also the elements that structure the urban form. Therefore, the architectural elements, which are very important to the *small scale set*, are not so important in the landscape configuration. The consequences of the governmental trust policies over the landscape are more visible within the *large scale set*. As a result, it can be said that the government preservation policies, from IPHAN as well as the City Hall of São Francisco do Sul, are effectively serving their purpose. It seems that it would be important to review the concepts that justify putting a place under government trust and how we draw the guidelines that define the policies and the actions over what it is really important to be preserved. It is possible to conclude that the established heritage plays an important role in the built landscape.

Key words: Heritage, cultural landscape, São Francisco do Sul, protection lines.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO 01:	
1 PAISAGEM E PATRIMÔNIO	08
1.1 <i>Paisagem e Patrimônio no Brasil</i>	18
1.1.1 A institucionalização da Proteção	19
1.1.2 A preservação de Centros Históricos	26
CAPÍTULO 02:	
2 O PATRIMÔNIO QUE SE ESTABELECE	31
2.1 <i>São Francisco do Sul: Contextualização Histórica</i>	33
2.1.1 A atividade portuária e sua relação com a cidade	37
2.2 <i>O tombamento de São Francisco do Sul</i>	42
CAPÍTULO 03:	
3 A PAISAGEM QUE SE CONSTRÓI	50
3.1 <i>A definição do território</i>	53
3.2 <i>Traçados estabelecidos</i>	58
3.3 <i>Dinâmica do tecido</i>	65
3.3.1 O tecido urbano e as percepções na escala do pedestre	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95
OBRAS CONSULTADAS	99
APÊNDICE - Quadro de datas.....	101
ANEXO A - Caderno de documentos nº02 - Estudos de Tombamento	102
ANEXO B - Carta de Bagé	128

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIDASC	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
DPHAN	Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
ETEC SFS	Escritório Técnico de São Francisco do Sul
FNpM	Fundação Nacional pró-Memória
IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPHAÉ	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - Rio Grande do Sul
IPHAN	Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
PCH	Programa de Reconstrução de Cidades Históricas
PHSFS	Patrimônio Histórico de São Francisco do Sul
SFS	São Francisco do Sul
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Mapa do Estado de Santa Catarina	32
FIGURA 02: Foto de satélite da cidade de São Francisco do Sul	32
FIGURA 03: Mapa do município de São Francisco do Sul, com demarcação das principais vias de conexão com municípios vizinho e das vias internas.....	33
FIGURA 04: Localização dos Morros da área central da Ilha.....	34
FIGURA 05: Planta atual do Centro Histórico com destaque para a localização do Antigo Porto e da Igreja	35
FIGURA 06: Vista panorâmica de São Francisco do Sul, de autoria do pintor italiano Bázilio Ferrari, datada de 1911.....	37
FIGURA 07: Vista Parcial de São Francisco do Sul - início do século XX.....	39
FIGURA 08: Vista Parcial de São Francisco do Sul - meados do século XX.....	40
FIGURA 09: Vista atual do Centro de São Francisco do Sul: à direita o Centro Histórico e à esquerda a região do novo Porto.....	40
FIGURA 10: Vista atual do Centro Histórico a partir do Morro da Rádio.....	41
FIGURA 11: Vista atual do Centro Histórico a partir do Morro da Rádio.....	41
FIGURA 12: Poligonal de tombamento do Centro Histórico de São Francisco do Sul traçada pelo IPHAN.....	45
FIGURA 13: Croqui da proposta de qualificação urbana no IPHAN para São Francisco do Sul.....	47
FIGURA 14: Foto-montagem de São Francisco do Sul, retratando a fachada marítima do centro Histórico	47
FIGURA 15: Vista da Rua Fernandes Dias em direção ao Porto	48
FIGURA 16: Vista da Rua Rafael Pardiniho	48

FIGURA 17: Croqui da ocupação inicial de São Francisco do Sul 1850, destacada com um círculo vermelho a localização da igreja.....	54
FIGURA 18: Vista aérea do Centro Histórico de São Francisco do Sul.....	54
FIGURA 19: Ocupação do núcleo em 1850.....	56
FIGURA 20: Ocupação do núcleo aproximadamente no ano de 1900	57
FIGURA 21: Ocupação do núcleo, aproximadamente no ano de 1950	57
FIGURA 22: O traçado dos caminhos para o interior da Ilha de São Francisco do Sul em 1750.	58
FIGURA 23: Expansão dos caminhos em direção ao interior da Ilha em 1950.....	59
FIGURA 24: Expansão dos caminhos em direção ao interior da Ilha em 1980.....	59
FIGURA 25: Croqui com os principais eixos de circulação, baseado no mapa de evolução urbana de 1850.....	60
FIGURA 26: Croqui com os principais eixos de circulação, baseado no mapa de evolução urbana de 1900.	61
FIGURA 27: Caminhos em direção ao interior da Ilha com a demarcação da linha ferroviária e com os principais trajetos das linhas de transporte coletivo atuais	62
FIGURA 28: Mapa de São Francisco do Sul com a demarcação e nomeação das ruas atuais.....	63
FIGURA 29: Croqui do macro parcelamento com especificação de uso por quadras.....	64
FIGURA 30: Croqui do macro-parcelamento.....	66
FIGURA 31: Estrutura de parcelamento do solo.....	67
FIGURA 32: Mapa de cheios e vazios - análise da ocupação do solo	69

FIGURA 33: Mapa de delimitação das áreas para o estudo da <i>paisagem clássica</i> de São Francisco do Sul.....	70
FIGURA 34: Croqui do <i>frontispício</i> do Centro Histórico, evidenciando o primeiro plano	71
FIGURA 35: Croqui da fachada marítima de São Francisco do Sul	72
FIGURA 36: Gráfico da relação entre vedações e aberturas do plano vertical fachada do <i>frontispício</i> de São Francisco do Sul	72
FIGURA 37: Gráfico da relação entre vedações e aberturas, e simetria de composição do plano vertical das edificações do <i>frontispício</i>	72
FIGURA 38: Mapa de São Francisco do Sul com níveis de proteção das edificações.....	73
FIGURA 39: Foto atual da fachada marítima do Centro Histórico.....	75
FIGURA 40: Vista aérea de São Francisco do Sul	76
FIGURA 41: Croqui do frontispício do Centro Histórico, evidenciando o segundo plano .	76
FIGURA 42: Croqui do frontispício do Centro Histórico, evidenciando o terceiro plano.....	77
FIGURA 43: Foto da esquina das ruas Fernandes Dias e Rafael Pardini - área 04.	78
FIGURA 44: Antigo sobrado luso-brasileiro do início do século XIX demolido para a construção de uma residência na década de 1970.....	80
FIGURA 45: Vista da residência edificada na década de 1970 no lugar do sobrado da imagem 38.	80
FIGURA 46: Casa luso-brasileira, cuja construção remete aproximadamente a 1850, na esquina da Rua Reinaldo Tavares com Praça Getúlio Vargas.....	81
FIGURA 47: Agência da Caixa Econômica Federal.....	81
FIGURA 48: Vista da Rua Fernandes Dias a partir da Rua Babitonga	83

FIGURA49: Feição original do sobrado edificado, no início do século XIX, junto a Praça Getúlio Vargas, esquina da Rua Lages com a Rua Reinaldo Tavares....	84
FIGURA 50: Foto atual do sobrado edificado junto a Praça Getúlio Vargas, esquina da Rua Lages com a Rua Reinaldo Tavares, após a reforma da década de 1970.	85
FIGURA51: Vista da Rua Babitonga	86
FIGURA 52: Foto atual do tradicional Bar do Bolacha reformado em 2006 para tomar feições ecléticas.	87
FIGURA53: Agência do Banco do Brasil edificada antes do tombamento.....	87
FIGURA54: Prédio comercial reformado antes do tombamento.....	87

INTRODUÇÃO

O interesse em estudar o patrimônio histórico nacional foi um dos motivos que me fez escolher a arquitetura como profissão. No ano de 2003, ainda como acadêmica de arquitetura, recebi um convite do então Superintendente da 11ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e professor da Universidade Federal de Santa Catarina, Dalmo Vieira Filho, para trabalhar numa pesquisa que vinha sendo realizada pelo IPHAN há mais de vinte anos, sobre os imigrantes europeus em Santa Catarina.

Prontamente atendi ao convite e passei a trabalhar nesta instituição, estudando as cidades, arquiteturas, tradições e culturas européias, que há séculos vêm constituindo a paisagem catarinense.

Reconhecer cada canto do Estado, as culturas e formas de expressão de cada povo me fez compreender que Santa Catarina era um grande mosaico cultural. Este mosaico tinha suas peças tão bem encaixadas que a mistura de tradições conseguia fazer que suas arquiteturas, suas paisagens e suas cidades se tornassem singulares, nas quais eram perceptíveis a importância e a contribuição de cada cultura.

Um ano mais tarde, em 2004, fui convidada a assumir a chefia do Escritório Técnico do IPHAN em São Francisco do Sul, cidade litorânea, fundada por bandeirantes no século XVII, tombada como patrimônio nacional no ano de 1987. Tratava-se da cidade mais antiga do Estado, cujos processos de desenvolvimento urbano estavam intimamente ligados ao mar e às atividades portuárias.

O trabalho em São Francisco do Sul me fez compreender que as influências das diversas culturas existentes no Estado extrapolavam os limites físicos das mais tradicionais cidades de colonização européia, como Blumenau, Pomerode, Joinville, Urussanga, entre outras. Por ser uma cidade portuária, São Francisco do Sul transformou-se numa das portas de entrada do Estado, recebendo imigrantes e influências culturais das mais variadas partes do mundo. A cultura portuária é ainda muito forte na cidade e muito presente em sua paisagem.

Todavia, embora carregada de história e com fortes expressões dos diferentes períodos socioeconômicos pelos quais havia passado, São Francisco do Sul parecia não conseguir lidar com a sua atual condição histórica. Quase vinte anos após o tombamento, a partir

da experiência profissional dentro do IPHAN, pude perceber que grande parte dos moradores que procuravam a instituição não conseguiam compreender o que significava ter a região central, mais antiga, de sua cidade preservada. A preservação era vista quase como um castigo, o simples fato de morador ter que procurar a instituição era encarado por eles como um pesar, e isto sempre fôra exposto claramente pela população aos representantes da instituição. Os poucos moradores que viam o tombamento como uma forma de preservar sua história, não sabiam efetivamente como se processava esta preservação, o que implicava ter o Centro Histórico tombado como um bem histórico e paisagístico, como a sua casa e/ou o seu comércio participava dessa história ou dessa paisagem.

Neste período em que em que trabalhei no Escritório Técnico do IPHAN, pude acompanhar o processo de crescimento econômico, com a instalação de grandes indústrias na cidade, assim, o porto ampliava rapidamente suas atividades, modernizando-se e exigindo da cidade mudanças estruturais. Dentre essas mudanças estava a necessidade da constituição de áreas de suporte e serviços prestados às atividades portuárias.

A proximidade do Centro Histórico e a já existente infra-estrutura faziam deste uma área ideal para a implantação de equipamentos necessários ao funcionamento do porto, todavia o processo de substituição de tecidos urbanos em São Francisco do Sul estava limitado, de certa maneira, pelo tombamento, ou seja, a cidade não poderia se desenvolver como uma cidade qualquer. Afinal, o conjunto urbano do seu Centro Histórico estava sob proteção federal e deveria ser preservado.

Como responsável técnico por esta preservação em São Francisco do Sul, me deparei diversas vezes com situações nas quais os moradores e usuários da região não compreendiam a real relevância da preservação, ou o que esta significava para a cidade.

Constantemente eram apresentados projetos de reformas e de novas arquiteturas, que preenchiam os vazios existentes no tecido urbano, todavia havia uma questão levantada pelos autores dos projetos e até mesmo pelos próprios técnicos responsáveis pelas aprovações destes: quais devem ser os critérios para a elaboração destes projetos? Quais seriam os padrões recomendados? Volumetria, linguagem, taxas de ocupação, gabarito?

Mais do que uma pergunta que buscava uma resposta técnica, relativa a tipologias construtivas e linguagens arquitetônicas, que poderiam, eventualmente, ser encontradas em manuais, cartas de recomendação e resoluções internacionais, tratava-se de uma pergunta que

remetia a reflexões mais profundas. Reflexões sobre o real significado patrimonial daquele lugar, sobre a dinâmica socioeconômica e cultural que, até 1987, decidia sobre a paisagem que se construía, mas que, naquele momento, era regulada por agentes externos. O que se pode ou não construir, o que se deve ou não preservar, são questões envolvidas neste processo que influenciaram diretamente a constituição da paisagem da São Francisco do Sul de hoje.

O ato do tombamento, embora muitas vezes seja externo à comunidade envolvida, não é uma ação gratuita. Para que seja tombado um monumento ou um conjunto é preciso que estes tenham alguma relevância para a cidade, estado ou país. Dessa maneira, não se pretende aqui desqualificar a ação de tombamento, em defesa da preservação da dinâmica urbana descomprometida de seu passado e de sua história.

Por esta razão, este estudo tem por objetivo discorrer sobre o patrimônio que, em 1987, foi foco de uma ação de tombamento, explicar quais as justificativas que permitiram a escolha deste como um exemplar da cultura nacional a ser preservado, bem como conhecer os elementos que compõem a estrutura deste lugar, a fim de verificar sobre quais desses elementos a preservação se efetiva e, dessa maneira, compreender o resultado atual de sua paisagem urbana.

Assim sendo, versar sobre o patrimônio que se estabelece e a paisagem que se constrói, busca fazer um paralelo entre o processo de preservação do patrimônio visto, em determinado período, como relevante à história nacional e a sua dinâmica atual de transformação paisagística.

A metodologia de trabalho utilizada para o desenvolvimento da presente pesquisa baseou-se na análise aprofundada dos estudos para a instrução do tombamento federal. Foi a partir deste documento que foi possível conhecer o que foi considerado relevante para o patrimônio nacional que culminou, em 1987, com o tombamento do Centro Histórico de São Francisco do Sul.

Os questionamentos levantados no período que atuava profissionalmente no Escritório Técnico do IPHAN em São Francisco do Sul são, em parte, respondidos por este documento, já que nele consta o que realmente era importante preservar no conjunto e quais flexibilidades poderiam ser permitidas.

A constatação da predileção pela preservação de uma determinada área, claramente definida nos estudos, a fachada marítima do conjunto do Centro Histórico, permitiu compreender que existia um foco na ação de tombamento, ou seja, que se estabelecia o patrimônio a ser

preservado.

Nas pesquisas que se seguiram em bibliografias existentes sobre a cidade de São Francisco do Sul, seu patrimônio e seu Centro Histórico, percebeu-se o estabelecimento de uma imagem característica daquele lugar, baseada na fachada marítima, o que tinha, em 1987, se estabelecido como o patrimônio a ser preservado era a imagem que se reproduzia do Centro Histórico de São Francisco do Sul. Esta imagem partia, recorrentemente, de um mesmo ponto de observação localizado na Baía da Babitonga. Por essa razão, a imagem da fachada marítima foi estabelecido, a imagem que se reproduz é descrita e interpretada e passa a ser tratada como “paisagem clássica”, termo consagrado por mim para este estudo específico.

A instruções de tombamento foram realizadas a pedido IPHAN, e faziam parte de uma nova postura do órgão frente à preservação. Dessa forma, foi extremamente necessário conhecer a trajetória da preservação do patrimônio no Brasil e no mundo, para poder compreender o porquê de São Francisco do Sul, fundada em 1658, ter sido reconhecida como patrimônio nacional somente em 1987, 50 anos após a criação do Decreto Lei 25/1937, que institui a criação do IPHAN e estabelece a legislação em relação à preservação do patrimônio histórico cultural no Brasil.

A história do IPHAN que, ao longo dos anos tinha passado pelas mais divergentes condições políticas que assolaram o Brasil desde 1937 e que acarretaram grandes mudanças no foco de trabalho da instituição, precisava ser conhecida para que as razões que levaram ao tombamento do Centro Histórico de São Francisco do Sul pudessem ser compreendidas.

A partir do momento em que se conhecia o que se pretendia tomar e porque esse tombamento se justificava na instância nacional, foi preciso reconhecer como os elementos tombados contribuíam na paisagem construída desde então, ou seja, como a ação do tombamento colaborou para a consolidação da paisagem atual do Centro Histórico.

Para isso, foi adotada uma metodologia de análise morfológica do espaço: sítio, traçado, tecido, parcelamento do solo, relação cheios e vazios e análise de planos verticais. Essa metodologia busca, através de mapas, croquis e fotografias, espacializar as informações obtidas nos textos históricos e atuais sobre desenho urbano de São Francisco do Sul, bem como cruzar estas informações com dados atuais existentes na Prefeitura e no Escritório Técnico do IPHAN, para possibilitar a análise de quais elementos morfológicos se mantinham ou se ausentava da paisagem preservada.

Com base nessa linha de raciocínio desenvolvida ao longo dos dois anos dedicados a elaboração dessa dissertação de mestrado, os assuntos anteriormente colocados foram organizados em três partes principais, seguidas de um capítulo destinado às considerações finais resultantes das questões abordadas ao longo de todo o estudo.

A primeira parte traz a fundamentação teórica do trabalho e aborda o conceito de patrimônio histórico e paisagem, que servem de base para toda a discussão a ser travada posteriormente. Nesta etapa busca-se recuperar o termo “paisagem” ao longo da história, deixando claro sob que ponto de vista e sob que aspectos a paisagem é abordada.

Entre os principais autores estudados para a definição do conceito de paisagem estão Leonardo Benévolo, que traz algumas breves reflexões sobre a importância das paisagens na formação histórica das cidades, e Vittorio Gregotti que, além de debater questões conceituais sobre a paisagem, analisa-a sob o ponto de vista das suas diferentes escalas de percepção e trabalho.

O conceito de patrimônio e suas evoluções ao longo da história também são tratados nesta parte do trabalho. Alguns autores clássicos das questões patrimoniais, como Viollet-Le-Duc, John Ruskin e Camillo Boito, são debatidos à luz do que suas contribuições possam elucidar as questões abordadas neste estudo. Isto significa que as proposições destes autores não são minuciosamente estudadas, todavia os aspectos mais relevantes destas, que influenciaram uma série de documentos e conceitos mais modernos explicitados nas questões abordadas, serão recuperados e debatidos.

Entre os documentos estudados destacam-se a Carta de Veneza, de 1964, e as resoluções e recomendações da UNESCO, definidas no “World Heritage Convention”, em 1992. Tais documentos trazem para o debate os conceitos de patrimônio e paisagem como complementares e indissociáveis.

Aproximando a parte conceitual mais teórica para a realidade do objeto de estudo, foi feito um apanhado geral sobre a história da preservação no Brasil e suas instituições, com base numa série de legislações específicas e textos bastante atuais de autores como Maria Cecília Londres Fonseca e Ceça Guimaraens. Esta revisão bibliográfica tem por objetivo específico conhecer o contexto nacional das ações de preservação, no qual se encaixa o tombamento de São Francisco do Sul, bem como de que forma foi definida a poligonal de tombamento responsável pela delimitação física da área a ser preservada.

O segundo capítulo parte da definição do que foi considerado pertinente no ponto de vista da preservação, buscando contextualizar historicamente São Francisco do Sul e trazer de maneira breve os principais fatos que contribuíram para a formação do núcleo urbano da cidade. Exploram-se também, neste capítulo, as relações da cidade com a sua condição portuária, ou seja, de que maneira o porto se faz presente nesta história, tanto no passado quanto no presente.

Para a elaboração deste panorama histórico foram considerados alguns documentos elaborados na ocasião do estudo para o tombamento da cidade, existentes nos arquivos do IPHAN, Escritório Técnico de São Francisco do Sul e 11ª Superintendência Regional em Florianópolis, bem como o Guia de Bens Tombados de Santa Catarina, de Alcídio Mafra de Souza.

O encerramento deste capítulo traz dados sobre o processo de tombamento de São Francisco do Sul, referenciando trechos do dossiê elaborado para o IPHAN, com a finalidade de se definir a área a ser tombada. A partir deste capítulo inicia-se a explanação sobre os motivos que levaram ao tombamento da cidade. É importante destacar que, seguindo o estudo do dossiê de tombamento é realizada uma análise sobre a forma como a bibliografia atual existente sobre São Francisco do Sul, aborda a questão de seu patrimônio tombado, destacando-se o acervo iconográfico existente nesta literatura.

Para tanto, foram utilizados três livros: São Francisco do Sul: muito além da viagem de Gonville, de Anelise Nacke, Maria José Reis e Silvio Coelhos dos Santos; São Francisco do Sul - Construções Históricas, do Instituto Binot Paulmier de Gonville; e o volume II dos Cadernos Técnicos do Programa Monumenta dedicado aos Sítios Históricos e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais do Sul e Sudeste.

No terceiro capítulo busca-se conhecer as variáveis morfológicas que estruturam e dão suporte para a paisagem de São Francisco do Sul, e também as relações entre estas variáveis, de modo a tentar compreender a participação de cada uma delas na caracterização desta paisagem. A leitura do espaço urbano, dos elementos de composição da chamada “arquitetura da cidade” e de suas paisagens constituídas é um tema abordado por diversos autores, alguns muito considerados na literatura arquitetônica, como Kevin Lynch, Aldo Rossi e a dupla Trieb e Schmidt, traduzidos para o português pela arquiteta Maria Elaine Kohlsdorf. Para a realização das análises pretendidas para o capítulo III, foram utilizados alguns dos conceitos elaborados por estes autores.

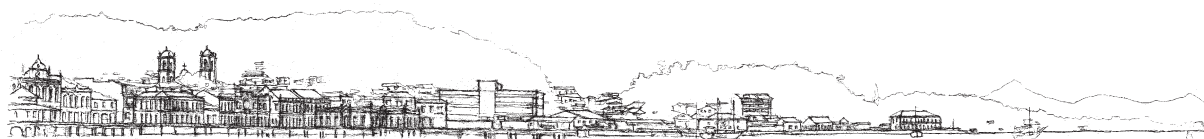
Com este foco, busca-se abordar a paisagem que se constrói, por meio de estudos realizados sobre a forma de ocupação do território, o estabelecimento dos traçados e a dinâmica do tecido urbano e de seus percursos e fluxos. A partir da análise das relações entre os elementos, citados passou-se a verificar qual a contribuição destes na paisagem de São Francisco do Sul.

Assim, embora tenham sido realizadas as análises destas paisagens em duas escalas distintas, isto se procedeu apenas como forma de facilitar o estudo, sendo que as mesmas são estudadas paralelamente. A primeira escala abordou a questão da paisagem do conjunto. Nesta etapa, a área do Centro Histórico foi dividida em quatro trechos de acordo com a participação ou omissão dos mesmos na paisagem tombada. Na segunda etapa o foco se dá na escala do pedestre, abordando elementos de constituição da paisagem que não foram perceptíveis na escala do conjunto. Vale salientar que a inter-relação dos elementos estruturadores da paisagem permeiam as análises realizadas nas duas escalas trabalhadas.

A partir dos três diferentes momentos: reconhecimento do tema, reconhecimento do objeto, levantamento e análises do objeto, foram elaboradas algumas considerações sobre o debate. É importante destacar que estas considerações tiveram como base os dados técnicos levantados ao longo da pesquisa, bem como algumas hipóteses prévias sobre o patrimônio em São Francisco do Sul, que foram verificadas ao longo do estudo.

Por fim, são elaborados alguns questionamentos conceituais que visam introduzir o debate sobre o patrimônio de São Francisco do Sul, após seus vinte anos de tombamento, para que o mesmo possa ser repensado à luz de uma discussão profunda, sobre o significado patrimonial daquele lugar.

CAPÍTULO 01



PAISAGEM E PATRIMÔNIO

CAPÍTULO 01:

PAISAGEM E PATRIMÔNIO

O termo paisagem pode ser considerado um conceito bastante antigo, que preocupa arquitetos e planejadores urbanos desde a construção das cidades da antiguidade clássica. Benévolo (1972), analisando a arquitetura grega relata que a cidade, ou a acrópole, para os gregos, é considerada parte de uma paisagem infinita, dentro da qual os edifícios eram implantados livremente, tendo em conta as preexistências naturais e construídas, a natureza é parte do cenário urbano envolvente (1972, p.31).

Já no período helenístico, no qual a “conquista macedônica não é apenas um acontecimento militar, mas origina a paragem da evolução social da *polis* e a dispersão daquela parte dos valores que está associada aos princípios democráticos” (BENÉVOLO, 1972, p.35), as relações entre a arquitetura e o cenário natural que eram extremamente livres, são profundamente alteradas:

De um modo esquemático, pode-se dizer que as obras arquitectónicas adquirem um carácter paisagístico deixam de ser blocos opostos à paisagem, mas passam quase a fazer parte da própria paisagem e a natureza, por seu lado, é apresentada de uma maneira artificial, fixada num determinado plano, tal como num quadro ou num cenário pintado (BENÉVOLO, 1972, p. 44)

Benévolo pondera de maneira bastante sintética sobre duas formas diferentes do homem agir sobre o sítio existente, adaptando-se a ele ou adaptando-o as suas necessidades e vontades. Comparando dois períodos históricos responsáveis pela construção de diversas cidades correspondentes à base dos valores estéticos e artísticos da sociedade ocidental, o autor ressalta o importante processo pelo qual a questão da paisagem é abordada na construção das cidades, estando sempre atrelada às condições do sítio existente e à forma com que o homem opera neste local.

Para Assunto¹, citada por Gregotti (1975, p.65) a percepção que se tem da paisagem é sempre historicamente construída. Mesmo que as paisagens ainda não tenham sofrido ações

1 - ASSUNTO, Rosário. Introduzione allá critica del paesaggio. In: **Do Homine**, n. 5-6, 1962, Universidade de Urbino.

antrópicas, sua mera escolha enquanto um objeto a ser admirado já as torna resultado de um filtro deste olhar:

Uma primeira distinção faz-se, a esta altura, necessário: a distinção entre as paisagens cuja existência material é resultado de um processo operativo humano e, ao mesmo tempo, de seu ser estético, e as paisagens cuja existência estética resulta não só de um processo produtivo, mas daquilo que se poderia chamar de outorga de sentido com relação ao qual sua existência material era preexistente: resultado de uma descoberta como se costuma dizer, graças a qual se convertem em objetos estético os que antes eram pura e simplesmente coisas da natureza. (ASSUNTO *apud* GREGOTTI, 1975, p.65)

Este trecho é bastante ilustrativo quando se estuda uma ocupação territorial ocorrida em uma determinada paisagem selecionada para acolher uma ocupação urbana. Ou seja, a *descoberta* de um lugar onde se pretende localizar uma nova ocupação urbana, jamais é fruto exclusivamente do acaso. As características do sítio escolhido são as primeiras diretrizes da forma de ocupação do território que, em geral, segue alguma normatização ou recomendação de assentamento, especialmente nas cidades coloniais. A proximidade com o mar, com fontes de água doce, a direção dos ventos, a insolação, a qualidade do solo, são alguns dos fatores mais determinantes da forma de ocupação de determinado sítio e muitas vezes são estes elementos que servem de base para a definição de normas de ocupação.

Ao colocar que as paisagens, já tendo ou não sofrido as ações do homem, são observadas sempre sob um olhar historicamente construído, os leitores do citado trabalho de Gregotti podem elaborar uma outra questão: se a história que constrói este olhar é comum a determinado grupo, não existiria também uma homogeneidade na forma de observar esta paisagem? Existiria então apenas um ponto a partir do qual esta deva ser observada?

Mas é o próprio Gregotti que nos primeiros parágrafos do capítulo “A Forma do Território”² salienta a importância de se observar as escalas da paisagem para que sua compreensão seja a mais completa possível. Para o autor, a atividade dos arquitetos urbanistas se dá sempre sobre conjuntos ambientais, paisagísticos, independente da escala dimensional trabalhada. A relação entre a escala geográfica, de grandes conjuntos, ou a escala mais localizada, de pequenos conjuntos, é sempre dialética e complementar, como esclarece Gregotti :

2 - GREGOTTI, V. **Território da arquitetura**. São Paulo: Perspectiva: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

Empregamos aqui a noção de paisagem em concordância com uma ambigüidade de significado perfeitamente calculada, pois ainda que tratemos essencialmente da dimensão da paisagem em grande escala geográfica, este tratamento será apenas um dos possíveis exemplos de nossa idéia de paisagem como conjunto; um exemplo particularmente significativo e pleno de uma modalidade talvez nova de conduzir o discurso em torno ao problema da estrutura formal, em arquitetura, a todas as escalas dimensionais. (1975, p. 62)

O que fica claro, então, é que embora se opte por trabalhar em apenas uma escala de observação da paisagem, a partir de uma distância específica, ou de um ponto fixo, este é apenas um dos possíveis recortes desta paisagem, pois são nas diferentes escalas observadas que se constituem os mais variados olhares sobre a cidade e sobre a arquitetura, e que gera leituras diversas do espaço urbano.

A forma como a escala é abordada e trabalhada nos estudos urbanos é essencial tanto para a compreensão da paisagem, quanto para diversas outras questões que envolvem o estudo das cidades. Entre estas questões, pode-se destacar o significado patrimonial de cada lugar que, dependendo da escala adotada, pode enveredar-se pelas mais diferentes análises.

As diferentes escalas de observação e estudo da paisagem são geradas a partir da distância de cada ponto de observação do conjunto, ou lugares de interesse. Esta distância é bastante relevante uma vez que os aspectos dimensionais - grandes e pequenos conjuntos, ou até mesmo elementos isolados configuram-se como diferentes elementos de estudo na cidade.

Para a preservação patrimonial, essa aproximação e/ou afastamento do ponto de observação e a consequente abrangência do olhar é fundamental para o desenvolvimento de conceitos e teorias sobre a importância da preservação e sobre o que deve ou não ser preservado.. É justamente a noção da escala de abordagem a responsável pela maior alteração no conceito de *patrimônio* em toda a história da preservação.

Esta grande transformação no conceito de patrimônio diz respeito ao fato que, durante muitas décadas, focou-se na escala dos monumentos, ou seja, dos edifícios isolados, e devido a uma série de fatores históricos e sociais, passa por uma considerável revisão no século XX, abarcando, a partir de então, os conjuntos urbanos e ambientais, mudando a escala de observação do patrimônio.

Desta maneira, a modificação na forma de trabalhar com as questões patrimoniais é bastante recente. A noção de Patrimônio Histórico, tal como se concebe atualmente, foi se definindo, principalmente, em razão de um conjunto de situações pelas quais a Europa passou no

século XVIII, que foram: o desenvolvimento do pensamento Iluminista, a Revolução Francesa, mas principalmente, a Revolução Industrial. Estes fatores contribuíram para o fortalecimento de uma série de nações, que viam na preservação do patrimônio uma forma de buscar sua identidade nacional. Para Fonseca (2005, p. 51) o patrimônio se constitui como uma marca do “tempo no passado”, e afirma que somente no final do século XVIII, quando “o Estado assumiu, em nome do interesse público, a proteção legal de determinados bens a que foi atribuída a capacidade de simbolizarem a nação, que se definiu o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional.” (2005, p. 51)

A compreensão do que a Revolução Industrial significou para a preservação é bastante relevante, uma vez que esta desenvolveu técnicas construtivas, incrementou os transportes e permitiu uma série de avanços nos mais variados meios de produção, apresentando à humanidade alternativas e velocidades até então nunca experimentadas. A Revolução desencadeou um processo massivo de alteração das paisagens, principalmente as urbanas, causando uma ruptura no modo de produzir, de viver.

Essas alterações urbanas são provocadas por um processo que incentiva que se instale nas cidades, pela disponibilidade de habitação para seus trabalhadores e as facilidades de abastecimento, as grandes indústrias. Dessa forma, a cidade passa a ter uma série de *problemas urbanos* em decorrência das altas concentrações populacionais que lá passam a habitar, tornando-se insalubres e congestionadas.

A Revolução Industrial permite uma aceleração nos processo de remodelação urbana, com a finalidade de *solucionar* os problemas por ela mesma ocasionados, tais como demolições de áreas, ditas insalubres, bem como abertura de vias. Nesse momento, a noção de ruptura entre o passado e o presente torna-se muito forte. Ruptura esta que até então não era sentida pela lenta velocidade das transformações que assolavam as cidades. Sendo assim, um forte sentimento de proteção a edifícios e ambientes históricos inicia-se na Europa.

Foi, a partir de então, com as grandes transformações sociais e econômicas ocorridas na Europa, que se passou a ter uma relação diferenciada com o que foi identificado como sendo patrimônio de determinado lugar ou povo, ou seja, algo que representa uma cultura que, embora superada, deve manter seus símbolos, sua história.

Diante de um mundo que cada vez mais se encaminhava para a industrialização, a padronização e a repetição, as obras do passado passam a ser vistas como algo único, que

individualizavam os povos, uma vez que estão muito ligadas às histórias dos lugares.

A cultura, que até o séc. XIX alterava de forma constante a paisagem, passou a ser controlada em suas ações. A partir do momento em que a sociedade começou a ver a sua história como parte do passado, com o risco iminente da perda dos *monumentos* e *reliquias*, o debate acerca da preservação se intensificou.

Diversos estudos teóricos elaborados por arquitetos, artistas e estudiosos como Eugène Emmanuel Viollet-Le-Duc, John Ruskin, Camillo Boito, Camillo Sitte, Cesare Brandi, Giulio Carlo Argan, entre outros, desenvolvem conceitos durante os séculos XIX e XX que levaram ao desenvolvimento de normas e documentos de recomendações vigentes até os dias atuais, no que diz respeito à preservação do patrimônio.

No século XIX, embora os debates sobre preservação estivessem focados no monumento, na obra isolada, abordavam conceitos até hoje muito relevantes para as reflexões acerca da preservação. Os embates mais diretos entre as idéias de Eugène Emmanuel Viollet-Le-Duc e John Ruskin, além de terem desencadeado todo um processo de discussão sobre as questões patrimoniais, podem ser facilmente transportados para os debates mais recentes sobre preservação de conjuntos.

O francês Viollet-Le-Duc defendia o chamado *restauro estilístico*, o qual tratava de pensar a recuperação da edificação em função da pureza de seu estilo, por razões estéticas, muitas vezes não respeitando as modificações posteriores. Caso fosse detectada na obra a existência de um anexo posterior ou a falta de algum trecho da mesma, Viollet-Le-Duc defendia que o arquiteto, em razão de seus conhecimentos de arte e história, ficaria encarregado de satisfazer as necessidades imprevistas, ou seja, teria autonomia para intervir na obra primando pela qualidade estética e estilística, mesmo que isto a desse uma feição que não correspondesse a nenhuma anteriormente existente. Segundo ele: “*A palavra e o assunto são modernos. Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento*”. (2000, p. 29)

Esta postura *estilística* adotada por Viollet-le-Duc foi muito criticada no século XX, todavia quando a questão patrimonial extrapola a edificação e espalha-se por todo o conjunto, ou seja, quando a busca por um estilo deixa de ser utilizada apenas para completar partes faltantes de um edificação e passa a construir arquiteturas novas inteiras como forma de completar as lacunas do tecido urbano, pode-se dizer que ela reaparece sob uma nova denominação: a mimese.

A chamada arquitetura mimética, tal como as obras de restauração de Viollet-le-Duc, é descomprometida com sua realidade contemporânea, não reflete o universo sócio-cultural em que foi construída. Tem como única preocupação não destoar do todo, omitir-se enquanto arquitetura de seu tempo, buscando ocultar-se frente ao conjunto considerado arquitetonicamente relevante.

Embora no campo da restauração e intervenções arquitetônicas este conceito tenha sido superado, nas inserções em conjuntos urbanos ainda é uma realidade bastante recorrente, e que pode ser facilmente observada nas cidades brasileiras, até mesmo na paisagem de São Francisco do Sul.

Esta recorrência, segundo Bicca (1981), deve-se ao fato de que projetar um pastiche é mais fácil do que projetar uma obra contemporânea bem relacionada a seu contexto, justamente por se tratar de uma cópia, além de que a arquitetura mimética é uma solução geralmente acolhida com simpatia pela população, que a enxerga como a afirmação do valor cultural local.

Na arquitetura, a contraposição ferrenha aos princípios de Viollet-le-Duc foi fruto, principalmente, das reflexões do inglês John Ruskin, que defendia a chamada *restauração romântica* ou de *abandono rústico*. Pregava Ruskin o respeito absoluto ao monumento e defendia uma postura totalmente anti-intervencionista, considerando a ação do restaurador como a mais brutal violência a um edifício. Para ele, a edificação possui um tempo de vida e que o que está perdido é impossível de ser recuperado, acreditava também na conservação dos bens como forma de mantê-los no estado em que se encontravam, jamais buscando recuperar feições passadas. Para De Fusco (1984), a alternativa de Ruskin era destituída de valor prático, concentrava-se muito mais na concepção da paisagem como uma cena pictórica do que como ambiente arquitetônico urbanístico histórico em si.

Por esse motivo, embora as contribuições de Ruskin não tenham aplicabilidade direta sobre a forma de pensar os conjuntos em si, estas foram de grande valia para que um terceiro teórico, Camillo Boito, elaborasse uma série de princípios estabelecendo uma posição moderada entre as mesmas e os conceitos trabalhados por Viollet-Le-Duc, a quem seguiu durante um tempo.

Boito postula a prioridade do presente em relação ao passado e afirma a legitimidade e a importância da restauração, como defendia Viollet-Le-Duc, contra os preceitos de Ruskin,

3 -Essas teorias podem ser encontradas em: BOITO, C. **Os restauradores**. Cotia: Atelie, 2002.

entretanto, coloca que esta só deve ser praticada em casos extremos, quando todos os outros meios de salvaguarda - manutenção, consolidação, consertos imperceptíveis - tiverem fracassado, o que de certa maneira não vai totalmente de encontro ao que defendia Ruskin.

Seus conceitos são elaborados a partir da extração de que cada uma das teorias anteriormente mencionadas apresentava de melhor em sua opinião, fazendo uma síntese em seus escritos. Seus conceitos dão origem à chamada restauração filológica que dá ênfase ao valor documental da obra. Dentre seus princípios destacam-se: a mínima intervenção, a distinguibilidade e a reversibilidade.

As teorias de Boito³ são extremamente relevantes para o desenvolvimento do pensamento preservacionista no século XX, seus princípios reaparecem na Carta de Atenas, de 1931, e na Carta de Veneza, de 1964, documento este responsável pela grande alteração no conceito de patrimônio, que será comentado posteriormente.

Esta alteração, como mencionado, diz respeito à ampliação do conceito de monumento histórico, inicialmente restrito às edificações isoladas, que passa a abranger também os sítios urbanos, o que influencia diretamente o processo de transformação da paisagem, que passará em alguns casos, a ser regulada por normatizações específicas, muito mais restritivas do que as legislações vigentes em cidades não consideradas como patrimônio cultural.

Portanto, esta modificação no conceito, ou seja, as razões pelas quais o conjunto urbano passa a ser encarado pela sociedade como a verdadeira forma de expressão da história e como patrimônio coletivo, é explicada por Argan (2005, p.77) de forma bastante clara e concisa:

Se hoje não mais consideramos significativos de valores histórico-ideológicos apenas o monumento, mas também a casa de moradia ou a oficina artesanal e, em geral, mais o tecido do que o núcleo representativo, isso se deve sem dúvida ao fato de que o tipo de sociedade coletivista de nosso tempo se recusa a reconhecer como expressão da história apenas as formas expressivas das grandes instituições. Naturalmente, toda a intervenção urbanística e de construção na cidade implica, junto da necessidade de responder a uma exigência atual, uma atitude, uma obrigação de intervenção e, portanto, uma avaliação da condição objetiva e presente da cidade. O que determina tal atitude não é mais, como outrora um critério puramente estético, segundo o qual apenas a obra de arte absoluta, o monumento, tinha de ser conservada. A atribuição do valor histórico e artístico não apenas aos monumentos, mas também as partes remanescentes de tecidos urbanos antigos, ainda depende certamente de um juízo acerca da historicidade destes. Contudo, esse juízo aplica-se a um campo muito dilatado pelas tendências atuais da historiografia artística com a adoção de metodologias sociológicas ou antropológicas.

Outro ponto relevante a ser considerado é que no século XX um fato histórico contribui sobremaneira para a revisão dos conceitos relativos à preservação do patrimônio histórico: a Segunda Guerra Mundial. Após anos de combate e a destruição massiva de cidades européias, uma série de questões como a reconstrução e a modernização das cidades, renovações e busca da afirmação de identidade, entre outras, colocam a preservação, novamente, na pauta de discussão dos intelectuais europeus. O que culminou em 1964 com a elaboração da Carta de Veneza oriunda do Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado na cidade de Veneza Itália.

É justamente quando a cidade passa a ser encarada como um patrimônio a ser preservado, sendo que todas as arquiteturas são importantes para sua constituição, é que os conflitos na continuação da construção da paisagem urbana começam a se acirrar. Isto porque, mesmo em conjuntos protegidos, existe a possibilidade de realizarem-se novas edificações, ou em razão de vazios existentes, ou por meio de substituição de arquiteturas mais recentes consideradas de pouco valor para o todo. O conjunto passa a ser constituído por edificações e espaços pertencentes a culturas ou formas de viver já extintas e por novas edificações e novos espaços, que tendem a considerar a cultura vigente. Esta relação que sempre se deu de forma gradual e muitas vezes substitutiva, passa a ser regida por leis externas à cultura local, que determinarão, ou deverão determinar, o desenho do novo conjunto que resultará na nova paisagem.

É importante destacar que, a partir de 1964, a preocupação com os conjuntos urbanos ainda não se estende ao que atualmente se refere como paisagem cultural. Este termo passa a fazer parte das discussões patrimoniais somente a partir de 1992, quando a UNESCO, através do *World Heritage Convention*, estabelece o primeiro instrumento legal internacional para o reconhecimento e proteção das paisagens culturais. (UNESCO 2007). Aliás, a participação de organizações como a UNESCO e a ONU é fundamental para a discussão acerca das alterações conceituais na área de preservação patrimonial, conforme observa Fonseca (2005, p. 65):

A criação, após a Segunda Guerra Mundial, de organismo internacionais especificamente voltados para a cultura e a incorporação, pela ONU, da figura de

4-Tradução da autora da expressão: "combined works of nature and of man". Definição apresentada no site www.unesco.org, no trecho que trata da "História e Terminologia" referentes às paisagens culturais.

5- Texto extraído do site oficial da UNESCO, referente ao documento da 1ª da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.

direitos culturais, e, pela Unesco, da figura de Patrimônio Cultural da Humanidade junta, nas mesmas expressões, as noções difusas de humanidade e de cultura universal, e a noção cada vez mais precisa de uma cidadania fundada em direitos diversificados, para legitimar a atividade de preservação.

A adoção, em 1992, pela UNESCO do conceito de *paisagem cultural*, se refere ao conceito de paisagem anteriormente apresentado, tratando-se de “ações combinadas da natureza e do homem”⁴, fazendo referência ao Artigo 1º da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, que embora ainda não trate especificamente de paisagens culturais, traz uma definição bastante próxima quando esclarece o conceito de “*Locais de Interesse: Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.*” (UNESCO, 2007).⁵

No trecho que trata da “História e terminologia” (UNESCO, 2007) de paisagem cultural, constante no site oficial da UNESCO, este termo é ainda mais especificado:

They [the cultural landscape] are illustrative of the evolution of human society and settlement over time, under the influence of the physical constraints and/or opportunities presented by their natural environment and of successive social, economic and cultural forces, both external and internal.

The term "cultural landscape" embraces a diversity of manifestations of the interaction between humankind and its natural environment. Cultural landscapes often reflect specific techniques of sustainable land-use, considering the characteristics and limits of the natural environment they are established in, and a specific spiritual relation to nature. Protection of cultural landscapes can contribute to modern techniques of sustainable land-use and can maintain or enhance natural values in the landscape. The continued existence of traditional forms of land-use supports biological diversity in many regions of the world. The protection of traditional cultural landscapes is therefore helpful in maintaining biological diversity.⁶

Sendo a paisagem uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais aqui entendida no seu aspecto mais amplo e que é justamente a cultura o agente modificador da mesma, percebe-se a importância de se conhecer o ambiente onde se implanta a ocupação humana, bem como o contexto social, econômico e cultural que possibilitaram o surgimento da paisagem.

6 -Tradução da autora: “Elas [as paisagens culturais] são ilustrativas da evolução da sociedade humana e de seus assentamentos ao longo do tempo, sob a influência das condições físicas e/ou pelas oportunidades apresentadas pelo ambiente natural, e por sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, externas ou internas. O termo

1.1 Paisagem e patrimônio no Brasil

No Brasil, a exemplo do que acontece em vários países do mundo, a identificação e preservação do patrimônio são vistas como forma de reforçar uma identidade coletiva, e buscar uma legitimação para uma idéia de *nação*, da nação brasileira, levando em conta as várias características culturais, gerando uma noção coletiva de pertencimento. Contudo, no caso específico do Brasil, existia uma conjuntura social, política e cultural que acelerou este processo de criação de uma nacionalidade unificadora.

Dentre os fatores que contribuíram para o processo pode-se destacar a ascensão do movimento modernista e de seus mentores, artistas e intelectuais, e a “instauração do Estado Novo, em 1937, corolário da Revolução de 30.” (FONSECA, 2005, p.82)

O início do século XX é marcado, no Brasil, por várias tentativas de identificação e valorização do patrimônio nacional. Algumas questões já haviam sido debatidas mesmo em séculos anteriores, mas ainda não havia um pensamento definido de como atuar frente a este patrimônio. Em 1933, o Governo Federal toma a iniciativa de elevar à categoria de *Monumento Nacional* a cidade de Ouro Preto em Minas Gerais, mas esta atitude se dá de maneira isolada, através de um decreto, o que juridicamente inviabilizaria a proteção sistemática dos bens de relevância nacional.

A primeira menção efetiva ao patrimônio histórico nacional dá-se na constituição de 1934. Neste documento, consta como sendo de competência na União e dos Estados a proteção das “belezas naturais” e dos “monumentos de valor histórico ou artístico” (Artigo 10, alínea III). Os grandes museus nacionais já existiam, todavia a proteção de bens que não pertencessem a esses museus não tinha como ser efetivada.

Também em 1934 é criada a Inspetoria dos Monumentos Nacionais e, logo em seguida, em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), pela Lei 378 de 13 de janeiro de 1937, que já funcionava de forma experimental desde 1936, quando começou

‘paisagem cultural’ abarca uma diversidade de manifestações das interações entre a humanidade e seu meioNatural. Paisagens culturais frequentemente refletem técnicas específicas de uso sustentável da terra, considerando as características e limites do ambiente natural elas se estabelecem, e uma relação espiritual específica com a natureza. A proteção de paisagens culturais pode contribuir para modernas técnicas de uso sustentável da terra e para manter ou aumentar o valor natural na paisagem. A existência contínua das formas tradicionais de uso da terra suporta a diversidade biológica em muitas regiões do mundo. A proteção das tradicionais paisagens culturais contribui, além de tudo, com a manutenção da diversidade biológica.”

A ser desenvolvido, por Mário de Andrade a pedido do então ministro Gustavo Capanema, o anteprojeto de lei para a regulamentação da proteção patrimonial no Brasil. A criação do SPHAN acaba por acarretar a extinção da Inspetoria.

A elaboração do Decreto-Lei 25/1937 vem materializar a tentativa, iniciada já da década de 1920, de criar um instrumento legal que permitisse a proteção do patrimônio no Brasil.

1.1.1 A institucionalização da Proteção

Criado em 1936 por um grupo de intelectuais e artistas liderados por Rodrigo Melo Franco de Andrade, o Iphan, com a denominação primeira de Serviço, teve suas diretrizes iniciais estabelecidas por Mário de Andrade e institucionalizadas no decreto-lei nº 25/37, e com o apoio de Gustavo Capanema, à época Ministro da Educação. (GUIMARAENS, 2002, p.59)

O Decreto Lei 25/1937 regulamenta a organização e a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional do, então, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, que após um processo historicamente bastante conturbado, o que lhe valeu variadas denominações, passou a chamar-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN.

Atualmente o IPHAN é uma autarquia do Governo Federal, vinculada ao Ministério da Cultura, e possui uma estrutura operacional cujas decisões mais importantes concentram-se em Brasília, junto à presidência e departamentos específicos. Na linha de ação prática da instituição encontram-se as Superintendências Regionais, Sub-Regionais e Escritórios Técnicos entre outros agentes operacionais como museus.

O SPHAN nasceu numa conjuntura cultural e política peculiar. A busca pela definição de uma identidade nacional é o anseio de artistas e políticos, com diferentes motivações. Nesse sentido, o SPHAN foi recoberto de responsabilidades, dentre as quais se destaca o ato do tombamento, ou seja, a definição de elementos culturais que façam referência à identidade cultural da nação e suas memórias. Esta decisão, que durante anos foi apenas dos técnicos da instituição, passou a ser questionada na segunda metade do século XX, quando as tais conjunturas culturais e políticas não corresponderam mais a esta visão técnica do patrimônio.

A responsabilidade da criação do órgão de preservação era do então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, que além de ser uma figura politicamente forte no

governo de Getúlio Vargas, tinha uma relação bastante próxima com os artistas e intelectuais do Movimento Modernista. Dessa maneira, estruturou-se mais um aspecto relevante da história da preservação no Brasil, que é justamente o fato desta não ter sido pensada e elaborada por estudiosos e intelectuais conservadores e passadistas, mas vanguardistas.

Gustavo Capanema solicitou a Mário de Andrade o anteprojeto de Lei para regulamentar a proteção patrimonial brasileira, que foi formulado definitivamente por Rodrigo Melo Franco de Andrade, que veio a ser o primeiro diretor-geral da instituição. Rodrigo M. F. de Andrade que, além de ser uma figura carismática e pertencer a uma família de intelectuais brasileiros, era dotado de grande experiência jurídica, demonstrou habilidade para lidar com as questões de preservação, instituindo como instrumento de proteção, o tombamento e, conseqüentemente, abordando questões que eram muito delicadas no Brasil na época, e ainda o são: as questões de propriedade privada.

O projeto então elaborado para o decreto Lei era ousado em algumas posturas, principalmente se comparado às experiências européias, nele, por exemplo, o foco da preservação não se dava apenas sobre o monumento isolado, mas era considerada sua ambiência. Outro aspecto característico é que os intelectuais que se identificavam com a preservação tinham posturas inovadoras, o que acabava por se refletir na proposta elaborada, como pontua Fonseca (2005, p.99):

Sem dúvida, no seu anteprojeto (1981, p.39-54) desenvolveu [Mário de Andrade] uma concepção de patrimônio extremamente avançada para seu tempo, que em alguns pontos antecipa, inclusive, os preceitos da Carta de Veneza, de 1964. Ao reunir num mesmo conceito arte manifestações eruditas e populares, Mário de Andrade afirma o caráter ao mesmo tempo particular/nacional e universal da arte autêntica, ou seja, a que merece proteção.

As primeiras ações de preservação do SPHAN concentraram-se nos monumentos arquitetônicos, principalmente na arquitetura religiosa e também em alguns exemplares da arquitetura militar, particularmente dos séculos XVII e XVIII. O foco dessas ações voltado de sobremaneira para as arquiteturas institucionais explicava-se por algumas razões, dentre elas a busca de uma aceitação popular e uma postura extremamente técnica dos funcionários da instituição, voltada aos critérios históricos e artísticos / estéticos. Segundo Fonseca (2005, p.113), até 1969 foram tombadas 368 exemplares de arquiteturas religiosas e 43 de militares,

enquanto todos os outros tombamentos de arquitetura civil, conjuntos, bens móveis, arqueológicos e naturais - somavam 392 exemplares.

Essas primeiras décadas de trabalho do SPHAN foram consideradas a *fase heróica*, na qual se processou uma série de tombamentos numericamente superior à fase seguinte, propostos quase que integralmente pelos técnicos da instituição, com base nos conceitos históricos e artísticos / estéticos já mencionados. Mas, a partir da década de 1970, uma mudança lenta começa a se processar na conjuntura política, a crise do governo militar, e o questionamento dos preceitos modernistas, iniciam uma nova fase de trabalho para o SPHAN. Esta nova fase, chamada de *fase moderna*, nasce de um novo conceito de patrimônio no país, a exemplo de um processo similar no mundo como um todo. O *patrimônio das elites* passa a ser questionado como sendo o definidor do caráter nacional; sendo assim, uma nova proposta é apresentada. O IPHAN, a fim de democratizar a preservação, busca construir uma identidade nacional mais ampla, passa a ter uma relação mais direta com as culturas em geral, vinculadas às minorias étnicas e grupos sociais marginalizados.

A emergência de uma mudança nas ações de preservação do país é marcada pela realização dos encontros de governadores, prefeitos e representantes de instituições culturais, realizados em 1970, em Brasília, e em 1971, em Salvador. Esses encontros eram promovidos pelo Ministério da Educação e Cultura e tinham como finalidade “a complementação das medidas necessárias à defesa do patrimônio histórico e artístico nacional” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1970, p.1). Dentre as medidas sugeridas pelo chamado Compromisso de Brasília estava a difusão da importância da preservação do patrimônio histórico nos currículos escolares, já que, como consta no documento, o culto ao passado é um elemento básico para a formação da consciência nacional.

Essa difusão da importância da preservação também era incentivada entre os órgãos públicos, sendo firmemente incentivada a criação de órgãos estaduais e municipais de preservação. No anexo do Compromisso de Brasília, assinado pelo arquiteto Lúcio Costa, a relevância dos órgãos estaduais e municipais se dava pelo fato de que “[...]no acervo de cada região há obras significativas e valiosas cuja preservação escapa à alçada federal [...]”(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1970, p.5), portanto os estado e municípios deveriam se responsabilizar por seus acervo e participar da “[...] obra penosa e benemerita de preservar os últimos testemunhos desse passado que é a raiz do que somos e seremos.” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1970, p.5).

Já no Compromisso de Salvador de 1971, a necessidades de mudanças foca-se também no governo federal, recomendando-se a criação do Ministério da Cultura, desvinculado do Ministério da Educação, o que só ocorre na década no ano de 1985, bem como a reorganização do SPHAN, melhorando suas condições financeiras e humanas, para que o órgão pudesse atender, com plenitude, aos seus objetivos.

As dificuldades pelas quais o SPHAN vinha passando e as críticas aos trabalhos até então realizados, oportunizam a criação de outros órgãos culturais, visando ampliar o conceito de patrimônio. Guimaraens (2002, p.63) relata que:

Em 1979, sob a hegemonia da idéia de renovação dos conceitos e das metodologias de ação, necessárias às formas de agilizar a administração do setor público, o designer Aluísio Magalhães teve a oportunidade de organizar a Fundação Nacional pró-Memória (FNpM), criada, segundo Magalhães para '... revitalizar o Iphan e operacionalizar o CNRC...'.⁷

Tanto a Fundação Nacional pró-Memória - FNpM⁷, quanto o Centro Nacional de Referência Cultural - CNRC⁸ - foram instituições criadas como forma de concretizar ações em curso no Ministério da Educação e Cultura que possibilitaram ampliações dos conceitos adotados pelo SPHAN, abrangendo suas atuações, respectivamente, a uma valorização do, atualmente chamado patrimônio imaterial - saberes e fazeres, e incentivando a pesquisa das referências culturais. Trabalho de pesquisa mais denso não era até então realizado pelo SPHAN, já que a instrução do processo de tombamento, partindo dos técnicos da própria instituição, não exigia justificativas tão bem elaboradas.

No final da década de 1970, mais precisamente em 1979, Aloísio Magalhães, da FNpM foi nomeado diretor do IPHAN, ocorrendo uma fusão com o PCH⁹ e com o CNRC. Assim,

7 - A Fundação Nacional Pró-Memória foi criada em novembro de 1979 quando aprovada pelo Congresso Nacional.

8 - “A criação do CNRC foi fruto de conversas de um grupo de intelectuais que se reuniam em Brasília a vislumbravam a necessidade de expandir o conceito de patrimônio para além das fronteiras dos registros elitistas. A princípio não se pretendia que o CNRC, fundado em 1975 por meio de um convênio entre Governos do Distrito Federal, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o Ministério da Indústria e Comércio, através da Secretaria de tecnologia Industrial, fosse uma alternativa crítica ao IPHAN. Todavia sua autonomia de atuação, desvinculada de qualquer estrutura pública fixa, permitia que este se transformasse em um *espaço de experimentação*.” (FONSECA, 2005)

9 - Programa de Reconstrução de Cidades Históricas, criado em 1973 por interesse dos Ministérios da Educação e Cultura, do Planejamento e da Indústria e Comércio. O PCH cria alternativas econômicas com base nas atividades turísticas e de utilização dos bens culturais. Inicialmente suas ações estavam focadas para as regiões norte e nordeste, sendo posteriormente estendido até o sudeste.

O IPHAN passou a ter uma imagem mais moderna, em função da absorção de funcionários destas instituições, sem perder sua já conquistada credibilidade. A FNpM passou a ser o órgão executivo do IPHAN, enquanto foi criado o normativo: a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Já na década de 1980, um fato foi bastante relevante para a cultural nacional: a criação de um ministério exclusivo, o Ministério da Cultura, pelo Decreto 91.144 de 15 de março de 1985. Criado pelo governo de Tancredo Neves, este órgão teve vida curta, sendo extinto em 1990, pelo governo de Fernando Collor de Mello, através da Lei 8.028 de 12 de abril daquele ano, que transformou o Ministério da Cultura em Secretaria da Cultura, diretamente vinculada à Presidência da República. A criação do Ministério, segundo Fonseca (2005) deu-se mais em razão de arranjos políticos do que de anseios sociais, sendo assim, sua extinção não gerou grandes polêmicas no país. Dois anos mais tarde, por meio da Lei 8.490, de 19 de novembro de 1992, a Secretaria de Cultura volta a ser Ministério.

Na chamada *fase moderna* de atuação do, agora denominado IPHAN¹⁰, a atuação do órgão passou a ter uma participação mais direta da sociedade, que começa, por si, a fazer algumas propostas de tombamento. Mas foi também neste período que o órgão passou por suas maiores dificuldades políticas, sendo transformado, também pelo governo Collor, no Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural -IBPC, o que acabou, de certa maneira, por enfraquecer a força institucional que o SPHAN/IPHAN haviam desenvolvido ao longo de seus mais de 50 anos de história.

O conturbado percurso das instituições culturais no início da década de 1990 dura pouco, dois anos após o restabelecimento do Ministério da Cultura em 1992, o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural voltou a denominar-se IPHAN. Acerca da estrutura de funcionamento do IPHAN no final da década de 1990, Guimaraens (2002, p. 69) relata:

Em fins de 1998 o Iphan possuía cerca de sessenta unidades autônomas (superintendências regionais e escritórios técnicos), organizados sob a administração

10 - O atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, durante sua história passou por várias reformulações estruturais, que acarretaram mudanças em sua denominação. A seguir uma breve cronologia dessas alterações: **1946** O SPHAN transforma-se em Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional DPHAN. **1970** O DPHAN passa a se chamar IPHAN. **1979** O IPHAN se divide em um órgão normativo - o SPHAN, e outro executivo - a Fundação Nacional Pró-memória, FNpM. **1990** Criação do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, IBPC, e a extinção do SPHAN e da FNpM. **1994** O IBPC volta a denominar-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

central, composta de presidência e quatro diretorias, além de um conselho consultivo. As atividades de identificação e valorização, treinamento e transferência de metodologias e de rotinas técnicas, organização e desenvolvimento de acervos, promoção e dinamização dos bens culturais inscritos nos livros do Tombo, inventários, obras, exposições e publicações constituíram o espectro mais reconhecido da ação do Iphan. Entretanto as enormes diferenças em natureza e volume e as grandes desigualdades detectadas desde muito nas condições de tratamento dos bens tombados em todo território nacional sempre revelaram a carência de recursos e, a partir de certo momento, tornaram prioritária as revisões conceituais. Nessa perspectiva, observa-se que o 'espírito do Iphan' pretendeu, desde 1970, alargar e dar mais conhecer aos cidadãos o imenso e amplo acervo que deveria preservar.¹¹

Em razão destas importantes alterações conceituais no trabalho do IPHAN, foi tomada uma nova postura do órgão frente às questões de preservação cultural, principalmente voltadas para o patrimônio imaterial, já que a preservação do patrimônio material vinha sendo exercida com propriedade desde 1937. Nesse sentido, é criado no ano de 2000 o Decreto nº 3.551, que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, criou o programa nacional do patrimônio imaterial e deu outras providências.

Com a regulamentação do patrimônio cultural imaterial foram criados quatro livros de registros: I - Livro de Registro dos Saberes, em que serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; II - Livro de Registro das Celebrações, no qual serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; III - Livro de Registro das Formas de Expressão, em que serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; IV - Livro de Registro dos Lugares, no qual serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

Atualmente existem registrados nos livros do patrimônio cultural imaterial os seguintes bens: Arte Kusiwa dos Índios Wajãpi; Ofício das Paneleiras de Goiabeiras; Samba de Roda no Recôncavo Baiano; Círio de Nossa Senhora de Nazaré; Ofício das Baianas de Acarajé;

11- Em pesquisa realizada em 2007 no site oficial do IPHAN, constatou-se a seguinte estrutura administrativa: 1) Conselho Consultivo/ Presidência / Colegiado; 2) Coordenação Geral de Patrimônio/ Departamento de Patrimônio Imaterial/ Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização/ Departamento de Planejamento e Administração/ Departamento de Museus e Centros Culturais/ Coordenação Geral de Pesquisa, Documentação e Referência; 3) Centro Nacional de Cultura Popula (1)/ Superintendências Regionais (21)/ Museus (9)/ Centros Culturais (2); 4) Sub-regionais (6)/ Escritórios Técnicos I (8)/ Esc. Técnicos II (19)/ Unidade Museológica I (5)/ Unidade Museológica II (14). Constam nos livros os seguintes tombamentos: Livro arqueológico, etnográfico e paisagístico : 119 unidades; Livro Histórico: 557 unidades; Livros das Belas Artes: 682 unidades; Livro das Artes Aplicadas: 4 unidades.

Viola-de-cocho e o Jongo. Existem ainda cerca de 15 processos de Registro em andamento.

Ao longo deste processo de institucionalização do patrimônio no Brasil, as questões relativas à paisagem ora se ausentam ora se fazem presentes nas discussões. O debate sobre a paisagem urbana engloba muitos aspectos que não só os patrimoniais, dessa forma é foco da discussão de geógrafos, arquitetos e urbanistas, historiadores, preocupados com a cidade que vinha se construindo no Brasil no período da aceleração de seu crescimento urbano, principalmente entre as décadas de 1950 e 1970.

O caráter vanguardista das leis brasileiras de preservação, que já foi comentado, faz com que desde a concepção, estas já abordem a questão da paisagem, prova disso é a criação de um livro de tombamento dedicado ao *patrimônio etnográfico e paisagístico*. Todavia, o conceito de paisagem é, neste momento, bastante atrelado à imagem dos lugares, ou seja, quando os conjuntos urbanos, ou centros históricos são tombados como bens paisagísticos, estes o são por sua imagem pictórica. Entenda-se por pictórica uma imagem congelada do lugar, que de tão bela deveria ser preservada e repetidamente vista, tal qual uma bela tela pintada à mão.

Mas as cidades e os conjunto extrapolavam a imagem pictórica, congelada, e com o desenvolvimento dos conceitos de paisagem cultural apresentados pela UNESCO no final do século XX e com a valorização dada pelo IPHAN para o patrimônio imaterial - saberes, tradições, etc -, a paisagem passa a ter um apelo muito mais voltado para a cultura que a constitui, ou seja, ao que está por trás da imagem física/visual. A referência que até então é visual, passa a ser cultural. Sendo assim, o debate sobre *paisagem cultural* no Brasil é bastante recente, não havendo grande produção de documentos ou publicações acerca do tema.

Neste contexto, vale ressaltar a recente Carta de Bagé, também chamada de Carta de Paisagem Cultural, de 18 de agosto de 2007, como uma tentativa de ampliar a discussão sobre o tema no país. A Carta é fruto do *Seminário Semana do Patrimônio Cultura, Memória na Fronteira*, organizado por instituições municipais de Bagé, Ministério da Cultura, IPHAN, IPHAE - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul e duas universidades da região. Nela destaca-se a preocupação com as paisagens culturais, mais especificamente a dos Pampas, levantando questões que extrapolam os aspectos visuais; fica registrado na Carta a importância da manutenção desta paisagem para a garantia da biodiversidade e do pluralismo cultural.

Segundo a Carta, o conceito de *paisagem cultural* fundamenta-se na Constituição Brasileira de 1988 e define-se como:

A paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprime as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e reciprocamente, da natureza com o homem, passíveis de leituras espaciais e temporais.

Embora traga definições claras e estabeleça que a paisagem cultural deve ser passível de preservação como todos os demais patrimônios culturais brasileiros, a Carta não chega a abranger quais seriam as ferramentas específicas para se delimitar a mesma. Isto significa dizer que, embora o conceito tenha se ampliado, a metodologia de trabalho ainda permanece a mesma inventário, registros, etc. A poligonal, embora não mencionada na Carta, continua sendo utilizada pelos profissionais do IPHAN para definir as áreas de interesse. A mesma ferramenta que servia à definição dos Centros Históricos tombados por suas imagens pictóricas, como será visto a seguir, passa a servir à definição de áreas cujo interesse se dá pelas paisagens culturais.

1.1.2 A preservação de Centros Históricos

No processo histórico da institucionalização da preservação no Brasil visto até o momento, é possível perceber que a questão das cidades e centros históricos parece sempre ter preocupado àqueles interessados no patrimônio nacional. Prova disso é o tombamento da cidade mineira de Ouro Preto, em 1933, mesmo antes da criação do SPHAN. Esta postura, de certa maneira, ultrapassou conceitualmente a questão patrimonial desenvolvida na Europa, que até aquele período preocupava-se muito mais com os monumentos isolados em si, o que pode ser percebido facilmente ao comparar-se o projeto para o Decreto-Lei 25/1937, aos documentos patrimoniais, como a Carta de Atenas de 1931.

A incorporação dos conjuntos urbanos aos bens tombados exigiu do órgão de preservação o desenvolvimento de uma metodologia, uma ferramenta que permitisse a delimitação das áreas de interesse, salvaguardando o que lhes fosse mais peculiar: a paisagem do todo, um conjunto arquitetônico valioso por suas características históricas ou artísticas. Com esse Intuito, o IPHAN passa a trabalhar com a definição de *poligonais de tombamento* - limitação física da área tombada delineada em planta baixa por uma figura geométrica, o que permitia a demarcação da área de interesse e possibilitava a sistematização de tombamentos.

Esta ferramenta fez-se importante, pois o método aplicado para Ouro Preto, por meio de decreto, não possibilitava a realização dos tombamentos de uma forma institucionalizada e independente. A existência de regras claras para a definição das poligonais não foi identificada na pesquisa realizada para o caso de São Francisco do Sul, acredita-se que, para o IPHAN, cada caso de tombamento configure-se num estudo particular para definição da poligonal.

Esta preocupação do SPHAN quanto aos centros históricos ficou clara na colocação de Rodrigo Melo Franco de Andrade, ressaltada por Guimaraens (2002, p.86):

O *sítio*, para Rodrigo, mais do que a forma geográfica de 'povoação ou aldeia' ou 'lugar para construção', é o 'lugar assinalado por um acontecimento notável'. Entendo por isso que a expressão indicativa do 'acontecimento notável' pode traduzir a dimensão mutante do espaço, pois culturalmente, o lugar é o palco de fatos e acontecimentos *históricos*. Nesse sentido, observo também que, além do *sítio*, os termos *cenário* e *relicário* têm em comum o fato de serem utilizados na condição designativa de *lugar* ou *local* da cena e, especialmente, da cena de *valor*.

O destaque dados aos “cenários” onde ocorreram notáveis fatos da história, talvez se deva ao fato de que as cidades brasileiras, que até a primeira metade do século XX vinham crescendo muito lentamente em função da economia pouco produtiva, estavam começando a passar por um processo acelerado de desenvolvimento urbano. Neste sentido, as *velhas cidades* poderiam ter seu tecido totalmente substituído em função das novas *necessidades* urbanas, geradas por mudanças tecnológicas, socioeconômicas e culturais, bem como poderiam ser abandonadas e muitas delas o foram pela população que se deslocava em busca de novas oportunidades econômicas.

Outra questão preocupante para este período é o fascínio dos países *colonizados* pelas culturas e tecnologias dos ditos países *centrais*. Para a autora argentina Marina Waisman (1990) existe uma dificuldade inerente às cidades latino-americanas de dar continuidade histórica a seus tecidos urbanos, uma vez que a população, em geral formada por povos colonizados e imigrantes, muitas vezes prefere não recordar seu passado e sim buscar um “futuro melhor”. Como ainda não havia uma idéia de nação, ou de pertencimento cultural, os “cenários” referenciados por Rodrigo M. F. de Andrade no trecho anteriormente citado, poderiam, facilmente, serem abandonados ou terem seus tecidos substituídos.

Este conceito de “centro histórico” enquanto cenário físico pode expandir seus limites para além do chamado *núcleo original*, onde se constituíram as primeiras ruas de uma

Determinada localidade, em muitas cidades são estes centros que abrigam as novas atividades advindas da dinâmica urbana. Dessa forma, muito mais do que registros do passado, estes *lugares* são registros do presente, de uma realidade constantemente em construção.

De toda maneira, mesmo abrigando essa dinâmica urbana da vida atual, os centros históricos com suas características iniciais são grandes definidores, morfológica e culturalmente, da paisagem que se constrói. Em um texto de apoio didático que trata sobre “Os centros históricos na configuração das cidades brasileiras”, Yunes (2002, p.01) pontua estas características como formas, inclusive, de se gerar as leituras sobre estes lugares:

O traçado ou organização espacial, o estilo construtivo, o conceito urbanístico, a volumetria, a etnia, os hábitos e quadros de vida podem ser vertentes possíveis para a leitura e configuração de um espaço, consagrando-o como um exemplar a ser preservado. Ao mesmo tempo, as situações territoriais nas quais os Centros Históricos estão localizados permitem definir diferentes "tipologias" face aos específicos desenvolvimentos urbanos e sociais de cada contexto.

O que Yunes considera como um “exemplar a ser preservado” decorre, então, das características morfológicas do centro histórico, seu traçado, organização espacial, estilos construtivos, volumetria, e de características culturais etnias, hábitos. Assim sendo, o centro histórico deixa de ser um “cenário” que historicamente tenha servido de palco para um determinado “acontecimento notável” como definia Andrade, já que isto remete unicamente ao *passado* deste lugar e abrange suas manifestações culturais¹² ainda existentes, o que faz do *presente* um aspecto bastante relevante dos elementos a serem preservados.

A partir do momento que os centros históricos passam a ser foco das ações de tombamento dos órgãos de preservação, mesmo que estes os abordem ainda como cenários materiais, as limitações formais e de uso passam a ser aplicadas em todo o conjunto, não mais ficando limitada ao monumento ou seu entorno imediato. Neste sentido, as *consequências* do tombamento são muitas vezes indesejáveis por vários segmentos das classes médias e altas, principalmente interessadas nas questões de valorização e renda da terra.

Assim, nem sempre os tombamentos de áreas centrais implicam na preservação de uma área homogênea delimitada. No caso do centro de grandes cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, a mescla de tecidos urbanos históricos e contemporâneos se dá de forma

12- Entenda-se pelo termo “cultural” utilizados neste parágrafo, todos os aspectos não materiais que configuram o lugar, tais como: aspecto sociais, econômicos, religiosos, etc.

Bastante recorrente. Guimaraens (2002) ao estudar o caso do Rio de Janeiro aborda a questão de como se dá esta relação entre “as torres para o futuro” e a “tradição nacional” nestes centros, cujos tecidos não são homogeneamente constituídos e que apresentam paisagens urbanas bastantes peculiares.

Nos centros dessas grandes cidades, bem como nos conjuntos homogêneos de muitas cidades de menor porte, a justificativa primeira para o tombamento considerava a existência de um grande número de monumentos excepcionais, que se encontravam organizados em forma de conjunto. Essa postura foi revista no final da década de 1960 e início de 1970, quando, mais do que os monumentos isoladamente analisados, passou-se a considerar a “criação notável e representativa da vida da organização social de um povo” como elemento suficiente para justificar um ato de tombamento, mesmo que nesse momento ainda não entrasse em debate as características culturais do *presente* como item relevante à preservação. Essa revisão conceitual é feita por Rodrigo M. F. de Andrade, como observa Fonseca (2005, p.198):

Mas, em texto publicado em 1970, Rodrigo M. F. de Andrade dizia que “justifica-se a conservação de um sítio urbano quando este constitui criação notável e representativa da vida da organização social de um povo, em determinada fase de sua evolução” (1987, p. 81). Foi dentro desse espírito que foram tombados os centros históricos de Laguna, Natividade, São Francisco do Sul, Pirenópolis e Antônio Prado, entre outros. Pirenópolis, por exemplo, foi tombado por constitui “cidade representativa de certa forma urbana, certo modo de ser nacional” (Francisco Iglésias, relator do processo no Conselho Consultivo).

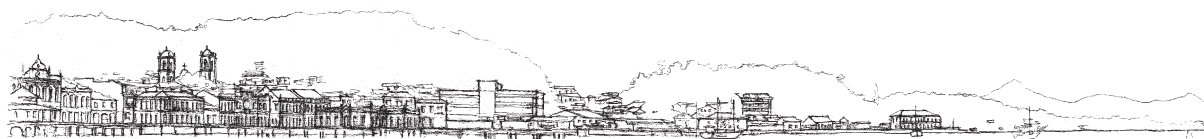
Este novo conceito que valoriza a forma representativa de uma organização social de determinado local vai ao encontro de outros conceitos, já existentes no IPHAN desde sua regulamentação com o Decreto-Lei 25/37: a relação entre a forma de assentamento humano em relação às características físicas e naturais do sítio. Embora o Decreto-Lei não explicita textualmente esta relação, ela é perceptível quando se constata a existência de um Livro Tombo específico para o patrimônio arqueológico, etnográfico e paisagístico (FONSECA, 2005, p. 199). Esta relação do assentamento humano versus o sítio, também se expressa quando tratando os monumentos naturais passíveis de tombamento, no parágrafo 2º do artigo 1º, o Decreto-Lei 25/37 prevê que:

Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe

conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotas pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

O Centro Histórico de São Francisco do Sul foi tombado em 1987 pelo IPHAN, sendo registrado nos Livros *Arqueológico, etnográfico e paisagístico e histórico*, não só por se tratar de uma “criação notável e representativa da vida da organização social de um povo”, mas também por sua particular forma de assentamento no sítio físico, mantida de maneira bastante íntegra durante toda sua história.

CAPÍTULO 2



O PATRIMÔNIO QUE SE ESTABELECE

CAPÍTULO 02:

O PATRIMÔNIO QUE SE ESTABELECE

Os aspectos políticos e culturais que possibilitaram as definições conceituais acerca do patrimônio, vistos no capítulo 01, apenas situam o ato de tombamento da do Centro Histórico da cidade de São Francisco do Sul no contexto nacional de preservação. Os processos históricos e culturais que fizeram deste lugar um exemplar a ser preservado requerem um estudo específico da região, que permita compreender de que forma se estabelece este patrimônio, considerado a partir de um momento como de relevância nacional.

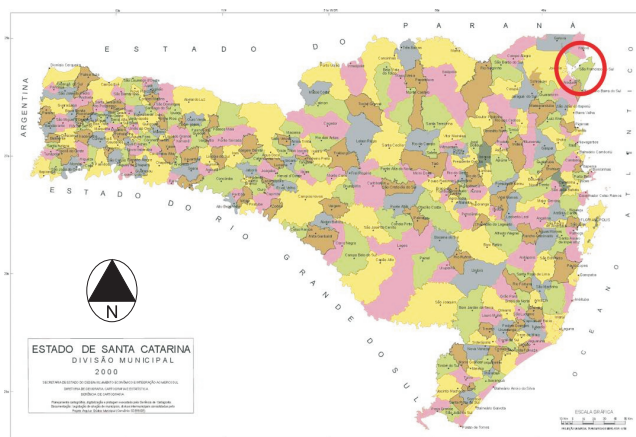


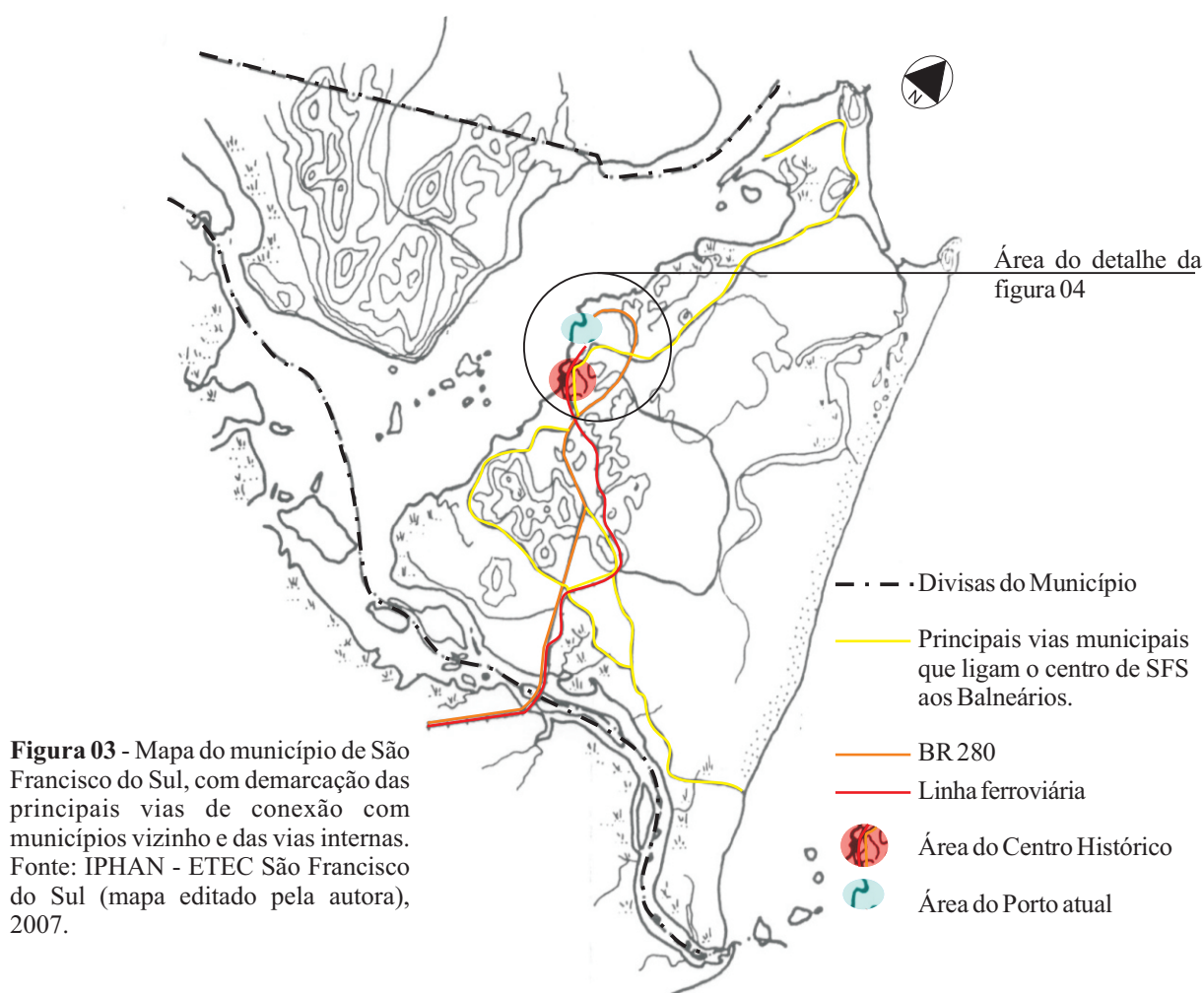
Figura 01 - Mapa do Estado de Santa Catarina. A cidade de São Francisco do Sul localiza-se no litoral norte - marcada pelo círculo vermelho - sendo constituída por uma porção insular e uma pequena parte continental. Fonte: www.cepa.epagri.sc.org.br



Figura 02 - Foto de satélite da cidade de São Francisco do Sul. Destacado com o círculo vermelho a área do Centro Histórico tombado. Fonte: SEIBEL, 2004

2.1 São Francisco do Sul: Contextualização Histórica

São Francisco do Sul é considerada a cidade mais antiga do Estado de Santa Catarina. O processo de ocupação de seu território data oficialmente de 1658 e sua fundação é atribuída a Manoel Lourenço de Andrade. Entretanto, Alcídio Mafrade de Souza, no *Guia dos Bens Tombados de Santa Catarina*¹³, coloca que: “na 'suma de geografia' impressa em Sevilha em 1519 já há referência a Ilha de São Francisco, localizada na baía de mesmo nome, denominação que lhe teria sido dada por João Dias Solis” (SOUZA, 1992, p.129). Souza observa que a Ilha também teria sido visitada anteriormente por Binot Palmier de Goneville, navegador normando, em princípios de 1504.

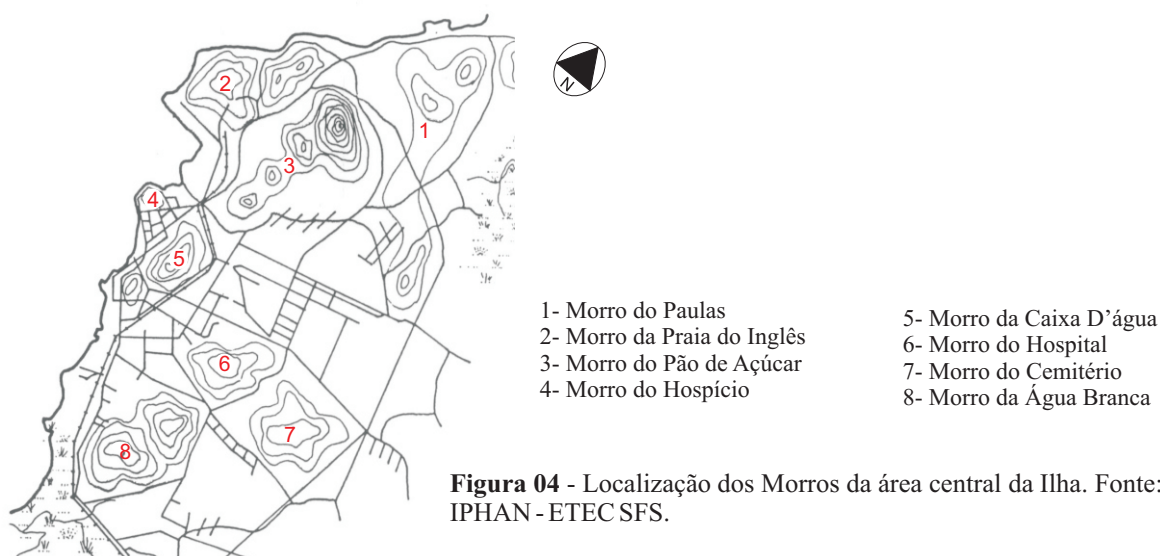


13- SOUZA, Alcídio Mafrade. **Guia dos bens tombados - Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1992.

A suposta visita realizada por Goneville é bastante controversa entre historiadores, não havendo a confirmação do episódio. Todavia tal fato não se mostra relevante para o presente estudo, uma vez que não acarretou em consequências formais ou culturais para a cidade.

Apenas em meados do século XVII, ocorreu uma efetiva ocupação do território de São Francisco do Sul, em razão das disputas entre potências européias que, com base em uma economia colonialista, lançaram-se ao mar e provocaram a “ocupação de largas faixas no continente americano” (Plano de Preservação do PHSFS)¹⁴. Em 1641, Manoel Lourenço de Andrade chega à Ilha por meio das bandeiras paulistas de colonização, empreendidas principalmente em direção ao sul do Brasil. Em 1658 estabeleceu-se na Ilha o fundador “juntamente com a família, um grande número de casais portugueses, vicentistas e paulistas” (Plano de Preservação do PHSFS) que instalaram no local a economia agrícola, contando com o trabalho escravo, essencialmente doméstico e fundaram definitivamente o povoamento de São Francisco. A ocupação do território neste período é ainda bastante incipiente, não tendo sido encontrados documentos oficiais que registrem a localização destes primeiros moradores.

Em 1660 o povoamento foi elevado à categoria de Vila e, em 1665, à de Paróquia. No século XVIII a economia tem sua base, principalmente, na agricultura e na atividade portuária exportadora de produtos como madeira, peixe seco, farinha de mandioca e cordas de imbé. O primeiro porto da cidade localizava-se às margens da atual Rua Babitonga (ver figura 03), bem próximo à Igreja, que desde as suas primeiras instalações localiza-se na mesma região.



14- Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul. Plano de Preservação do Patrimônio Histórico de São Francisco do Sul. Fonte: arquivo do IPHAN.

A Vila encontrava-se encrustada entre as margens da Baía da Babitonga e os Morros localizados à sua porção sul. Suas primeiras ruas localizadas nesta área decorrem justamente da proximidade ao porto, à Igreja, bem como da ligação entre estas duas regiões.

São Francisco é o primeiro povoamento estável do litoral catarinense e, em 1720, passou por uma mudança considerável em sua organização administrativa e judiciária, quando da chegada do Ouvidor Rafael Pires Pardinho que, além de determinar parâmetros acerca das organizações acima mencionadas, demarca as terras fixando os limites da Vila. Estes limites não são muito claros e não foram encontrados registros oficiais dos mesmos.

Os relatos de Saint Hilaire (citados por SOUZA, 1992, p.130), datados de 1820, descrevem a Vila como um lugar pobre, cuja maioria dos habitantes se dedicava à lavoura e à pesca de subsistência. Quanto às arquiteturas e estrutura urbana existentes, Saint Hilaire, segundo Souza, relata:

‘A maioria delas [casas] é coberta de telhas, quase todas de alvenaria em pedra e bem conservadas. Poucos sobrados, as ruas são retas e largas e as que descem do largo do Matriz para a praia são calçadas’. O que não é de se estranhar, pois consoante à influência medieval sofrida pelos assentamentos de origem portuguesa na maioria das povoações litorâneas, a igreja e a praça se constituíam em importantes elementos geradores do espaço urbano, cuja expansão se efetuou através da orla praiana.



Figura 05 - Planta atual do Centro Histórico com destaque para a localização do Antigo Porto e da Igreja. Fonte: IPHAN ETEC SFS editado pela autora.

Legenda:

- Região de implantação da Igreja e do Largo.
- Região de implantação do Antigo Porto;

Em 1847, a Vila é elevada à categoria de cidade, contudo seus aspectos econômicos e morfológicos parecem não ter sido muito alterados, pois segundo Robert Ave-Lallemant (1858), a cidade é “um lugar insignificante”, “com algumas ruas, mas há muitas casas grandes e aprazíveis” (LALLEMANT *apud* Plano de Preservação do PHSFS).

No ano de 1858 iniciou-se a abertura da estrada Dona Francisca que parte do Porto da cidade e que, por volta de 1873, atinge o planalto catarinense passando a escoar a produção do norte de Santa Catarina e sul do Paraná. Começou nesta fase a prosperidade na cidade, com a implantação, no final do séc. XIX início do séc. XX, de uma série de companhias importadoras e exportadoras e armazéns de estocagem, com destaque aos da Cia. Carl Hopeck. Neste período, o Porto principal já não se localizava mais às margens da Rua Babitonga, mas junto aos galpões desta Companhia.

Em 1905, inicia-se a construção da estrada de ferro São Paulo- Rio Grande, pertencente à Brazil Railways Co., com um ramal para São Francisco, abrindo novas perspectivas para o comércio, principalmente de erva-mate e madeira vindos do Planalto de Canoinhas. A Companhia da Estrada de Ferro foi autorizada, em 1912, por decreto governamental a instalar uma estação marítima na Baía da Babitonga, visando a melhoria e a ampliação das condições de operação portuárias. (LINS, 2004, p. 167)

Nas duas primeiras décadas do século XX também é marcante a diversificação nas atividades produtivas e comerciais na cidade, com a abertura de engenhos, olarias, curtumes e pequenas fábricas, entre outras. Esta série de mudanças nas atividades econômicas e o conseqüente aumento do poder aquisitivo da população local têm reflexos diretos na sociedade, que em contato com influências estrangeiras vai adquirindo hábitos refinados de comportamento e uma tendência a copiar os modelos europeus. A vida cultural da cidade se agita com uma série de apresentações teatrais e uma importante produção de jornais e revistas. Estas transformações também são percebidas na arquitetura local com a valorização financeira dos imóveis e, uma série de novas construções, erguidas ao gosto arquitetônico europeu.

O conjunto, que até então era constituído principalmente de arquiteturas coloniais portuguesas vai, aos poucos, sendo substituído pelo estilo eclético que passa a predominar. Quanto aos elementos arquitetônicos que melhor descrevem estas construções, SOUZA destaca “o surgimento de eventuais características particulares em que se destacam os requadros já em relevo de reboco e não em cantaria ou madeira, existência freqüente de balcões metálicos, os beirais em cimalha, embora ainda haja beira seveira” (1992, p.131)

Já no século XX a cultura, os gostos e saberes dos colonos alemães vindos para o Estado passam a ser incorporados aos costumes francisquenses, na arquitetura estas contribuições estão presentes nas “grandes inclinações dos telhados de sobrados, nos chalés, nas residências em madeira e em exemplares da arquitetura residencial de meados do nosso século que contém referências a um gosto nórdico”.(CHUVA; PESSÔA, 1995, p. 64)

Embora tenha passado por todo este processo de modificação de seu tecido, com substituição das arquiteturas, o núcleo urbano onde a cidade se implantou, permanece muito bem delimitado, continuou se construindo no baixio entre os morros, buscando a praia e a Igreja. A malha, ou melhor, o traçado urbano foi preservado. A imagem da cidade enquanto conjunto manteve-se muito próxima do que era antes das transformações do início do século XX, se considerar-se a observação deste conjunto, a partir de pontos longínquos de observação da paisagem, ainda que numa escala mais próxima - do ponto de vista do pedestre, por exemplo - essas alterações foram significativas.

Diferente de muitos centros históricos brasileiros, a observação do conjunto de São Francisco do Sul, não parte de uma visão de sua fachada *superior*, apreendida em razão da topografia acidentada, como é o caso de Ouro Preto, Olinda, entre outras, onde a ocupação se dá, inclusive, sobre as áreas mais elevadas, possibilitando uma visão superior. No Centro Histórico de São Francisco do Sul, em função de sua condição litorânea e da baixa ocupação das suas áreas de morro, tem como seu ponto principal de observação o mar, como é o caso de centros com Paraty e Laguna.

Com isso, é possível delinear o que se considera a *paisagem clássica* do Centro Histórico de São Francisco do Sul, que parte de uma visão marítima em direção à parte alta da cidade. Sua escala de observação de conjunto não permite que as alterações de tecido, ou seja, as arquiteturas substituídas ao longo da história, sejam tão perceptíveis frente ao todo. Esta imagem do conjunto a partir do mar, a fachada marítima, será retratada por diversos pintores e fotógrafos (ver figura 04) ao longo da história da cidade e será esta, também, que justificará o tombamento nacional em 1987, como será visto adiante.

2.1.1 A atividade portuária e sua relação com a cidade

A cidade de São Francisco do Sul desde sua fundação mantém uma relação muito próxima com o mar e com as atividades a ele relacionadas. Na economia, o Porto sempre desempenhou importante papel dinamizando a sociedade e ditando os ritmos do crescimento urbano. Mais recentemente, o turismo também vem apresentando um papel relevante na economia local, principalmente o turismo dos balneários da porção norte da ilha, tais como Enseada, Ubatuba, Prainha, entre outros.

Figura 06 - Vista panorâmica de São Francisco do Sul, de autoria do pintor italiano Bazilio Ferrari, datada de 1911. Nesta imagem vê-se cidade de São Francisco a partir do mar. Na porção direita da imagem é possível perceber a *aglomeração* urbana identificada pelas edificações da fachada marítima e pelo perfil da Igreja, ainda com apenas uma torre. Fonte: NACKE, REIS e SANTOS, 2004.



O Porto e suas atividades correlatas são das mais fortes razões da consolidação e do crescimento da cidade. Contudo em meados do século XX, aproximadamente na década de 1950, com o declínio das exportações de madeira e erva-mate, e sendo que a atividade graneleira ainda não estava consolidada “a estagnação econômica [...] impediu que houvesse um grande crescimento da cidade, evitando uma descaracterização completa, com processo de verticalização. Neste ponto é importante salientar a importância das leis municipais de preservação de 1981 e, posteriormente, do IPHAN, a partir de 1987, com o Tombamento Federal”. (BRASIL, 2005, p.376)

É justamente a partir deste período de crise, que se dá a criação da Autarquia da Administração do Porto de São Francisco do Sul e com a inauguração do novo, mas ainda pequeno porto, é que esta atividade tem o impulso inicial que fará com que este se torne um porto de grande importância comercial em Santa Catarina, a partir da última década do século XX.

Na década de 1970, com a instalação de dois novos terminais, um destinado a Petrobrás, para distribuição de petróleo, e outro para a CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina), responsável pela distribuição e armazenamento de grãos e óleos vegetais, é que o Porto começa a ampliar suas atividades. Em fins dos anos 1970 e início dos 1980 instalam-se na cidade mais duas grandes empresas: a Bunge Alimentos S.A., fábrica de farelo e óleo e estrutura de armazenagem, e a Terlogs, armazenagem e escorada de grãos e fertilizantes. A cidade de São Francisco do Sul passou algumas décadas a partir da criação da Autarquia, na década de 1950, investindo pesados recursos para o crescimento do Porto.

O próximo grande salto do Porto vem a ocorrer apenas nos anos 2000, com a implementação de uma série de empresas privadas, tais como: Vega do Sul, Cargo Link, Rocha Top, Terminal Babitonga, atual Terminal Santa Catarina, que somadas a Bunge e Terlogs investiram em São Francisco do Sul aproximadamente R\$ 1,5 bilhões entre 2001 e 2003. (LINS, 2004, p. 172)

Atualmente existe um projeto em vias de execução para ampliação do Porto, com previsão de construção de mais dois berços de atracação, além do aumento da área retro-portuária, com a ampliação dos pátios de contêineres. Prevê-se também uma alteração no trajeto da linha férrea, para que deixe de cruzar a cidade, otimizando, assim, seu funcionamento.

A área correspondente ao núcleo da ocupação inicial de São Francisco do Sul, o Centro Histórico, se encontra, hoje, com a função de dar suporte às atividades portuárias,

oferecendo espaço para os agenciadores marítimos, despachantes, cartórios, serviços, hotéis e restaurantes, sem, contudo, perder de vista a manutenção de uma de suas características mais marcantes: a multifuncionalidade e a presença ainda bastante numerosa de residências.

Estas mudanças funcionais, apesar de não terem tido grande impacto na imagem do conjunto urbano, são facilmente perceptíveis quando se parte para uma escala mais próxima de observação. As novas exigências técnicas como climatização de ambientes, aumento de área útil, adaptações às condições sanitárias, implementação de novos sistemas de cabearios de energia, comunicação e lógica, que acompanham estes usos mais contemporâneos vão desconfigurando tipologias mais comuns da cidade: casas térreas e pequenos sobrados de dois pavimentos, cobertos por telhados de duas ou quatro águas. As mudanças mais consideráveis se dão nas inclinações de telhados, colocação de aparelhos de ar condicionado, aberturas de portas de garagens, entre outras, que de alguma forma acabam por comprometer estas paisagens de pequena escala.

Já se for considerado o conjunto, na chamada *paisagem clássica* da cidade, é a própria estrutura de funcionamento do Porto que passa a desenhar uma nova paisagem, não de uma forma direta, uma vez que em sua nova localização (ver figuras 08 e 09) os grandes galpões e

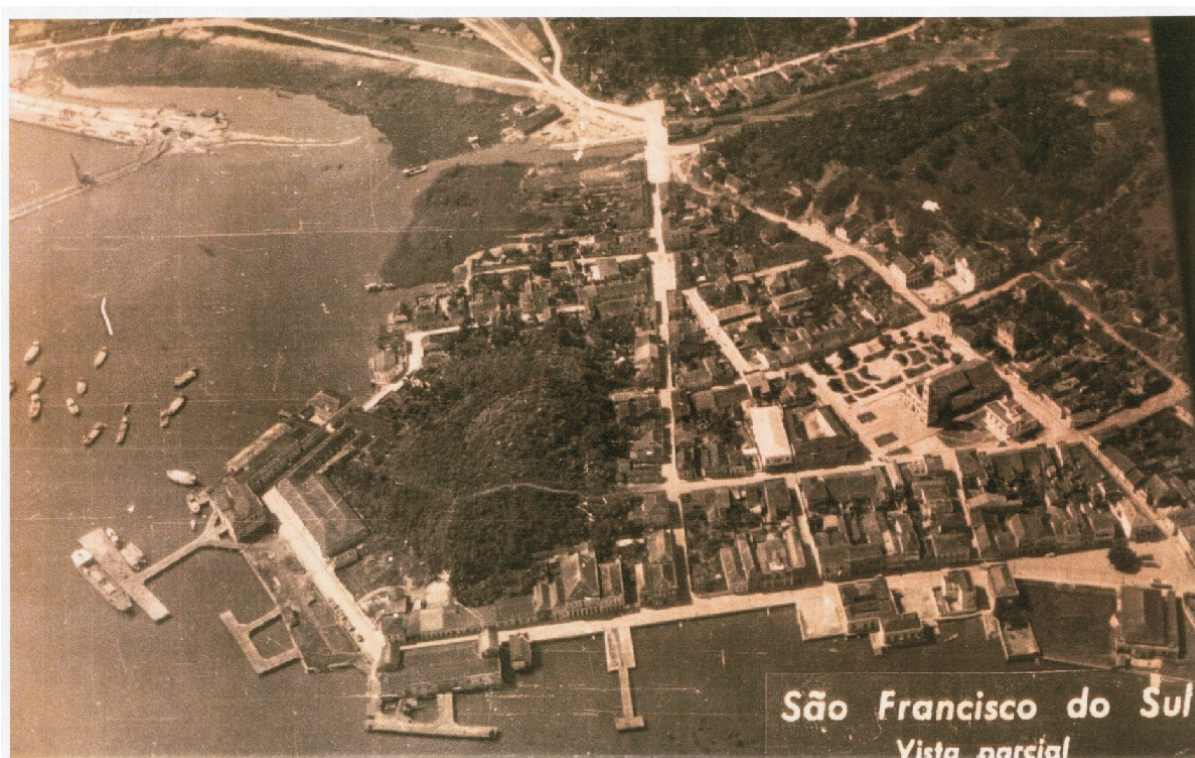


Figura 07 - Vista Parcial de São Francisco do Sul - início do século XX. O Porto ainda se localizava na área hoje considerada como Centro Histórico. Fonte: acervo digital IPHAN.

silos localizam-se todos *atrás dos morros* que envolvem, mas cidade e que servem de pano de fundo para esta paisagem.



Figura 08 - Vista Parcial de São Francisco do Sul - meados do século XX. Ao fundo é possível perceber a construção do novo Porto. Fonte: acervo digital IPHAN.

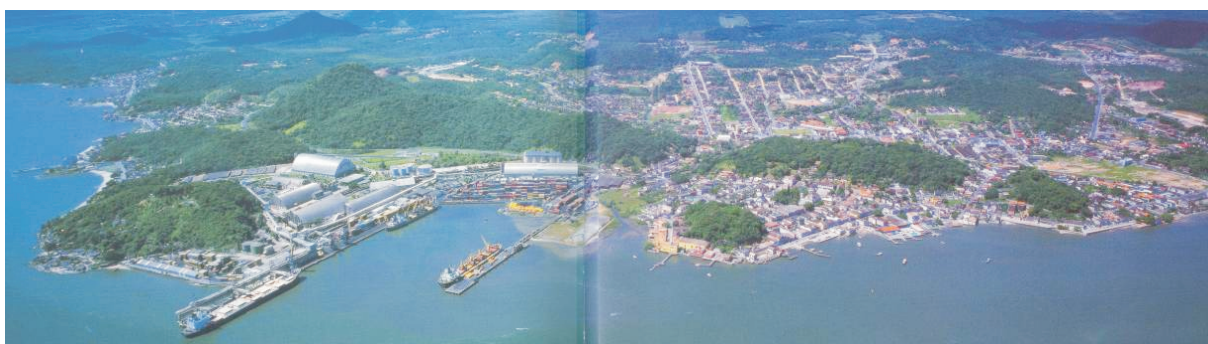


Figura09 - Vista atual do Centro de São Francisco do Sul: à direita o Centro Histórico e à esquerda a região do novo Porto, nesta imagem fica clara a proximidade do Novo Porto em relação ao Centro Histórico. Fonte: SEIBEL, 2004.

Todavia, pela imponente do Porto e pelo papel importante que ele desempenha na sociedade local seu afastamento não foi total, sendo que o mesmo ainda é parte da paisagem do núcleo central de São Francisco do Sul, quando se parte para outros pontos de observação da paisagem. O Porto se faz perceptível tendo em vista que os silos, que podem ser vistos, e os próprios navios, quando atracados, são maiores do que qualquer arquitetura do conjunto, e também em razão da altura dos guindastes que, em operação, superam por vezes a altura das

torres da Igreja, um dos elementos mais fortes da paisagem tratada aqui como *clássica*. (Ver figuras 10 e 11).

Cabe salientar que quando de referencia a *paisagem clássica* do Centro Histórico de São Francisco do Sul, esta se falando de uma observação externa do mesmo, ou seja, a visão de quem está fora em direção à área tombada. Já os elementos anteriormente destacados, como guindastes, navios e silo, podem ser observados a partir de pontos internos de observação, de dentro do Centro Histórico em direção às áreas externas.



Figura 10 - Vista atual do Centro Histórico a partir do Morro da Rádio, ao fundo é possível perceber um galpão de armazenagem de grãos, localizado na área portuária. Fonte: acervo da autora.



Figura 11 - Vista atual do Centro Histórico a partir do Morro da Rádio, em primeiro plano o Centro Histórico com as torres da Igreja, ao fundo guindastes do Porto em operação. Fonte: acervo da autora.

2.2 O tombamento de São Francisco do Sul - a preservação de uma paisagem clássica

Os dados colocados anteriormente sobre o contexto histórico da ocupação urbana de São Francisco do Sul explicam de forma sucinta o porquê de algumas características urbanas e arquitetônicas da cidade, que resultam de uma convergência cultural que faz de São Francisco do Sul um exemplar *sui generis* da ocupação do litoral catarinense. Souza explica esta questão:

Inexiste, é certo, obras monumentais, tampouco unidade no acervo, mas o valor do sítio está, justamente, na sua composição urbana, com conjuntos com características coloniais, como já foi dito, e outros ora ecléticos, ora *art-nouveau*, convivendo em íntima harmonia de estilos, harmonia facilitada que é pela própria forma assentamento. (1992 p. 131)

O assentamento mencionado por Souza refere-se ao traçado até hoje mantido de forma bastante íntegra no trecho do baixio entre morros que fazia a ligação entre o Porto e a Igreja, e que se espalhava pelos arredores, adaptando-se à topografia local em direção ao interior da Ilha. E é justamente esta composição urbanística que justifica o tombamento do Centro Histórico de São Francisco do Sul, como observa o relatório de estudo¹⁵ elaborado para dar início a este processo:

Nossa análise se deterá no trecho delimitado pelos morros da Caixa d'água e do Rádio e pela orla da baía da Babitonga, em cujo tecido urbano encontramos as referências que contam a história do assentamento mais do que nos monumentos. **Estes constituem o cenário, a parte da narrativa do documento urbano através do qual tem início a percepção de caráter sensível que antecede a compreensão da cidade** [este grifo não consta no original]. Dentre as referências de tecido identificamos dois pontos significativos: a praça com a respectiva Igreja, onde anteriormente localizava-se também a Casa de Câmara e Cadeira e a rua da Praia. Os dois elementos espaciais, a praça e a rua litorânea, junto com a fonte d'água, determinam, durante a lenta construção da cidade, a forma geral que irá assumir o centro histórico de São Francisco do Sul e que se materializa com as ligações entre esses espaços e do conjunto com o interior da ilha.” (CHUVA; PESSÔA, 1995, p. 60)

Este trecho destacado do relatório elaborado para instruir o tombamento nacional, deixa claro quais foram os critérios utilizados para a escolha deste lugar como um “exemplar a ser preservado” como um patrimônio nacional. Ele é um “cenário”, geograficamente bastante

15 - Estudo realizado para o tombamento de São Francisco do Sul pela Historiadora Márcia Regina Romeiro Chuva e pelo arquiteto José Simões de Belmont Pessôa.

marcado e com bordas bem definidas: *a orla* é o local da platéia, de onde este belo espetáculo deve ser observado, *os morros* funcionam como fundo deste *cenário*, atrás dos quais, o que acontece - leia-se aqui, o que se constrói ou o que se modifica - não compromete a cena.

A expressão *paisagem clássica* de São Francisco do Sul utilizada até o momento, refere-se à cena anteriormente descrita. E, considerando-se que foi a partir da elaboração do citado relatório que foi dado início ao processo de tombamento do Centro Histórico, fica claro que a relevância é o conjunto urbano, ou seja, a condição de paisagem vista a partir de um determinado ponto, constituindo sua fachada frontal. Já as características particulares das arquiteturas que o constituem, bem como os trechos urbanos observados de outros ângulos parecem não se mostrar tão interessantes do ponto de vista da preservação.

Quanto à arquitetura, analisada individualmente, os autores não verificam uma relevância comparável a que o conjunto da mesma representa, isto fica claro no trecho a seguir:

Em São Francisco do Sul, onde não se tem a predominância da arquitetura de determinado período sobre outro, é norma a diversidade arquitetônica. A fragilidade da maquiagem arquitetônica deve informar a leitura do documento construído, para não induzir ao erro de aferir o período de construção de determinado edifício diretamente de seu aspecto formal. No entanto, a classificação do repertório estilístico serve para que se entenda o processo paralelo, embora mais rápido, de transformação dos códigos mais visuais do que arquitetônicos de que o homem reveste, como uma roupagem, o corpo espacial do seu habitat. (CHUVA; PESSÔA, 1995, p. 64-65)

As informações existentes no estudo elaborado para o tombamento são muito coerentes com a idéia de Centro Histórico e de preservação vigentes no período histórico em que este estava sendo realizado. Ou seja, mesmo não possuindo grandes monumentos arquitetônicos que justificassem o tombamento de conjunto no início da atuação do IPHAN, a particular forma de assentamento e a relação desta com o sítio, além da representatividade por questões econômicas e culturais deste povoamento para o Estado de Santa Catarina e para o Brasil justificaram seu tombamento.

As tipologias arquitetônicas que compõem este conjunto, embora possuam diferentes linguagens representando os variados períodos de desenvolvimento da cidade, mantém uma coerência formal que permite a percepção da ocupação como um conjunto bem delimitado. Sendo assim o tombamento dá-se nos livros federais “Arqueológico, etnográfico e



Figura 12 - Poligonal de tombamento do Centro Histórico de São Francisco do Sul traçada pelo IPHAN. Nesta imagem é possível perceber que a linha da poligonal ao mesmo tempo que avança sobre o mar, delimita-se pela cumeada dos morros, chegando, em alguns casos, a recortar lotes. Fonte: acervo do ETEC SFS IPHAN.

O processo de tombamento teve início no final da década de 1970, culminando com o tombamento municipal em 1981, por meio da Lei 756 de 18 de março de 1981, sendo o responsável administrativo o então Prefeito Municipal, Flávio Gameiro de Camargo. Tal lei criou uma zona especial de proteção, estabeleceu benefícios e incentivos fiscais e deu atribuições ao Departamento de Educação, Cultura e Turismo e ao Conselho Municipal de Cultura. O tombamento do Centro Histórico pelo município foi, na verdade, um passo para alcançar a proteção federal pelo IPHAN, em 1987.

A área tombada¹⁶ pelo IPHAN abrangeu o núcleo central da cidade - abrangendo cerca de quatrocentos imóveis. A definição da poligonal de tombamento fez-se a partir do conjunto que compõe a *paisagem clássica* do Centro Histórico. Esta poligonal (ver figura 10) engloba a área do baixio entre morros, a fachada dos morros voltadas para este baixio, além de uma faixa de proteção marítima, visando o controle de aterros, a construção de edificações e qualquer ação que possa comprometer a ambiência e paisagem da área quando vista do mar. É importante salientar que o Morro do Hospício é integralmente incorporado pela poligonal que chega a abranger-se até a área do Rio Pedreira.

A preocupação dos profissionais que elaboraram o estudo concentrava-se na preservação justamente desta fachada marítima, que é a mesma, em sua composição de conjunto, que esclarece a “evolução do processo antrópico de construção da cidade”, como fica claro no seguinte trecho do relatório:

Mais do que as peculiaridades arquitetônicas, o cuidado com o frontispício da cidade deve estar presente nas intervenções futuras. Neste momento devemos ter em mente, também em função da referida diversidade de seus elementos arquitetônicos, tratamentos diferenciados, reportando-se sempre àquilo que os caracteriza enquanto elementos explicativos e esclarecedores da evolução do processo antrópico de construção da cidade. (CHUVA; PESSÔA, 199, p. 66-67)

16 - Segundo Dalmo Vieira Filho, representante do IPHAN em Santa Catarina, durante o processo de tombamento de São Francisco do Sul, a proteção municipal seis anos antes foi fundamental para que o processo federal ocorresse de forma tranqüila e sem grandes perturbações.

Alguns cidadãos, a princípio não concordavam com o tombamento, vendo nesta ação uma possibilidade de congelamento da cidade, mas mesmo assim, não houve impugnações dentre os mais de quatrocentos proprietários notificados, sendo assim o tombamento foi considerado voluntário.

DADOS DO TOMBAMENTO FEDERAL

Denominação: Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul.

Ano de tombamento municipal: 1981

Ano de tombamento federal: 1987

Tombamento: Processo 1.163-T-85

Inscrição: 101 Livro arqueológico, etnográfico e paisagístico, fls 50 a 55.

Inscrição: 518 Livro histórico, vol. II, fls 2 a 5.

Esta paisagem protegida pela poligonal de tombamento e caracterizada como a imagem de identificação do conjunto, seu forntispício, teria sua relevância ratificada se a abordagem de alguns autores contemporâneos for observada, principalmente se forem considerados os trabalhos daqueles que fazem do Centro Histórico de São Francisco do Sul, seja por seu patrimônio, seja por sua paisagem, o foco de suas análises.

O mais expressivo exemplo é o caso do livro organizado por Silvio Coelho dos Santos, Anelise Nacke e Maria José Reis (2004), publicado pela editora da UFSC, que trás importante acervo iconográfico de São Francisco do Sul. Maior parte deste acervo, do início do século XX, é composta por cartões postais, além de fotos antigas e atuais, croquis e pinturas artísticas. As imagens presentes no livro quase sempre representam a mesma fachada marítim; é lógico que existem outros ângulos e outras paisagens entre as imagens selecionadas para integrar a publicação, mas os visuais a partir do mar são, sem dúvida, os mais significativos e mais numerosos do que qualquer outro ponto de vista.

Além das imagens antigas, o livro traz ainda um artigo intitulado “Passado e futuro: uma cidade e seu patrimônio” de Dalmo Vieira Filho, cuja folha de abertura é um croqui da proposta de revitalização do Centro Histórico de São Francisco do Sul, do arquiteto Marcelo Cabral Vaz, (ver figura 13) e traz novamente a mesma imagem da orla. Há ainda uma foto-montagem atual, logo no início deste artigo, que reforça o ponto de vista marítimo. (Ver figura 14)

A importância desta paisagem também aparece em outras publicações sobre a cidade. No livro “São Francisco do Sul - Construções Históricas” (2004) organizado por Nelci Terezinha Seibel, dedicado às construções arquitetônicas mais especificamente, traz em uma de suas páginas iniciais uma imagem muito similar à presente no artigo de Vieira Filho, já citado.

E para complementar esta rápida leitura acerca da bibliografia produzida sobre São Francisco do Sul, vale destacar que no volume II dos Cadernos Técnicos do Programa Monumenta dedicado aos “Sítios Históricos e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais” do Sul e Sudeste (2005), traz apenas três pequenas imagens da cidade, sendo que uma delas retrata exatamente a mesma paisagem descrita até o momento.



Figura 13 - Croqui da proposta de qualificação urbana no IPHAN para São Francisco do Sul, em primeiro plano um trapiche, mas ao fundo é possível perceber que o croqui retrata a chamada *paisagem clássica*. Autoria: Arq. Marcelo Cabral Vaz. Fonte: VIEIRA FILHO, 2004

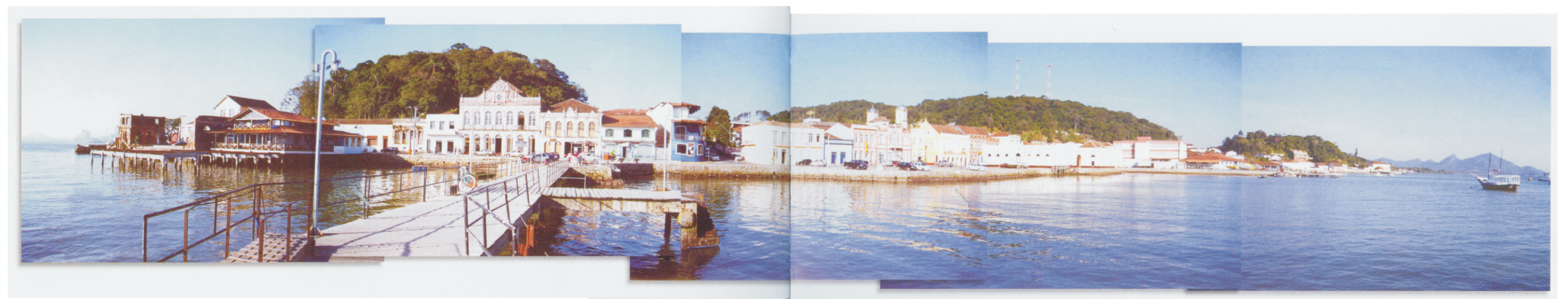


Figura 14 - Foto-montagem de São Francisco do Sul, retratando a fachada marítima do Centro Histórico. Fonte: VIEIRA FILHO , 2004.

Existe um pequeno trecho da área tombada, atrás do Morro do Hospício que não fica evidente nas imagens relatadas, trata-se de uma área na qual muitas arquiteturas já se encontram alteradas, não só em sua linguagem, mas mesmo em sua tipologia. Surgem edificações de 3 ou 4 pavimentos sem o tradicional volume da cobertura, muitas edificações rompem os alinhamentos originais, criando *dentes* na paisagem do local (ver figuras 15 e 16). Essa mudança maior da paisagem deve-se, além do fato de estar de certa maneira longe dos olhos dos interessados na preservação, à proximidade com o Porto. Esta relação mais direta da cidade com o Porto, ou seja, o local onde tecido urbano e atividades portuárias se misturam, existe uma maior demanda de prestação de serviços e comércios, que acabam por tornar este local uma centralidade focalizada nas funções portuárias.



Figura 15 - Vista da Rua Fernandes Dias em direção ao Porto. É possível perceber o rompimento do tecido em razão da existência de um posto de combustíveis, além de tipologias arquitetônicas diversas das recorrentes no Centro Histórico. Fonte: acervo da autora, 2007.

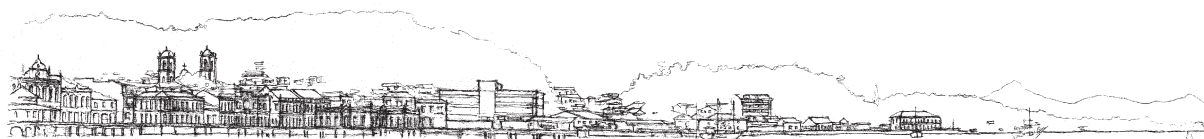


Figura 16 - Vista da Rua Rafael Pardini. Além da edificação arruinada à esquerda da imagem, nota-se, à direita, a existência de edificações fora do alinhamento tradicional. Fonte: acervo da autora, 2007.

Enfim, analisando o estudo realizado para o tombamento de São Francisco do Sul é perceptível que existia uma idéia prévia do que seria a paisagem a ser preservada, já que desde seu princípio até suas páginas finais, o trecho pesquisado é o mesmo, os autores do estudo de instrução para o tombamento deixam isto claro quando colocam que suas análises se deteriam no trecho delimitado pelos morros da Caixa d'água e da Rádio e pela Orla da baía da Babitonga (Chuva e Pessôa, 1995, p.60).

Talvez esta paisagem já constituísse uma imagem de identidade local e por isso mesmo merecesse ser preservada. A poligonal de tombamento apenas ratifica os limites físicos e visuais desta imagem, já bastante estabelecida pelo sítio e pela forma de ocupação.

CAPÍTULO 3



A PAISAGEM QUE SE CONSTRÓI

CAPÍTULO 03:

A PAISAGEM QUE SE CONSTRÓI

Como visto no capítulo anterior, o tombamento de São Francisco do Sul é feito a partir de uma paisagem bastante clara, definida e consolidada de seu Centro Histórico - sua fachada marítima, a poligonal vem apenas delimitar fisicamente a mesma. Isto significa que, paisagisticamente, este espaço já estava formado e apresentava características suficientemente interessantes a ponto de justificar sua preservação enquanto patrimônio nacional.

Esta paisagem não é configurada apenas por suas características visuais, embora no caso de São Francisco do Sul, a imagem, o cenário tombado tenha fortes referências visuais. Para Assen de Oliveira e do Amaral e Silva (2005) em artigo apresentado no seminário sobre paisagem, em Córdoba na Argentina, a *Paisagem Urbana* é recorrentemente considerada apenas como variável visual, sem que as relações que estruturam a mesma sejam discutidas. Para as autoras, as variáveis que estruturam a paisagem e a inter-relação entre elas devem ser investigadas para a melhor compreensão do contexto¹⁷. Sobre a estrutura da paisagem as autoras ressaltam:

A idéia de estrutura pode ser útil no que aqui tratamos; estrutura entendida no sentido de suporte, onde um certo número de elementos está relacionado entre si segundo alguma lógica e que apresenta alto grau de estabilidade num certo período de tempo. Pode-se falar em estrutura familiar, estrutura social, estrutura econômica, etc., e na estrutura da paisagem, a qual está muito próxima ou superposta à estrutura urbana da cidade. [...] A estrutura é portanto uma organização de elementos os quais mantêm entre si relações solidárias, estáveis e dinâmicas, que podem ser identificadas e onde a mudança em elementos e/ou nas suas relações tendem a alterar a estrutura como um todo. A estrutura deste modo, pode ser entendida como base ou fundamento de uma rede complexa regida por uma coesão interna que articula diferentes sistemas estruturados segundo suas próprias lógicas criando 'lugares'. Estes lugares, pontos específicos da cidade, serão tão ou mais importantes na paisagem urbana quanto mais significativos forem e responderem a seus papéis na estrutura da cidade e nas diversas articulações que estabelecem em diferentes escalas. (2005, p.6-7).

Buscar conhecer quais são as variáveis que estruturam e que servem de suporte para a paisagem preservada, bem com a inter-relação entre essas variáveis pode facilitar a compreensão

17 - No caso do artigo das autoras, a importância do reconhecimento das paisagens urbanas e seus elementos era ressaltada para a realização de estudos de impacto de vizinhança - EIV - ferramenta instituída de forma sistemática pelo Estatuto da Cidade, todavia, os conceitos abordados e trabalhados pelas autoras são perfeitamente transportáveis para a questão da paisagem tombada que, teoricamente, não deveria sofrer grandes impactos visuais.

quanto à estabilidade e à dinâmica destas variáveis no conjunto, permitindo a análise da forma de articulação destes elementos e a conseqüente caracterização desta paisagem.

A representação destas articulações é sempre formal; é através da forma que se pode compreender as dinâmicas urbanas passadas e presentes, e quais as lógicas e relações formavam as estruturas da paisagem da cidade em diferentes períodos. Além das características morfológicas desta paisagem - dentre as quais se pode citar o sítio físico e a forma como este é apropriado, a malha e o parcelamento do solo, as tipologias e linguagens arquitetônicas, entre outras; pode-se alertar quanto à importância das características culturais próprias do lugar.

A abordagem cultural será aqui focada no sentido de compreender as implicações formais destas características na paisagem, ou seja, sendo a construção da paisagem parte de um processo histórico de ocupação, as ações que se processam sobre a mesma, tanto por suas características materiais quanto culturais são expressadas formalmente, como parte do processo histórico que a tenha gerado. As diferentes formas de apropriação e uso dos lugares, bem como a maneira em que se processam as relações entre os diferentes elementos *materiais* de configuração do espaço são características atribuídas por cada cultura individualmente, neste sentido, mesmo que os elementos *formais* de caracterização sejam muito similares, as diferenças entre os processos culturais que os articulam geram paisagens totalmente diversas.

Nesse sentido, é extremamente relevante abordar a paisagem por um viés voltado para suas características morfológicas - mais importantes. Esta abordagem visa analisar, de forma integrada, elementos que compõem o sítio urbano do Centro Histórico, assim como as características do tecido urbano de São Francisco do Sul, buscando compreender a participação de cada um desses elementos na constituição da paisagem tombada, bem como na preservação ou modificação da mesma, tanto na sua escala geográfica, do grande conjunto do Centro Histórico, quanto na escala mais localizada, do pequeno conjunto à escala possível de ser apreendida pelo pedestre.

Isto significa dizer que, se o tombamento de São Francisco do Sul se deu a partir de um cenário pré-estabelecido, que prioriza a chamada *paisagem clássica* vista a partir do mar, e se esta paisagem é o foco de preservação das instituições responsáveis na cidade, é importante conhecer que elementos morfológicos a compõem e a estruturam, bem como quais são suas características principais e formas de articulação.

A partir do momento em que se sabe sobre quais elementos a preservação se aplica pode-se compreender o resultado visual desta paisagem, já que em muitos casos há preservação

3.1 A definição do território:

A ação antrópica, assim, através de modificações que se fazem necessárias na incorporação dos acidentes geográficos, submete a paisagem natural a um modelo próprio de projeto espacial, que propicia a atividade humana. O homem superpõe ao objeto natural sua representação material. O arbítrio da representação é apenas aparente, pois ela é consequência tanto das características do sítio como dos modelos disponíveis a que recorrer o pioneiro em sua ação. O processo de intercâmbio com a natureza não condiciona apenas a forma pela qual o sítio é transformado, ela já condicionava a escolha do próprio sítio. (CHUVA; PESSÔA, 1995, p. 61)

As relações de troca entre o homem e a natureza têm início antes da ação efetiva de ocupação da terra. A ação e o projeto urbanístico já existe na simples escolha do sítio, que é a base material da ocupação, e suas características se impõem às decisões humanas, definindo as formas como é adaptado às necessidades de cada cultura. Essas condições prévias do sítio são, como citado no trecho acima, submetidas, na medida do possível, a um modelo espacial de ocupação historicamente constituído.

Portanto, esta relação das *características do sítio x forma de ocupação*, deriva da escolha do local e da cultura que dele se apropria, definindo o que se trata aqui como paisagem cultural, “agenciada pela indústria humana” como cita o parágrafo 2º do Artigo 1º do Decreto-Lei 25/1937. É importante destacar que dentre as características deste sítio *escolhido* deve-se ter em conta que, além dos aspectos ambientais, topografia, vegetação, recursos hídricos, insolação e aeração, características como localização, acessibilidade, disponibilidade para o desenvolvimento de atividades econômicas são fundamentais para uma possível fixação da ocupação inicial.

No caso de São Francisco do Sul, a área escolhida para a implantação do povoamento localiza-se na porção noroeste da ilha costeira muito próxima ao continente, região esta banhada por uma baía de águas calmas e profundidade bastante propícia para a aproximação de barcos que necessitem de grande calado. É cercada por pequenas elevações em sua porção sul - morros da Caixa D'água e do Rádio, os quais protegem o local dos ventos vindos do sul; e ao norte, pelo Morro do Hospício.

A topografia se acentua a partir da baía em direção aos Morros de forma gradual. É possível perceber que a primeira curva de nível é praticamente paralela à orla e é justamente nesta área entre os morros, um pouco mais elevada, que se dá a ocupação inicial da localidade, com a implantação da Igreja e do Porto (como mostra a figura 17).

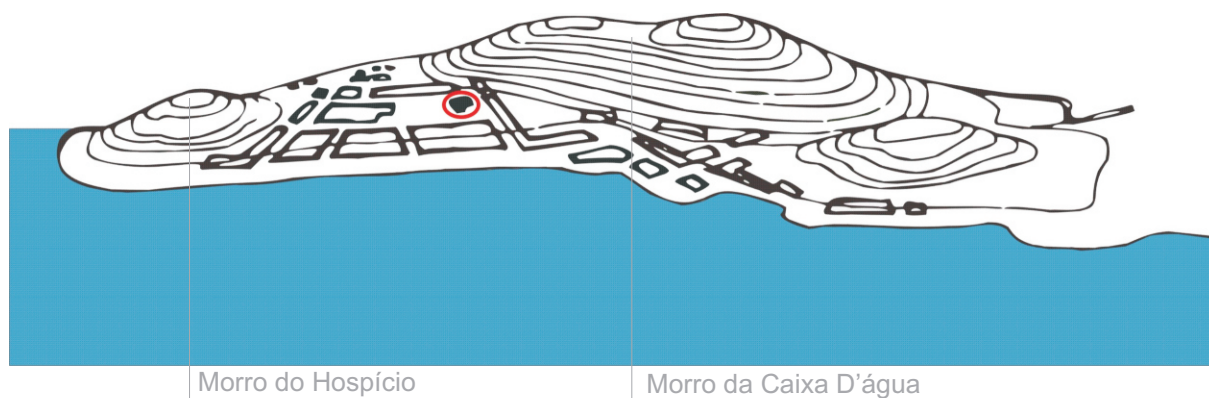


Figura 17- Croqui da ocupação inicial de São Francisco do Sul em 1850, destacada com um círculo vermelho a localização da igreja. A ocupação do território dá-se a partir da localização do Porto e da igreja, e vai ocupando o baixio entre morros na linha da primeira curva de nível do sítio. A ocupação das áreas de encosta é pouco significativa.

Morro do Hospício

Morro da Caixa D'água

Figura 18 - Vista aérea do Centro Histórico de São Francisco do Sul. A topografia dos morros, à direita da imagem, como limite de ocupação e fundo da *paisagem clássica*. Fonte: acervo do IPHAN.



Os morros serviam como proteção e limite da ocupação do território. A partir da análise de três mapas elaborados para o IPHAN na ocasião da montagem do dossiê de tombamento do Centro Histórico, que representam a *evolução urbana* da região nos períodos de 1850, 1900 e 1950, é perceptível que somente após a ocupação mais efetiva deste *miolo protegido* é que se efetivou a real ocupação das áreas mais periféricas, principalmente na direção dos caminhos que levavam ao interior da ilha.

Alguns elementos que facilitaram a ocupação do território e contribuíram para a fixação do povoamento nesta área mais central foram: a existência de uma fonte de água doce, localizada aos pés do morro da Caixa D'água, que ainda hoje serve ao abastecimento de boa parte da população, e do Rio da Pedreira - e a existência da baía navegável protegida de ventos e das turbulências do mar. Sobre a importância da proximidade com as fontes de água doce, Assen de Oliveira (2004) salienta um trecho de Lemos¹⁸, no qual este explicita a relevância da fonte na vida cotidiana antes da popularização do sistema de água encanada:

A proximidade às fontes de água, como elemento organizador do espaço físico e social, aparece noutros contextos, como o de São Paulo, referido por Lemos, onde os 'serviços domésticos careciam de um elemento que não podia ser obtido, na maioria das vezes, dentro do limite restrito da moradia. Era inevitável que a parte referente a lavagem de roupa fosse resolvida executando-se o serviço nas margens dos rios, ou em tanques públicos, dado o grande volume de água pedido. A lei do mínimo esforço fazia, e ainda faz, com que se transportasse para a casa a água estritamente precisa às pequenas limpezas, à cozinha e aos raros banhos de gamela [...]' (LEMOS, C. Cozinhas ..., p. 34). (ASSEN DE OLIVEIRA, 2004, p. 818)

Neste sentido, identificam-se assim alguns elementos do sítio que, por razões estratégicas, contribuíram na definição da forma de ocupação do território: a baía, acessível em um período no qual os transportes de longas distâncias eram feitos por vias marítimas; os morros, que contribuíam para a proteção militar e climática, protegendo o povoamento dos ventos; a fonte de água doce muito próxima e de Rio, que facilitava o deslocamento em direção ao interior da ilha.

Outros elementos facilitaram a fixação da ocupação no território, tais como a construção do Porto e da Igreja, no entanto, a importância destes para a configuração da paisagem já foi abordada mais detalhadamente no capítulo 02. O que deve aqui ficar registrado é a relevância destes equipamentos para a constituição do tecido urbano do Centro Histórico, já que é a partir deles que se dão as conexões, os lotes e até mesmo a configuração das tipologias arquitetônicas.

Nos mapas de *evolução urbana* do IPHAN, apresentados a seguir, é possível perceber que a ocupação se concentra, em 1850, no baixio entre os morros e na região da orla

18 - LEMOS, Carlos A. C. **Cozinhas, etc.** 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

morros e da área de contorno do Morro do Hospício, além da criação de pequenos aterros na orla, próximos à região do Porto para a construção de equipamentos de suporte do mesmo, como o Mercado Público.

Legenda

Igreja;

Casa de Câmara e Cadeia;

Ocupação desenvolvida entre a área do Porto e da Igreja;

Ocupação desenvolvida ao redor da área da Igreja;

Ocupação desenvolvida ao longo da orla;

Ocupação desenvolvida nas encostas dos Morros;

Ocupação desenvolvida em direção ao interior da Ilha.

Praças

Prefeitura Municipal



Figura 19 - Ocupação do núcleo em 1850. Neste mapa é possível perceber uma maior ocupação da orla e da área de entorno da Igreja. Fonte: IPHAN - ETEC São Francisco do Sul (mapa editado pela autora), 2007.

No mapa referente a 1950, as mudanças são ainda mais sutis. O mais marcante é a construção de outros aterros, visando a colocação de equipamentos públicos como o INSS, por exemplo, a construção da Prefeitura Municipal e uma maior definição da malha urbana da região próxima ao novo Porto, instalado em meados do século XX.



Figura 20 - Ocupação do núcleo aproximadamente no ano de 1900. Neste mapa percebe-se a formação de quadras mais bem delimitadas, bem como o incremento de alguns aterros. Fonte: Plano de preservação do patrimônio histórico de São Francisco do Sul- arquivo do IPHAN - ETEC São Francisco do Sul (mapa editado pela autora), 2007.



Figura 21 - Ocupação do núcleo, aproximadamente no ano de 1950. Neste mapa percebe-se a abertura de novas ruas, bem como a ampliação dos aterros e a construção de uma série de edifícios sobre o mesmo (edifícios públicos). Fonte: Plano de preservação do patrimônio histórico de São Francisco do Sul- arquivo do IPHAN - ETEC São Francisco do Sul (mapa editado pela autora), 2007.

Os dois aterros realizados foram as maiores alterações na configuração paisagística do Centro Histórico de São Francisco do Sul. Isto porque se deram justamente no *frontispício* o elemento mais característico da paisagem do lugar, segundo os estudos de tombamento. As edificações, tanto do Mercado Público, quanto o INSS, já existiam na época em que se efetivou o tombamento, mas nem por isso o relatório deixa de fazer a recomendação de cuidado com futuras intervenções nesta localidade, já que esta é a representativa da “evolução do processo antrópico de construção da cidade”. (CHUVA; PESSÔA, 1995, p.66-67).

3.2 Traçados estabelecidos:

A ocupação do território de São Francisco do Sul concentrava-se basicamente na localidade onde hoje encontra-se o Centro Histórico, contudo, existia uma série de pequenas comunidades espalhas pela ilha, que se responsabilizavam pela produção agrícola e pela Pesca.

O acesso a essas comunidades ocorria, na maioria dos casos, a partir da região central, que oferecia mais comércios e serviços, entre eles a igreja e o porto.

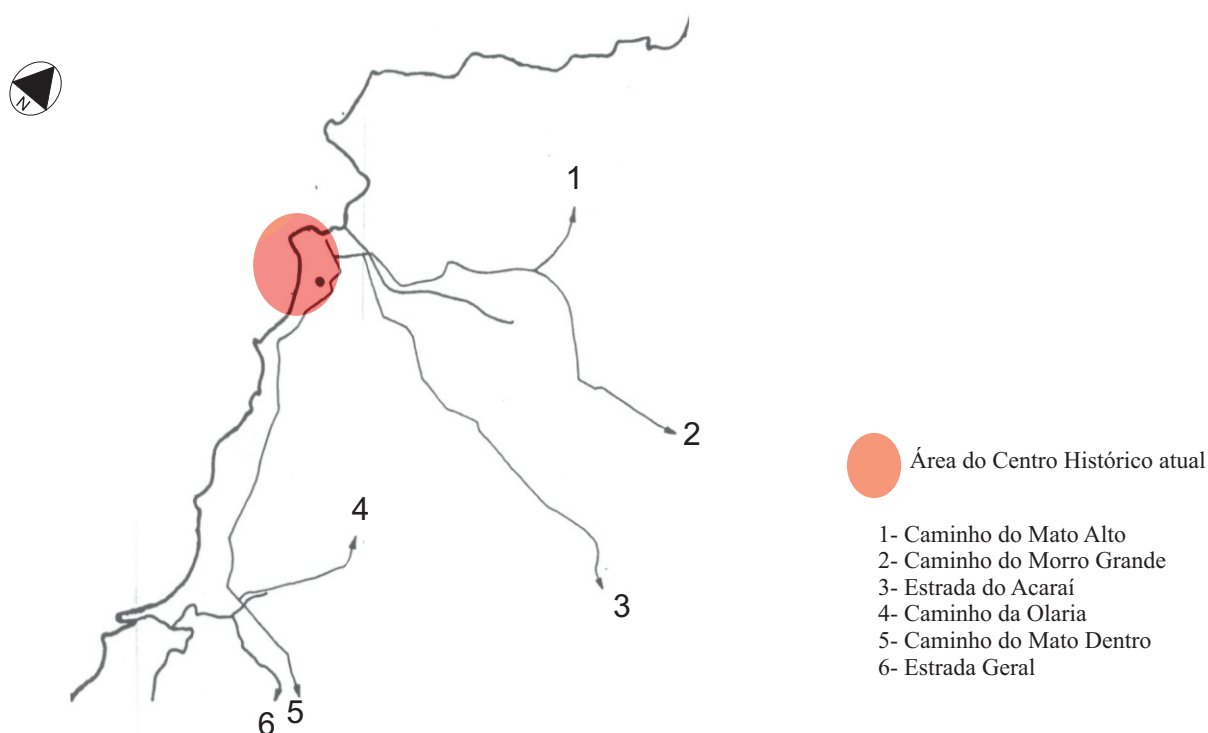


Figura 22 -O traçado dos caminhos para o interior da Ilha de São Francisco do Sul em 1750. Nesta representação é possível perceber que grande parte dos acessos às áreas partem da região onde hoje se localiza o Centro Histórico. Fonte: Plano de preservação do patrimônio histórico de São Francisco do Sul- arquivo do IPHAN - ETEC São Francisco do Sul

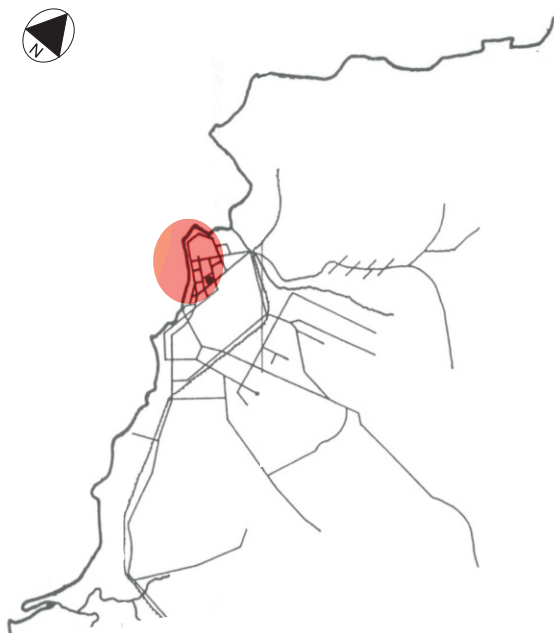


Figura 23 - Expansão dos caminhos em direção ao interior da Ilha em 1950, antes da transferência definitiva do Porto para a área ao norte do Centro Histórico. Fonte: Plano de preservação do patrimônio histórico de São Francisco do Sul- arquivo do IPHAN - ETEC São Francisco do Sul



Figura 24 - Expansão dos caminhos em direção ao interior da Ilha em 1980, percebe-se um aumento considerável de caminhos na porção norte, em razão da localização e desenvolvimentos do Porto. Fonte: Plano de preservação do patrimônio histórico de São Francisco do Sul- arquivo do IPHAN - ETEC São Francisco do Sul

A articulação dos condicionantes do sítio aos equipamentos de grande porte construídos na cidade - Porto e Igreja - determinou claramente a forma de assentamento do tecido urbano. Num primeiro momento, como mostra a figura 25, as arquiteturas se organizavam as margens da Baía da Babitonga, onde se localizava o Porto e ao redor do pátio da Igreja, gerando alguns eixos principais de circulação:

- 1- Eixo de contorno da orla;
- 2- Pátio da Igreja e eixos de circulação de garantiam o acesso às casas do entorno do mesmo;
- 3- Eixos perpendiculares à orla, que faziam a conexão do Porto com o pátio da Igreja.

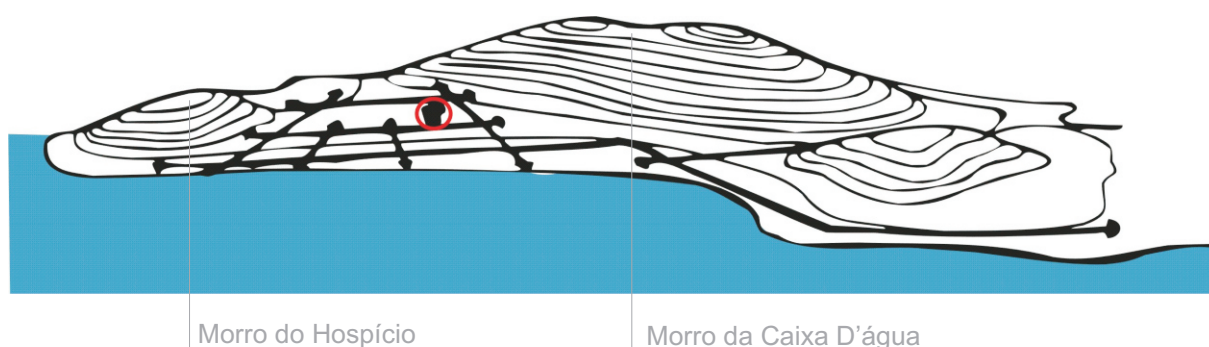


Figura 25 - Croqui com os principais eixos de circulação, baseado no mapa de evolução urbana de 1850. Destacada com um círculo vermelho tem-se a localização da igreja, que junto com a orla determinavam os principais eixos de circulação. As conexões se davam principalmente no nível do baixio entre morros, sem muitas interligações com as demais áreas da ilha. Fonte: acervo da autora.

Por se tratar de uma ocupação ainda com poucas unidades arquitetônicas, estes eixos não tinham uma marcação muito definida, na verdade, era a massa construída que se destacava no conjunto. Numa relação fundo-figura, os espaços livres - o espaço de circular - configuravam o fundo e as arquiteturas as figuras.

Já no início do século XX, com o adensamento da ocupação, os eixos de circulação se tornam mais claros e definidos. O pátio da Igreja torna-se um ente *separado* da circulação lindeira. Tanto o eixo que margeava a orla ao longo do Porto, quanto os que conectavam a mesma área a Igreja passam a ter uma maior definição. Ocupam-se as bases dos morros e, como consequência, são abertos novos eixos de circulação por trás das edificações iniciais, que ocupavam, praticamente, apenas a orla.

Somente com o aumento da densidade de ocupação horizontal do solo na cidade é possível identificar mais claramente os eixos de circulação já que, como afirma Nestor Goulart Reis Filho:

Numa época na qual as ruas, com raras exceções, ainda não tinham calçamento, nem eram conhecidos passeios - recurso desenvolvido já em épocas mais recentes, como meio de seleção e aperfeiçoamento do tráfego - não seria possível pensar em ruas sem prédios (2004, p. 22)

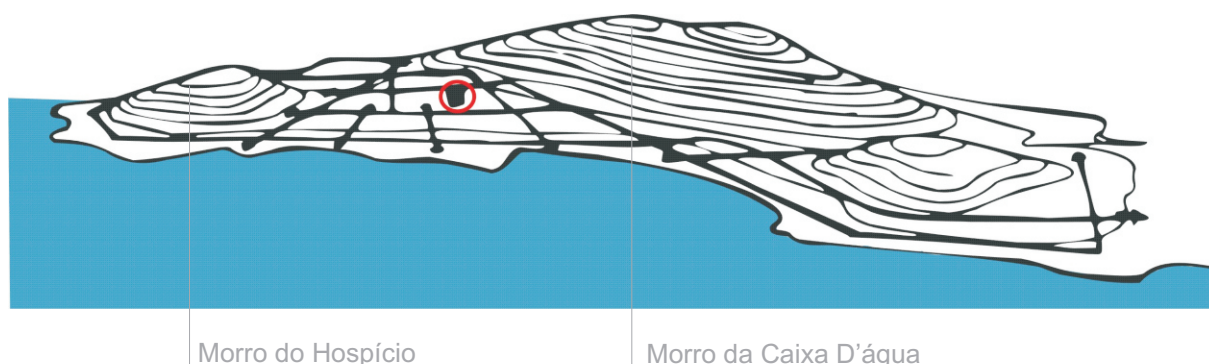


Figura 26- Croqui com os principais eixos de circulação, baseado no mapa de evolução urbana de 1900. Os eixos de circulação se expandem, aproximando-se dos morros; é possível perceber também um aumento de conexões da área do Centro Histórico com as demais regiões da ilha. Fonte: acervo da autora, 2007.

No caso de São Francisco do Sul, o período descrito corresponde ao incremento nas atividades portuárias que, além de permitir, financeiramente, a expansão da cidade, fez com que as arquiteturas presentes na ocupação mais inicial, dos séculos XVIII e XIX, fossem sendo substituídas pelas arquiteturas do final do século XIX, início do século XX.

Na segunda metade do século XX, a única alteração significativa na malha urbana do que hoje corresponde ao Centro Histórico, foi a sua ampliação no sentido nordeste, em razão do deslocamento das novas atividades portuárias para aquela região.

O desenvolvimento da malha urbana evidencia as mudanças ocorridas em função da implantação, crescimento e deslocamento do Porto, elemento que, como colocam Chuva e Pessoa nos estudos para o tombamento, justifica a própria existência do núcleo. Dessa forma, a malha, seu desenho e suas conexões configuram um significativo elemento de preservação do sítio:

Embora realizada de modo incipiente até o século XIX, a vocação portuária do sítio não só justifica a existência do núcleo e as transformações do suporte natural inerentes à sua existência, como determina também a eleição da orla como fator preponderante de sua ordenação. A Rua da Praia, juntamente com a praça e os caminhos para o interior, que tangenciam o relevo envolvente, formam a estrutura-matriz, representação sincrônica de um projeto de habitat. (CHUVA; PESSÔA, 1995, p.61)

Atualmente, a estrutura de caminhos existente no Centro Histórico segue uma hierarquia muito semelhante à originalmente implantada. A rua que margeia a orla - antiga Rua da

Praia e atual Rua Babitonga - continua sendo o principal eixo de circulação da área, juntamente com a rua lateral à Igreja- atuais Praça Getúlio Vargas e Rua Hercílio Luz.

Vale destacar que são justamente nestas localidades que, hoje, se encontram os pontos finais do transporte coletivo da cidade. Nos trapiches junto à Rua Babitonga atracam os barcos de pescadores, alguns barcos de turismo, como escunas e os que, cotidianamente, fazem a ligação da área central com a comunidade da Vila da Glória, porção continental da cidade. Nesta mesma região, ou seja, junto à Rua Babitonga, encontram-se também um Clube Náutico e um Terminal Marítimo do Governo do Estado, em preparação da estrutura física para recepcionar navios de turismo de grande porte, o que vai reforçar a imagem da *paisagem clássica*.

O transporte público terrestre é feito por ônibus procedentes de bairros vizinhos e até mesmo dos balneários mais distantes, tendo como seu ponto final a Praça Getúlio Vargas, localizada à frente da Igreja.

A conexão da área central com os bairros adjacentes continua sendo feita, principalmente, por meio das vias que “tangenciam o relevo envolvente”. Na porção sul, essa ligação é feita pela via que se localiza entre a orla e o Morro da Rádio - atuais Ruas Marechal Floriano Peixoto e Comandante Cabo. Na porção norte pela atual Rua Fernandes Dias, localizada entre os Morros do Hospício e da Caixa D'água, que faz a ligação mais direta da região central com a área portuária.

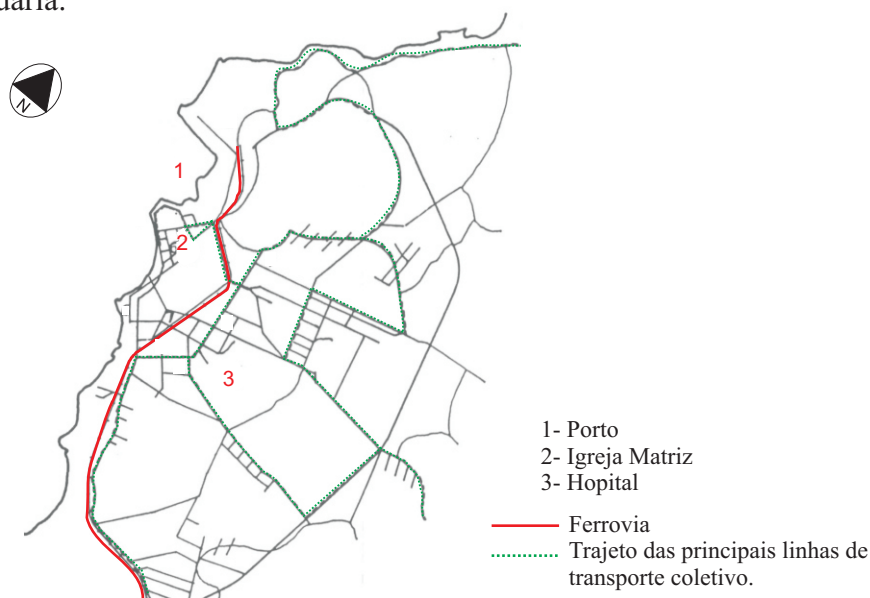


Figura 27 - Caminhos em direção ao interior da Ilha com a demarcação da linha ferroviária e com os principais trajetos das linhas de transporte coletivo atuais, a área central ainda permanece como ponto de origem e destino desse transporte. Fonte: Plano de preservação do patrimônio histórico de São Francisco do Sul- arquivo do IPHAN - ETEC São Francisco do Sul.

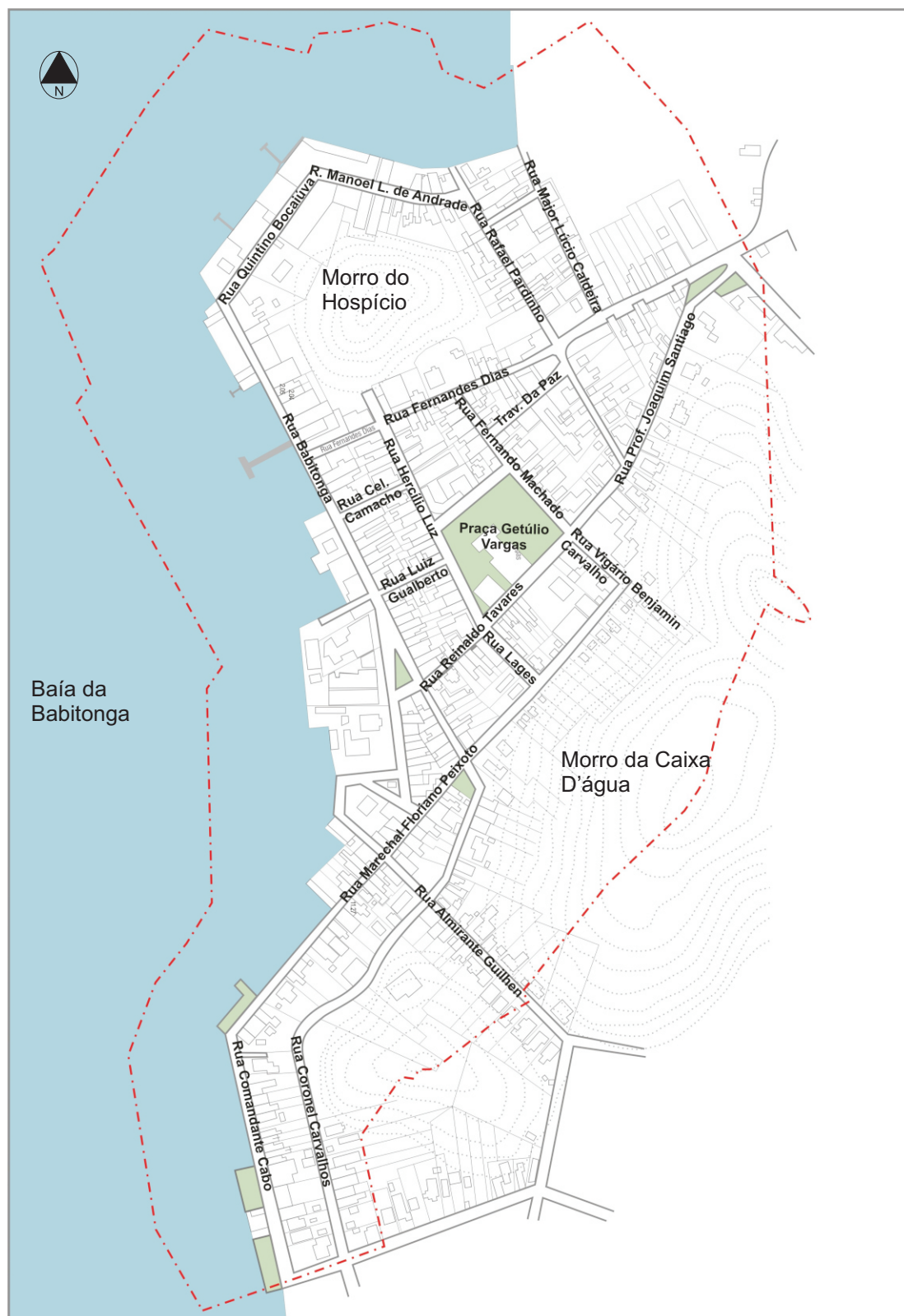


Figura 28- Mapa de São Francisco do Sul com a demarcação e nomeação das ruas atuais. Fonte: acervo IPHAN. Mapa editado pela autora, 2007.

Esses dois eixos principais de ligação chegam à Rua Babitonga, ou seja, têm uma relação direta com a orla. Na porção sul, as ruas tangenciam o mar e na porção norte, ele é o ponto focal da Rua Fernandes Dias.

Por ser uma área de fácil acessibilidade por mar e terra, esta região mais central passou a concentrar atividades comerciais e de serviços, principalmente na primeira linha de quadras em relação ao mar, utilizadas pelos moradores de toda a cidade. Já nas regiões de morro, concentram-se as áreas residenciais, sendo que nas áreas intermediárias entre a orla e os morros existem atividades mais variadas, configurando usos mistos.



Figura 29 - Croqui do macro parcelamento com especificação de uso por quadras. As quadras marcadas com a cor vermelha são as que concentram principalmente comércio e serviços, sendo pequeno o número de residências, quando estas ocorrem são geralmente nos pavimentos superiores. As áreas em amarelo, às pés dos morros da Caixa D'água e da Rádio concentram o uso residencial. Já nas áreas laranja estes usos são bastante mesclados. É possível perceber uma grande concentração de usos comércio e serviços ao longo da orla. Fonte: acervo da autora.

Esta relação da distribuição das atividades no sítio urbano do “local de ocupação” x “atividades predominantes” apresentam consequências formais na configuração do tecido, perceptíveis não na escala do conjunto, mas na escala do pedestre, já que muitas atividades mais contemporâneas exigem alterações tipológicas significativas nas arquiteturas existentes ou construídas.

3.3 Dinâmica do tecido:

Como visto até o momento, a malha urbana, bem como a forma de apropriação do sítio no Centro Histórico de São Francisco do Sul, ainda se mantém muito similar ao encontrado no início do século XX, período de maior prosperidade econômica com maiores alterações urbanas no Centro Histórico na história da cidade até seu tombamento municipal.

As alterações então ocorridas tiveram consequências diretas no tecido urbano, que costuma refletir as condições e alterações sócio-econômicas dos lugares. Reis Filho, que defende a relação direta e dinâmica entre o lote e a arquitetura, reconhece também que antes de uma alteração estrutural do tecido, a primeira etapa de renovação é na arquitetura, a qual materializa uma série de outros elementos definidores do tecido urbano, tais sejam, a forma de parcelamento do solo e até mesmo a malha urbana:

Um traço característico da arquitetura urbana é a relação que a prende ao tipo de lote em que está implantada [...]. Ao mesmo tempo, não é difícil constatar que os lotes urbanos têm correspondido, em princípio, ao tipo de arquitetura que irão receber [...]. As mudanças ocorridas em ambos os setores, através da História, são de molde a indicar a persistência de um conjunto de inter-relações, cujo conhecimento é sempre da maior importância, seja para o estudo da arquitetura, seja para o estudo dos aspectos urbanísticos. Como ressalva, apenas será de notar que a arquitetura é mais facilmente adaptável às modificações do plano econômico-social do que o lote urbano, pois as modificações destes exigem, em geral, uma alteração do próprio traçado urbano. Em decorrência, os sinais da evolução podem ser reconhecidos quase sempre- senão sempre- em primeiro lugar no plano arquitetônico e só depois no urbanístico, onde são fruto de uma adaptação mais lenta. (2004, p. 16)

Em São Francisco do Sul, esta dinâmica do tecido é bem característica; como colocado no capítulo 02, as arquiteturas não seguem uma única linguagem arquitetônica. Pelo contrário, representam uma composição de vários estilos que convivem sobre uma mesma forma de ocupação, leia-se aqui, malha e parcelamento do solo, em alguns trechos ainda muito característicos da forma de ocupação inicial.

A manutenção relativa do parcelamento do solo e a relação íntima entre este e as arquiteturas garantem que, embora a linguagem arquitetônica das edificações seja muito variada, o tecido torne-se bastante homogêneo, no que diz respeito às suas características tipológicas, que, por fim, compõem o conjunto paisagístico.

O parcelamento do solo na região analisada é muito característico em razão da natureza do sítio e a forma de apropriação deste. Nos estudos feitos para o tombamento, essas

características são referenciadas:

Identificada a praia como geradora da ocupação, teremos por gemação, os lotes voltados para a praça. Os lotes neste trecho do tecido urbano desenvolvem-se em torno de um eixo paralelo à praia, divisor dos dois elementos espaciais significativos (praia/prança). A ordenação dos lotes define a 'direcionalidade' das quadras 1,2 e 3 (mapa 2). São quadras retangulares e homogêneas, quase que um único corpo, onde pequenas falhas no tecido originam os canais de comunicação entre as áreas de interesse (porto/igreja), não mais do que estreitos becos. (CHUVA; PESSÔA, 1995, p. 61)

A três quadras citadas pelos autores são as que correspondem à fachada marítima do Centro Histórico, sendo que estas apresentam-se bem delimitadas deste o século XIX. A localização estratégica entre o Porto e a Igreja fez destas quadras as mais intensamente ocupadas ao longo de toda história de São Francisco do Sul.

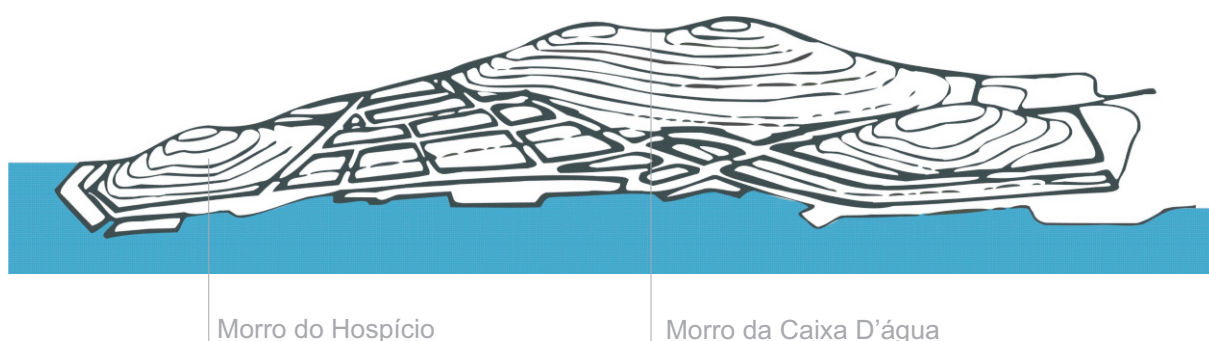


Figura 30 - Croqui do macro-parcelamento. Nesta imagem, com a demarcação das quadras do Centro Histórico fica visível a ocupação na área da planície entre morros compostas por quadras pequenas, com forma geralmente retangular. Os três morros do Hospício, da Caixa D'água e da Rádio configuram cada um, uma quadra, com dimensões bem maiores que as anteriormente citadas e cujos desenhos devem-se à topografia. Fonte: acervo da autora, 2007.

As demais quadras surgem em razão das ocupações do entorno do pátio da Igreja, da orla e das bases dos morros. Os três morros presentes na área, da Rádio, da Caixa D'água e do Hospício, podem ser vistos como configurando, cada um isoladamente, uma quadra.

Do que se pode perceber desta breve explanação sobre o macro-parcelamento e a delimitação das quadras é que este, provavelmente, não é delimitado apenas como um ente individual e pré-concebido da estrutura morfológica. Configura-se quase como uma consequência da estrutura de micro parcelamento - definição dos lotes - que no período de consolidação do tecido correspondiam às arquiteturas no alinhamento - bloco perímetro edificado. Ou seja, a estrutura de macro-parcelamento hoje estabelecida na região parece decorrer, principalmente, da forma de implantação das arquiteturas no micro-parcelamento.

As características tipológicas da arquitetura do período colonial, quando se implantou a ocupação inicial de São Francisco do Sul, geraram uma divisão fundiária, na qual os lotes apresentam uma testada bastante estreita, voltadas para o mar ou para a Igreja, como colocado por Chuva e Pessôa (1995). Esta divisão característica dos lotes - decorrente da arquitetura daquele período - vai ditar um ritmo miúdo e bastante cadenciado à paisagem do Centro Histórico, mesmo com a implantação de arquiteturas de períodos posteriores, já que estas se adaptam à estrutura fundiária existente. Esta característica de lotes estreitos e longos se repete em outras *quadras* do Centro Histórico, todavia é neste trecho que o micro-parcelamento se mostra ainda íntegro.

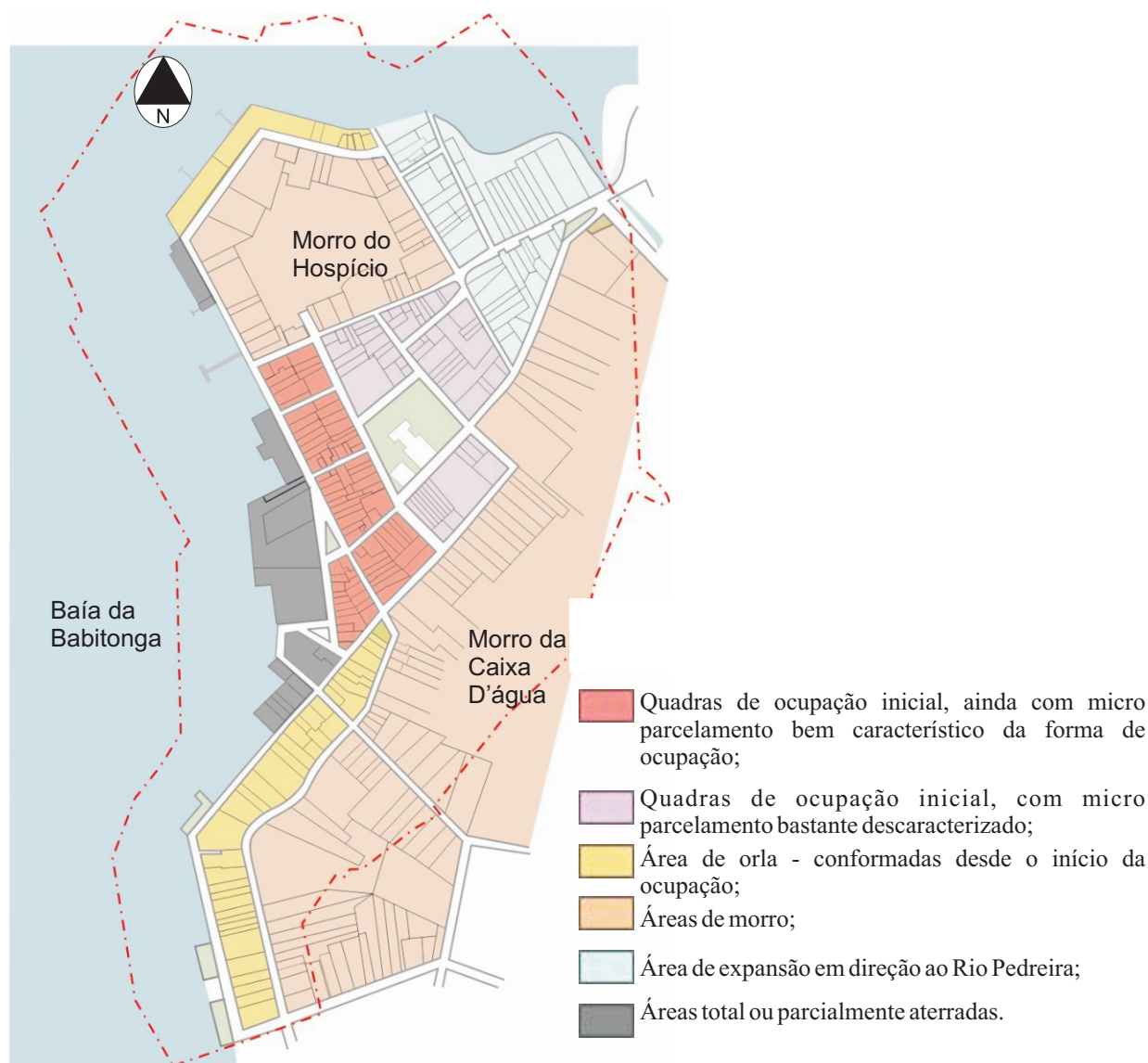


Figura 31 - Estrutura de micro-parcelamento do solo do Centro Histórico. Mapa de análise no qual é possível identificar os seis tipos de parcelamento encontrados na região tombada. Fonte: acervo da autora, 2007.

Dentre os *tipos* de micro-parcelamento do solo encontrados no núcleo tombado, podem-se destacar seis regiões de diferentes características, de acordo com as dimensões e disposições dos lotes, bem como pelo grau de integridade ou alterações -desmembramentos e remembramentos - que apresentam. Estas características têm um reflexo direto na composição do tecido urbano, já que cada *tipo* de parcelamento corresponde, na maioria dos casos, a uma tipologia arquitetônica específica.

O primeiro deles corresponde à área mais central, bem próxima à orla, compreendendo as três quadras anteriormente comentadas, bem como mais duas quadras ao sul (ver figura 25). As características deste tipo de parcelamento são lotes longos e estreitos que ainda se mantêm bastante íntegros. É certo que algumas alterações devem ter ocorrido ao longo dos séculos, mas a estrutura básica se mantém. Este tipo de parcelamento proporciona uma grande concentração de imóveis em uma pequena área de terra, somando-se a isso uma articulação de fluxos eficientes ocasionada pela malha reticular, a facilidade de acesso e a proximidade com o mar, elucidam as razões pelas quais existe uma predominância de usos comerciais e de serviço nesta área.

O segundo *tipo* de parcelamento também corresponde às ocupações iniciais do território, localizadas no entorno do pátio da Igreja. Muitos dos lotes ainda apresentam as mesmas características dos lotes do *tipo* anterior, ou seja, estreitos e compridos, todavia, existe grande número de lotes remembrados, o que descaracteriza muito o tecido urbano que se configura a partir deste re-parcelamento.

As áreas de orla localizadas nas porções mais periféricas do Centro, também apresentam características bastante peculiares. Além da divisão em lotes estreitos e compridos, estes possuem frente para duas ruas, ou para o mar e para rua. Esta característica é muito interessante, pois a existência de uma rua de *fundos* permite concluir que as encostas dos morros localizados próximos à orla, só foram ocupadas após as primeiras já estarem estabelecidas e configuradas.

Outra forma de parcelamento da região é a da ocupação das encostas, caracterizada por lotes que partem da rua em direção à cumeada dos morros. Esta forma de parcelamento não pode ser modificada, sendo proibida a construção de novas ruas, uma vez que após o tombamento da paisagem, qualquer alteração na configuração dos morros foi proibida.

O parcelamento correspondente ao quinto *tipo* identificado, diz respeito às áreas de expansão do Centro Histórico em direção ao Rio Pedreira e ao Porto atual. Nesta região existe

uma multiplicidade de tipos de lote, podendo ainda ser percebidos remanescentes de lotes coloniais. Esta variedade de formas do micro parcelamento, não permite a caracterização de um conjunto tipologicamente homogêneo.

Por fim, o último *tipo* estabelecido diz respeito às áreas total ou parcialmente aterradas, ocupadas geralmente com edificações públicas. Estas áreas não apresentam um parcelamento característico, pois as edificações que ocupam esse tipo de lote são geralmente de grande porte e isoladas.

Como visto anteriormente, a relação entre o parcelamento e a ocupação física do solo é bastante estreita, dessa maneira é possível compreender que cada uma das formas de micro-parcelamento do solo - divisão em lote - corresponderá a um tipo diferente de ocupação. Na figura 26, percebe-se que esta relação torna-se bastante perceptível, a medida que nele é possível analisar a projeção da ocupação das arquiteturas no solo, possibilitando uma comparação com o mapa de micro-parcelamento.



Figura 32 - Mapa de cheios e vazios - análise da ocupação do solo. Neste mapa percebe-se a diferença no grau de ocupação do solo da região da orla mais densa, em direção à área dos morros. Fonte: acervo da autora.

Ao retratar a projeção das edificações no solo e as manchas das massas vegetais existentes, este mapa permite observar de que forma se configura, hoje, a ocupação do solo no Centro Histórico de São Francisco do Sul, já que a elaboração dos mapas apresentados foram feitas com base nos levantamentos cadastrais atuais.

No mapa de cheios e vazios é possível observar que algumas quadras se apresentam se perfeitamente delimitadas pelas arquiteturas, inclusive as quadras mais centrais próximas à orla, formando densas massas de ocupação. Entretanto, mesmo nas quadras mais bem delimitadas é possível perceber algumas rupturas de continuidade do conjunto, com a presença de grãos - projeção das edificações - *soltos* do todo.

Outro aspecto bastante interessante a ser observado é a diminuição do tamanho dos grãos da orla em direção às áreas de morro, assim como o aumento do espaçamento da ocupação nestas áreas mais afastadas.

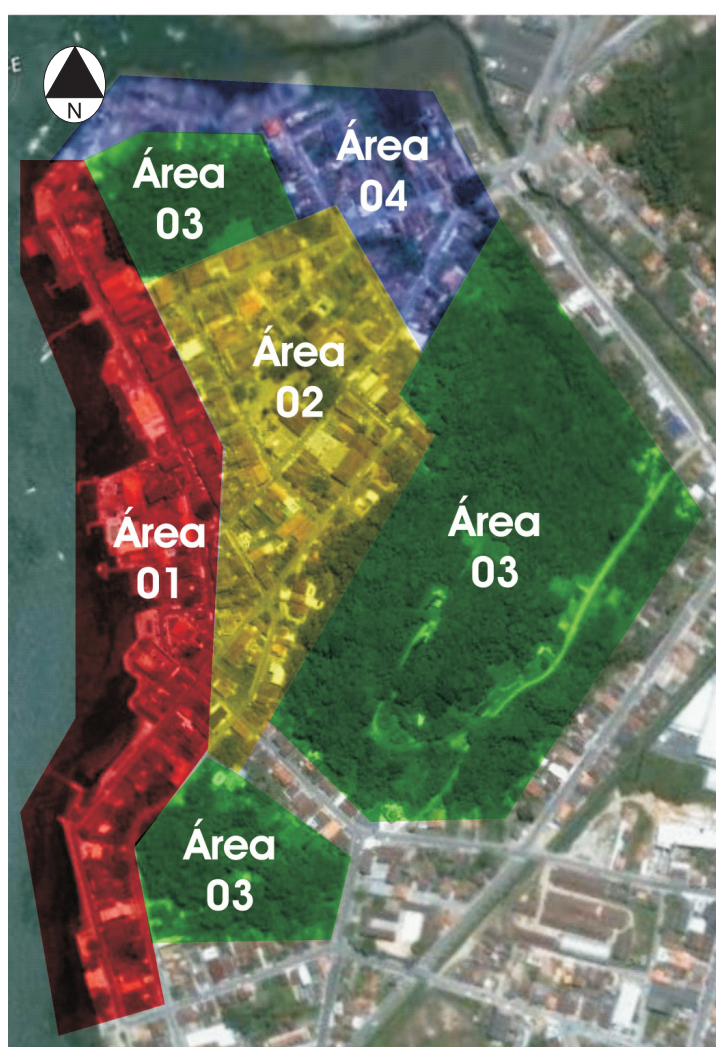


Figura 33- Mapa de delimitação das áreas que formam diferentes planos para o estudo da *paisagem clássica* de São Francisco do Sul. Área 01: fachada frontal voltada para o mar; Área 02: plano intermediário cujo *skyline* participa da paisagem; Área 03: pano de fundo, limite visual da paisagem; Área 04: trecho que não se faz presente na *paisagem clássica*.

A análise da forma neste mapa, reafirma a categorização realizada pelo mapa de micro-parcelamento, sendo que cada área estabelecida proporciona uma forma de ocupação diversa do solo. Paisagisticamente, estas constatações são muito relevantes por vários aspectos, já que se observada a relação entre os elementos estudados, percebe-se a formação de uma paisagem bastante peculiar.

Para efeito de estudo, o Centro Histórico será dividido em quatro áreas principais, que participam de diferentes maneiras do *cenário* tombado. Três destas áreas correspondem a diferentes planos de observação da paisagem. O primeiro diz respeito à fachada frontal voltada para o mar; o segundo corresponde a um plano intermediário no qual apenas o *skyline* participa da paisagem; e o terceiro é o fundo desta paisagem, ou seja, a área de morros que funciona como limite visual do conjunto.

A quarta área não faz parte da paisagem *clássica*, mas nem por isso deve deixar de ser abordada nas análises de paisagem, já que esta configura uma realidade bastante diversa das demais e, como já visto, onde a implantação dos equipamentos do Porto afetam a estrutura urbana.

ÁREA 01



Figura 34 - Croqui do *frontispício* do Centro Histórico, evidenciando o primeiro plano - correspondente a área 01 - em preto. Neste croqui fica clara a força da imagem do primeiro plano nesta *paisagem clássica* da área tombada. Desenho: Arq. Marcelo Cabral Vaz, editado pela autora.

O tecido urbano que se configurava nas cidades coloniais era de natureza compacta, ou seja, a cidade era composta por suas arquiteturas ditas *menores*: casas, oficinas, dispostas no perímetro da quadra, e por seus grandes monumentos, principalmente igrejas, casas de câmara; só estes apresentavam uma disposição isolada no lote, mais especificamente, no território ocupado, sendo que a paisagem destas ocupações era, geralmente, constituída por grandes blocos de pequenas edificações agrupadas, que por si só caracterizavam o tecido.

Na escala de conjunto são estas *massas arquitetônicas* que caracterizam a paisagem, ou seja, é o conjunto de arquitetura, o todo, que não necessariamente corresponde à simples soma das partes. Isto significa dizer que embora as arquiteturas, enquanto elementos isolados não se caracterizem por esta ou aquela linguagem arquitetônica, o que é extremamente perceptível na escala do pedestre, se estas integram-se volumetricamente ao conjunto, sua diferença não é notável na escala do todo.

No caso de São Francisco do Sul, percebe-se que o trecho mais coeso é justamente a fachada marítima das quadras da orla, como se pode perceber na figura 34, este trecho corresponde à área mais *íntegra* da ocupação no que se refere à ocupação do solo e, conseqüentemente, do tecido urbano.

Para uma edificação para se destacar na escala do conjunto precisa apresentar características tipológicas muito diversas do todo, principalmente no que tange aos atributos arquitetônicos, tais como: recuos e afastamentos, alturas, e proporções.



Figura 35- Croqui da fachada marítima de São Francisco do Sul - imagem base para as análises tipológicas das arquiteturas deste *primeiro plano*. Desenho: Arq. Marcelo Cabral Vaz.



Figura 36 - Relação entre vedações e aberturas do plano vertical da fachada do *frontispício* de São Francisco do Sul - configurado pelas três quadras localizadas entre a praia e a igreja e a quadra que contorna o Morro do Hospício no trecho voltado para a Rua Babitonga. É possível perceber que o ritmo e a proporção das aberturas em relação às vedações são bastante homogêneos, salvo algumas poucas exceções que serão analisadas na figura 31. Desenho: Arq. Marcelo Cabral Vaz, editado pela autora.



Figura 37- Relação entre vedações e aberturas, e simetria de composição do plano vertical das edificações do *frontispício*. Analisa-se a proporção das aberturas mesmas em relação áreas vedadas. Para tanto foi criada uma classificação dos edifícios em função da dimensão das aberturas em relação às suas áreas vedadas. Os edifícios verdes correspondem às edificações cujos vãos são pequenos em relação à área vedada; os laranjas correspondem a vãos médios; e os azuis, à vãos que se apresentam muito pequenos ou muito grandes em relação à área vedadas. Esta última *classe* é a responsável pelos maiores *impactos visuais* na paisagem, e como é possível perceber na análise, estas correspondem ao menor número de incidências, o que caracteriza a regularidade dos ritmos e proporções das aberturas. No item *simetria*, foram marcados com um eixo central pontilhado todas as edificações que apresentavam simetria bilateral na composição de fachada. A grande maioria das edificações conta com essa característica, o que é bastante perceptível na paisagem deste conjunto. Desenho: Arq. Marcelo Cabral Vaz, editado pela autora.

Ao observar-se a fachada correspondente às três quadras já mencionadas que correspondem à fachada marítima, identificadas como as mais coesas do conjunto correspondente à *paisagem clássica*, sem serem considerados os edifícios localizados nos aterros, os rompimentos do tecido são pouco expressivos. Alturas, recuos, proporções e ritmos são bastante homogêneos.

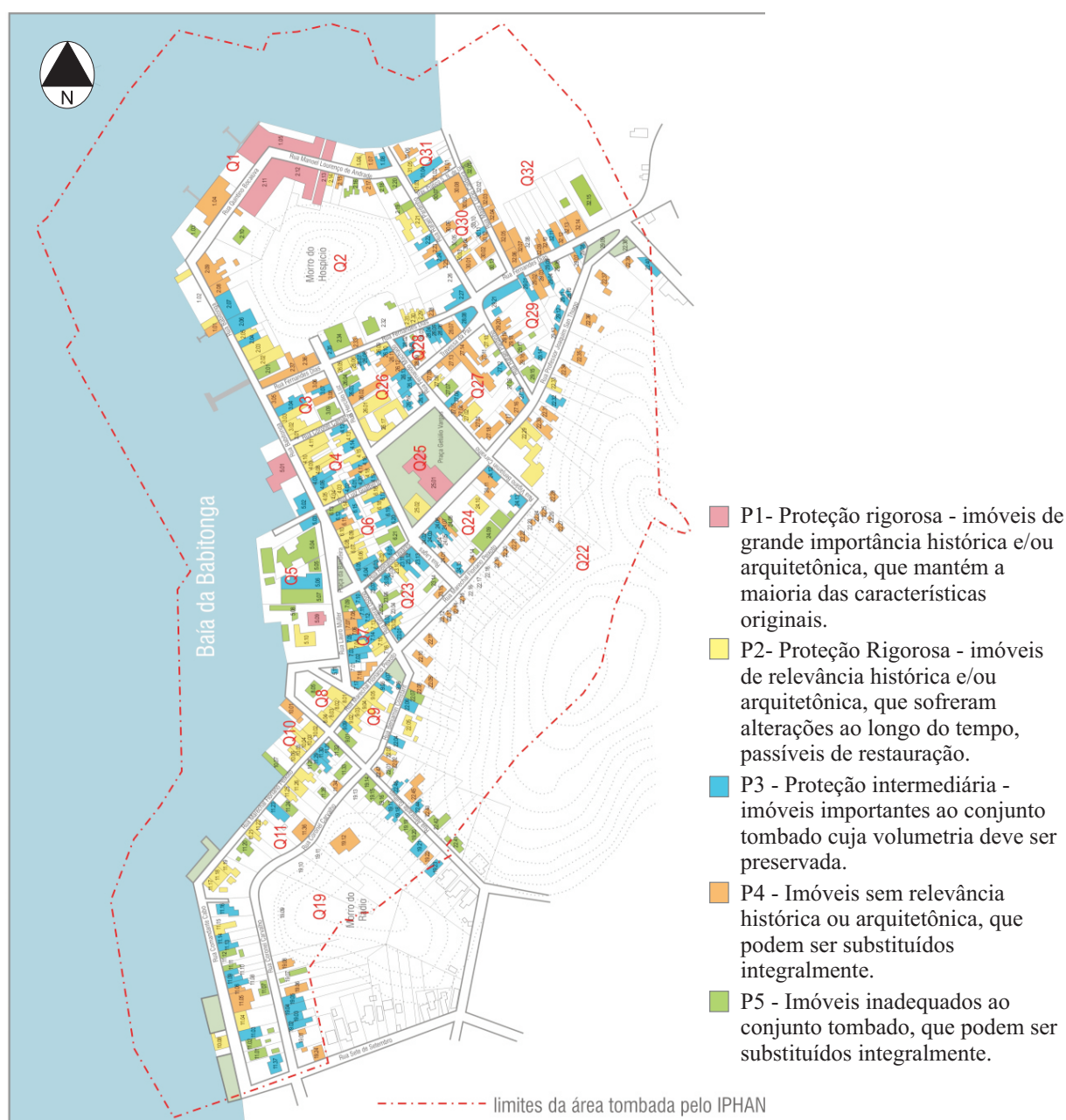


Figura 38 - Mapa de São Francisco do Sul com níveis de proteção das edificações. É importante destacar que as edificações em laranja P4- são considerados imóveis sem relevância para o conjunto, passíveis de substituição, enquanto os imóveis em verde, P5, são considerados inadequados ao conjunto tombado, sendo recomendada sua substituição. Fonte: ETEC São Francisco do Sul - IPHAN

É praticamente impossível, por meio destas análises realizadas, identificar, neste trecho da cidade, as edificações pós-tombamento, ou mesmo aquelas indicadas pelo próprio IPHAN como inexpressivas ou inadequadas ao Centro Histórico (ver figura 38).

A não percepção destas edificações consideradas pelo IPHAN como *inadequadas* ao conjunto deve-se ao fato de que estas estão, de alguma maneira, integradas ao conjunto. Nesse sentido, é preciso ter-se em conta os riscos que esta suposta *integração* pode significar ao conjunto, ou seja, a busca por uma adaptação pode tornar a nova arquitetura uma imitação das arquiteturas antigas. Dessa forma o *cenário* preservado, pode vir a se transformar em um *cenário* banalizado, onde as arquiteturas novas e antigas já não podem ser identificadas, negando a historicidade do lugar.

No entanto, se forem considerados os edifícios da área aterrada, que participam fortemente da paisagem, mas que são posteriores à formação do conjunto, a relação da cidade com o mar fica bastante alterada. Essas alterações de paisagem se dão em três aspectos:

- Ritmos de composição de fachada das edificações;
- Volumetrias dos objetos implantados;
- Relação frente/fundos com o mar.

Relativamente aos ritmos de composição, o Mercado Público, que data do início do século XX, mantém de forma bastante característica a linguagem das arquiteturas já existentes na região, até mesmo em função da época e do estilo arquitetônico - eclético - em que foi edificado. Janelas e portas estreitas e altas com repetições proporcionais, presença de platibanda ocultando o telhado, entre outros elementos de fachada, são algumas características que integram o Mercado ao conjunto.

Quanto à volumetria, este edifício caracteriza-se por ser uma construção térrea, mas por possuir um considerável pé-direito, regulando, em altura com o conjunto, bem a cobertura em sistema quatro águas, feita de telhas cerâmicas. O maior impacto dessa edificação no conjunto diz respeito às suas proporções enquanto um objeto único, ou seja, grandes dimensões em planta baixa - largura e comprimento - todavia, os ritmos das aberturas proporcionados pela linguagem arquitetônica adotada minimizam a sensação do grande equipamento no todo.

A relação do Mercado Público com o mar é direta, até mesmo por exigência de seu programa arquitetônico. As quatro fachadas da edificação são tratadas como frentes e todas possuem generosas aberturas.



Figura 39 - Foto atual da fachada marítima do Centro Histórico - à direita encontra-se o mercado, é possível perceber a relação do mesmo com o mar, por meio de suas aberturas. No fundo à direita - atrás do Mercado, encontra-se o edifício do INSS. Fonte: Programa Monumenta, S.F.S.

Já no edifício do INSS, do início da segunda metade do século XX, essas relações com o todo são bastantes conturbadas. O ritmo de composição de fachada é totalmente diverso do costumeiramente adotado, privilegiando aberturas - feitas com elementos vazados - com dimensões horizontais muito maiores que as verticais. A tipologia caracterizada pelo pavimento térreo, dimensionalmente muito maior do que os dois pavimentos superiores, tipologia base e torre, a inexistência de volumes aparentes de telhado, as proporções dimensionais muito superiores às existentes no local, acentuadas pelas aberturas horizontais, além da altura da edificação, são alguns dos elementos que fazem com que esta construção seja extremamente destacada na paisagem do *frontispício* do Centro Histórico. Existem ainda duas residências, um clube náutico e o edifício da Delegacia da Capitania dos Portos de São Francisco do Sul, na área de aterro. (Ver figura 40).



Figura 40 - Vista aérea de São Francisco do Sul. Destaca-se nesta imagem as edificações localizadas na área de aterro e a falta de integração de várias delas com o mar. Fonte: Programa Monumenta, S.F.S.

As duas residências apresentam linguagem arquitetônica própria do estilo eclético, já o Clube Náutico Cruzeiro do Sul, embora originalmente tenha sido edificado com linguagem eclética, sofreu muitas reformas, que o descaracterizaram completamente. O edifício principal da Delegacia da Capitania dos Portos se mantém tal qual foi edificado, também com linguagem eclética, mas a construção de anexos acabou por gerar certo impacto na paisagem. Estas quatro edificações, além de serem bastante visíveis na paisagem, não se relacionam diretamente com o mar, com exceção feita ao Clube Náutico e da Delegacia da Capitania, que por seu programa necessita de uma relação direta, porém esta só existe no âmbito de realização de serviços, não apresentando preocupações com a relação visual.

ÁREA 02



Figura 41 - Croqui do frontispício do Centro Histórico, evidenciando o segundo plano - correspondente à área 02 - em preto. Neste croqui é possível perceber a pouca expressividade dos elementos deste plano. Apenas as torres da Igreja são marcantes na paisagem. Desenho: Arq. Marcelo Cabral Vaz, editado pela autora. Fonte: acervo da autora.

No segundo plano de composição da paisagem, do ponto de observação estabelecido a partir do mar, existe uma linha intermediária entre a fachada marítima principal e a face dos morros, que fazem o limite visual de fundos do cenário. Trata-se dos elementos perceptíveis no plano vertical do tecido urbano, localizado na área mais elevada do baixio entre morros. O tema base desta linha intermediária, ou seja, os elementos recorrentes são os telhados das edificações localizadas nesta área. Como destaque deste cenário encontram-se as torres da Igreja Matriz, que desde o tombamento e, ainda hoje, são os elementos mais altos e mais perceptíveis na *paisagem clássica* de São Francisco do Sul. Ver figura 42.

Outro ponto bastante relevante da paisagem são os morros que caracterizam o fundo do cenário - tecido urbano - da paisagem em estudo. Como colocado anteriormente, mais do que limites naturais de ocupação, eles são responsáveis pelos limites visuais do conjunto. Dessa forma a sua preservação é de extrema relevância para que a paisagem seja mantida, já que a diagonal de tombamento engloba a face marítima dos morros, em cujas cumeadas passa a linha de demarcação da mesma. Sendo assim, qualquer uso que exigisse uma tipologia arquitetônica de grande porte fica inviabilizado nas áreas de morro, já que o impacto paisagístico seria relativamente grande.

A ocupação nos morros, como fica claro no mapa de cheios e vazios, dá-se de forma dispersa. Sua percepção não é possível enquanto conjunto. Na verdade trata-se de uma série de pequenas unidades residenciais que, por já existirem quando o tombamento foi realizado, permaneceram na área.

ÁREA 03



Figura 42 - Croqui do frontispício do Centro Histórico, evidenciando o terceiro plano - correspondente a área 03 - em preto. Esta imagem marca claramente a topografia como pano de fundo do *cenário* tombado, os únicos elementos de destaque são as duas antenas de celular. Desenho: Arq. Marcelo Cabral Vaz, editado pela autora. Fonte: acervo da autora.

Edificar junto aos morros da região só é possível se esta nova edificação não comprometer visualmente a paisagem. As residências que hoje se encontram nessas localidades seguem as mesmas regras vigentes para as edificações ditas *históricas* do núcleo. São regulamentadas a fim de que suas alterações não comprometam a paisagem cenário do conjunto. Portanto pode-se concluir que a preocupação do tombamento não é focada nas questões ambientais naturais, mas sim, paisagísticas, enquanto cenário.

A exceção da interferência na paisagem urbana dos elementos presentes nessas áreas de morros faz-se às antenas de celulares, localizadas no limite da poligonal de tombamento. Estas derivam de uma nova *necessidade* urbana, da qual a cidade não quis se privar e sobre a qual o órgão de preservação não se manifestou contrário. Como hipótese, pode-se levantar a possibilidade do caráter temporário das mesmas, já que a velocidade de alterações das tecnologias poderiam brevemente tornar obsoletas tais antenas, suprimindo-as da paisagem. O trabalho do IPHAN em relação às antenas de celular restringe-se, hoje, a não permitir que novas operadoras instalem novas antenas. A participação destes elementos de telecomunicação - antenas de celulares, rádios, televisões, etc- é motivo de debate constante na questão das paisagens urbanas em geral e não somente nas tombadas.

Vale destacar que segundo a tradição oral do local, o Morro da Caixa D'Água foi ocupado inicialmente por escravos que viviam em São Francisco do Sul; no entanto, este dado não aparece de forma expressiva nos estudos elaborados pelo tombamento.

ÁREA 04



Figura 43- Foto da esquina das ruas Fernandes Dias e Rafael Pardinih área 04. Nesta imagem fica em evidência o *abandono* da região em relação a área da orla.

Esta área refere-se ao trecho localizado atrás do Morro do Hospício que, como já visto no capítulo 02, configura-se como a região com maior descaracterização tipológica da área tombada.

A sua relação com a paisagem clássica é negada. Este trecho só é visível a partir de outros pontos de visualização do Centro Histórico. Ele não faz parte do cenário recorrentemente retratado por pintores ou fotógrafos, tanto é assim que existe uma grande dificuldade de serem encontradas imagens antigas dessa área; normalmente ela só é observada em fotos aéreas.

Se a imagem da cidade estava pré-concebida quando foi efetivado o tombamento, esta região realmente se encontrava *deslocada* do todo. Todavia, a proximidade com o Porto poderia ser uma importante conexão da cidade com a área tombada, já que os demais limites da poligonal são verdadeiras barreiras geográficas: os morros e o mar.

3.3.1 O tecido urbano e as percepções na escala do pedestre

As diferentes áreas trabalhadas são apenas uma forma de estudar o conjunto a partir de suas características de conjunto, ou seja, na escala do todo. Mas o estudo do tecido urbano e seus elementos cujas configurações, permanências e dinâmicas são de fundamental importância para se abordar as alterações de paisagem em outra escala - a escala do pedestre - é essencial para complementar a leitura realizada até o momento.

Neste sentido, desfaz-se a divisão do centro em áreas, já que na escala do pedestre que pode percorrê-lo, indiferentemente da localização, as relações do observador com os objetos observados são sempre próximas, não havendo configuração de planos fixos de observação. A relação do pedestre com a paisagem é sempre dinâmica.

Os novos programas arquitetônicos, a popularização do automóvel e as novas posturas arquitetônicas em relação às demandas de maior salubridade e conforto ambiental, proporcionaram uma série de alterações tipológicas no tecido urbano. Assim sendo, as alterações do tecido urbano de São Francisco do Sul, excetuando-se a região da fachada marítima, já analisada, são observadas ao longo dos anos, o que por vezes ocasionaram rupturas perceptíveis no mapa de cheios e vazios. Estas alterações ocorreram principalmente na segunda metade do século XX, nas décadas de 1950/60 e 70.

As novas arquiteturas propunham, em razão da possibilidade e mesmo incentivo legal, novos recuos e afastamentos visando a ampliação das ruas e a possibilidade de construir aberturas nas quatro fachadas da edificação. Datam deste período, além de residências, agências bancárias, sedes de instituições públicas entre outras atividades. Uma série de edificações luso-brasileiras e ecléticas são substituídas por essas novas arquiteturas, que tinham o discurso da busca de modernidade dentro das possibilidades financeiras da cidade.

Já no final da década de 1970, início da década de 1980, quando começaram a ser realizados os estudos para o tombamento municipal e federal, uma outra forma de produção arquitetônica começou a se implantar na cidade: a construção historicista, baseada nos estilos passados. Esta tendência acaba por se confirmar nas obras realizadas após o tombamento federal em 1987.

Um exemplo deste tipo de arquitetura historicista é o Hotel Zibamba (1978), cujo projeto, segundo depoimento do próprio arquiteto, existente num material produzido para uma



Figura 44 - Antigo sobrado luso-brasileiro do início do século XIX demolido para a construção de uma residência na década de 1970. Fonte: BROOS, 2006, p. 92.



Figura 45 - Vista da residência edificada na década de 1970 no lugar do sobrado da figura 38. Percebe-se o recuo frontal da edificação, característica da época da intervenção, que busca modernização da cidade. Fonte: acervo da autora.



Figura 46 - Casa luso-brasileira, cuja construção remete aproximadamente a 1850, na esquina da Rua Reinaldo Tavares com Praça Getúlio Vargas, demolida com mais uma série de outras pequenas casas para a construção da agência da Caixa Econômica Federal em meados da década de 1970. Fonte: BROOS, 2006, p.165.



Figura 47 - Agência da Caixa Econômica Federal, que segundo depoimento de funcionários foi construída em meados da década de 1970, com recuos frontais e laterais.

revista nacional especializada em hotéis, tinha a intenção de fazer uma arquitetura com “características do 'açoriano' na sua mais pura linha de comando”¹⁹. O que se percebe, no entanto, é que o projeto utiliza apenas alguns elementos da linguagem da arquitetura luso-brasileira, como os beirais à mostra, requadros, entre outros, enquanto a tipologia é bastante alterada.



Figura 48 - Vista da Rua Fernandes Dias a partir da Rua Babitonga. À esquerda o Hotel Zibamba de 1978- de cor azul e branca - e à direita a padaria Binnot de Goneville de 1999. Ambas arquiteturas que *imitam* as arquiteturas antigas da cidade. Fonte: acervo da autora.

A existência de um terceiro pavimento, que não ocorre nas arquiteturas luso-brasileira de São Francisco do Sul, recuado em relação aos dois primeiros, é a maior divergência na tipologia, além de um considerável afastamento lateral para possibilitar a entrada de carros. Incorpora-se no projeto *os* elementos de composição de fachada decorrentes dos novos usos e conceitos de habitar, como janelas de banheiros, portão de garagem e espaços para aparelhos de

19 -URRESTA, Jorge. **Hotel Zibamba**: São Francisco do Sul, p. 68-71. Fotocópia de artigo de revista especializada em hotéis de 1978. Cedido pelo autor, sem mais referências.

ar condicionado, o que faz com que este edifício não se afirme enquanto arquitetura de seu tempo e, também, não imite de forma *pura*, como pretendia, as arquiteturas luso-brasileiras.

Embora o edifício do Hotel Zibamba, para especialistas, seja bastante diverso das arquiteturas originais as quais pretende se referir, causa ao público uma estranheza, não reconhecendo-o como uma obra contemporânea. Esta situação acontece também na reforma do casarão da Praça Getúlio Vargas e em outras obras do período pós-tombamento.

Tanto as arquiteturas que propõem um rompimento com o tecido, quanto às que se moldam tipologicamente ao mesmo, e mais do que isso, repetem a linguagem arquitetônica, as chamadas arquiteturas miméticas, podem não comprometer a paisagem do conjunto, todavia, na escala do pedestre estas são perceptíveis.



Figura 49 - Feição original do sobrado edificado, no início do século XIX, junto a Praça Getúlio Vargas, esquina da Rua Lages com a Rua Reinaldo Tavares. Reformado no final da década de 1970. Fonte: BROOS, 2000, p. 167.



Figura 50 - Foto atual do sobrado edificado junto a Praça Getúlio Vargas, esquina da Rua Lages com a Rua Reinaldo Tavares, após a reforma da década de 1970. É possível perceber que o casarão praticamente dobrou de tamanho, o trecho ampliado seguiu a mesma linguagem do edifício original, sendo impossível identificar o trecho original e o novo. Foram, ainda, acrescentados alguns elementos na fachada, dando um *ar eclético* ao casarão. Fonte: acervo da autora.

Essas arquiteturas ditas miméticas, em São Francisco do Sul, se caracterizam por edificações que são muito similares, tipologicamente, às arquiteturas luso-brasileiras e ecléticas, ou seja, mantêm geralmente, os mesmos recuos e afastamento e gabaritos. Os projetos recorrem a elementos de linguagem ecléticos, repetindo o ritmo de aberturas, platibandas e balcões.

A ocorrência da arquitetura mimética se acentua principalmente após o tombamento federal em 1987. Isto porque há um incentivo do órgão federal à *complementação do tecido*, ou seja, o incentivo à recuperação tipológica. Contudo a *imitação* da linguagem arquitetônica surge das decisões de projeto por parte dos arquitetos e engenheiros que buscam a aceitação da coletividade e encontram nos órgãos responsáveis pela aprovação dos projetos, a oficialização da reprodução de tais modelos.

Em São Francisco do Sul existem alguns exemplos deste tipo de arquitetura. A mais expressiva delas é a padaria *Binnot de Goneville*, de 1999, localizada a Rua Babitonga que, em um

vídeo institucional da Prefeitura Municipal com vistas à divulgação turística do município, ilustra o discurso sobre o patrimônio do Centro Histórico.



Figura 51 - Vista da Rua Babitonga. Em primeiro plano a padaria Binnot de Goneville, cujo projeto arquitetônico foi aprovado pelo IPHAN em 1999, exemplo de arquitetura mimética, com referências ecléticas. Ao fundo vê-se as edificações ecléticas originais, grande parte delas edificadas no início do século XX. Fonte: acervo da autora.

Algumas reformas realizadas também no período pós-tombamento buscam essa integração estética com o conjunto - ver figura 52 - fato que não ocorria com tanta frequência antes do tombamento, quando a maioria das reformas buscava uma suposta modernidade na sua linguagem, bem como adaptações a novos programas arquitetônicos. Nestas reformas há recorrentes alterações tipológicas como construções de novos pavimentos - embutidos nos telhados, o que acaba acarretando abertura de mansardas - aberturas de garagens, colocação de aparelhos de ar condicionado, mudanças de materiais de revestimentos - como a colocação de pedras e avanços do pavimento superior sobre a calçada. Ver figuras 53 e 54.



Figura 52 - Foto atual do tradicional Bar do Bolacha reformado em 2006 para tomar *feições ecléticas*. Fonte: acervo da autora.



Figura 53 - Agência do Banco do Brasil edificada antes do tombamento. Apresenta linguagem *modernizante* institucional do banco. Fonte: acervo da autora.



Figura 54 - Prédio comercial reformado antes do tombamento. Neste imóvel é possível perceber grandes alterações na tipologia existente: avanço do pavimento superior sobre o passeio e adição do terceiro pavimento. Fonte: acervo da autora.

Tais alterações são pouco perceptíveis na escala do conjunto, já que volumetricamente não oferecem grandes rupturas com o tecido. Entretanto, na escala dos pedestres estas alterações são muito significativas e perceptíveis.

A partir do exposto, há uma divergência na forma com que a alteração dos elementos que estruturam a paisagem se reflete nas diferentes escalas de percepção da mesma. Ou seja, algumas interferências que se focam na arquiteturas - especialmente na linguagem - são extremamente perceptíveis na escala do pedestre, embora na escala do todo não tenham muito eco. Por outro lado, as alterações nas tipologias e no parcelamento do solo - que acabam por se refletir tridimensionamente - além de serem perceptíveis na escala do pedestre, influenciam também na percepção do conjunto.

Por conseguinte, se quando o Centro Histórico foi delimitado e tombado pelo IPHAN, já havia algumas arquiteturas de *rompimento* com o conjunto sejam as edificações que comprometem a visão da fachada marítima, seja as tipologias diferenciadas que geravam atritos formais - e mesmo assim este foi tombado, com especial atenção voltada para seu *frontispício*, significa que essas interferências não chegavam a ser comprometedoras. Isto porque, na escala de conjunto, estas interferências, com exceção das edificações da área de aterro, ocorrem geralmente na parte do tecido voltado para o fundo do *cenário*, não o comprometendo.

Para alguns autores como Gutiérrez²⁰, citado por Guimaraens, as questões referentes à paisagem estão, geralmente, ligadas às tipologias arquitetônicas e de ocupação do solo e ao sítio em si, como visto até o momento. Assim sendo, existem alguns elementos que são mais ou menos caracterizadores desta paisagem:

Dever-se-á, portanto, prestar a devida atenção aos problemas da paisagem urbana e à conservação das tipologias arquitetônicas que evidenciam a evolução da cidade. Isso implica um controle estrito sobre o gabarito das edificações, linhas de construção, usos do solo e fatores de ocupação. (GUTIÉRREZ *apud* GUIMARAENS, 2002, p. 23)

No caso de uma paisagem, cuja justificativa de preservação é uma *fachada*, os elementos perceptíveis neste nível - gabaritos e o *skyline* - são, então, os mais relevantes.

20 - GUTIÉRREZ, R. Testemonios de uma identidad cultural. In: JUNTA da Andalucía, Universidad de los Andes. **Centros históricos**: América Latina. Bogotá: JUNTA da Andalucía, Universidad de los Andes, 1990.

As modificações efetuadas no plano horizontal, que não tenham reflexos diretos no plano vertical, não são visualizadas.

As arquiteturas construídas de forma mimética também não são passíveis de reconhecimento, já que a adaptação tipológica é condição deste tipo de arquitetura. A imitação ou submissão da linguagem arquitetônica mais do que não permitir o reconhecimento da temporalidade, pode, inclusive, criar falsos cenários.

Se mantidas as características do plano vertical, é pouco provável que se perceba as alterações no tecido, no caso de São Francisco do Sul. Se o *skyline* de uma cidade é sempre muito representativo da sua forma de organização, tanto material quanto cultural, como observa Guimaraens, a preservação do mesmo é o que, muitas vezes, guarda a identidade cultural de um lugar.

Como já discutido nos capítulos anteriores, o *skyline* tombado de São Francisco do Sul é composto por uma linha de fundo que contorna o cume dos Morros e uma linha frontal marcada pelos edifícios da fachada marítima e o conjunto de telhados e as torres da Igreja, que formam o conjunto intermediário. Apenas a incorporação das antenas de celulares no topo do Morro da Caixa rompe com este *skyline* tombado, tornando-se os marcos mais visíveis inserido na paisagem pós-tombamento.

Considerando-se que o tombamento tenha partido de uma cena cujo ponto de observação está previamente estabelecido, os elementos como os guindastes do Porto não chegam a comprometer a paisagem, já que estes só são perceptíveis a partir de outros pontos de visualização. A tipologia arquitetônica, principalmente no que tange às alturas e volumes pouco se alterou nestes vinte anos de tombamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar São Francisco do Sul foi possível perceber que o ato de tombamento de um bem, seja ele material ou imaterial, móvel, imóvel, monumento ou conjunto urbano, é sempre pautado em características que os tornam relevantes para determinada cultura, povo ou nação. Também ficou claro que, para compreender as razões que justificam o tombamento de conjuntos urbanos ou sítios históricos, preservados por seus aspectos paisagísticos, é importante conhecer os elementos morfológicos que estruturam suas paisagens e a forma com que se articulam, para que seja possível verificar sobre quais destes elementos a preservação se aplica e, assim, conhecer as características que os tornaram importantes.

No caso do Centro Histórico de São Francisco do Sul, em 1987 foi identificada uma área considerada significativa para a identidade nacional, e de acordo com o apresentado no capítulo 02, pode-se perceber que a justificativa da preservação estava atrelada à imagem daquele lugar. Neste sentido, todo o trabalho de pesquisa realizado para o tombamento se focava nesta paisagem/imagem que parecia representar o que merecia ser preservado.

A partir da leitura dos documentos dos estudos de tombamento foi possível perceber que a poligonal parecia vir apenas ratificar uma imagem já conhecida até mesmo em razão da condição litorânea do sítio. Dessa forma, esta paisagem passou a ser o foco da preservação e dos cuidados recomendados nos estudos de tombamentos e em todos os trabalhos realizados pelos órgãos responsáveis, principalmente pelo IPHAN.

A compreensão do que se pretendia preservar em São Francisco do Sul e a manutenção de um objetivo específico de preservação - a paisagem - foi um dos possíveis fatores que permitiu que esta se realizasse de maneira bastante eficaz. A razão para que estes objetivos não tenham se perdido nestes 20 anos, pode ter relação com o fato da equipe de profissionais do IPHAN ter se mantida a mesma ao longo deste período, devido a coordenação do Arquiteto Dalmo Vieira Filho que dedicou anos de sua carreira profissional à Superintendência do órgão, em Santa Catarina.

O processo de tombamento pelo qual passou o Centro Histórico de São Francisco do Sul, como se pode verificar na documentação estudada no capítulo 01, se deu num contexto nacional, no qual a preocupação com o patrimônio já havia ultrapassado o conceito de

monumento, ou seja, passava a focar os conjuntos urbanos que representassem a organização social de um povo. No entanto, os territórios ainda não eram vistos como *paisagens culturais*, termo aqui adotado em seu sentido mais amplo, que engloba o processo cultural, social e econômico de um lugar.

O tombamento de São Francisco do Sul, até onde se pode verificar, dá sinais de ter sido delimitado e configurado com base em um cenário, cujo valor estava no conjunto visual e no que este representava para a história da Cidade, do Estado e do País. Os aspectos econômicos e sociais que caracterizavam a cidade no período do tombamento, mas que ainda não representavam grandes conseqüências visuais, não foram incorporados pela poligonal, como por exemplo, o novo Porto.

Este cenário pictórico é definido, então, pela poligonal desenhada em um de seus lados por cima dos morros e, em outro, pelo mar, o que evidencia a existência de um ponto preferencial de visualização fixo - a partir do mar - tendo como fundo os morros, os telhados e as torres da igreja, o que neste estudo se considera a *paisagem clássica*.

A partir dos itens analisados no capítulo 03, foi possível perceber que a grande preocupação com os aspectos visíveis desta *paisagem clássica* principalmente com os elementos observados nos planos verticais, faz com que o trecho tombado localizado atrás do Morro do Hospício - no sentido de observação do cenário - configure-se como menos coeso no que tange a manutenção das tipologias arquitetônicas e parcelamento de solo, além de ser a área com maior número de edificações abandonadas e arruinadas. Este trecho, cuja ocupação é mais recente do que a área da fachada marítima, parece ter entrado na poligonal de tombamento apenas pela presença de algumas arquiteturas importantes para a cidade - caso dos antigos galpões de armazenagem da Cia. Hoepcke, e do porto desta empresa, que representam condideráveis fatos na história da cidade, bem como do Rio Pedreira, que limita a região.

Aspectos culturais importantes para a cidade, como o novo Porto, não entram na poligonal, mas a existência de um porto sempre foi um importante elemento de composição urbana. Desde sua fundação, São Francisco do Sul vive em razão do mesmo. É ele que justifica a implantação, os traçados e até mesmo a definição dos tecidos, que em razão de sua prosperidade ou estagnação, se mantém ou se substituem.

Considerando que o tombamento foi realizado com o objetivo de preservar o *cenário*, o Porto, localizado atrás do Morro do Hospício, não configurava grandes contribuições na

paisagem. No entanto, como foi possível perceber em algumas fotografias realizadas de pontos distintos do considerado ponto fixo de observação da paisagem, os silos, guindastes e até mesmo os navios, são sim elementos importantes da paisagem atual de São Francisco do Sul. Mas o impacto visual não se dá diretamente no *frontispício* do Centro Histórico.

A não incorporação do Porto à área tombada fez com que o ato institucionalizado da preservação não considerasse, em seus estudos, o processo econômico pelo qual a cidade estava passando naquele momento. Atualmente a área do Porto exige muitas adaptações urbanas, como explicitado no capítulo 01. A sua ampliação começa a impor ao Centro Histórico situações que tendem a um estrangulamento, já que a tendência é que o Porto se espalhe via marítima, com novos berços, e via terrestre, com os pátios de contêineres.

O IPHAN vem, nos últimos anos, tratando a área do Porto como área de entorno de patrimônio tombado, o que faz com que ainda seja possível discutir alternativas de integração da malha e tecidos preservados às áreas de expansão portuária, sem criar barreiras de rupturas que muitas vezes são propostas como forma de ampliar a área portuária.

É possível perceber, a partir das análises realizadas no capítulo 03, que os elementos estruturais que não têm conseqüências no *frontispício*, não foram tratados com o mesmo esmero no que tange a preservação por parte dos órgãos responsáveis. Esta preocupação, assinalada nos anos 1980 é ratificada no final do século XX, início do século XXI, quando a implantação de um outro programa de preservação o Programa Monumenta do Ministério da Cultura focou-se em ações pontuais, localizadas em trechos urbanos e edificações localizadas na área da orla, e na igreja, que embora não esteja no *primeiro plano* de observação da paisagem, é um importante elemento de caracterização do *frontispício*.

A segunda etapa de intervenções do Programa priorizaria, segundo anseios das autoridades locais, as áreas que não correspondiam à orla, todavia a aprovação dos projetos apresentados para esta etapa passou por grandes dificuldades no Ministério da Cultura. A situação exemplificada pelas obras do Programa Monumenta apenas reafirma a *preferência* pela preservação e valorização do cenário, já estabelecido da cidade.

Outra questão bastante relevante para a preservação, identificada neste estudo e abordado no capítulo 03, é a pouca participação dos elementos arquitetônicos em si na composição da paisagem na escala do todo, embora sejam extremamente significativas na escala do pedestre. A identificação de tendência à produção da arquitetura mimética, que na

escala do conjunto torna-se pouco perceptível, pode acarretar perdas significativas para o conjunto não no seu aspecto visual, mas enquanto documento histórico.

Esta tendência acentuada após o tombamento federal e que é ratificada pelas aprovações institucionais e da coletividade, deve-se a uma dificuldade tanto dos autores dos projetos, quanto dos técnicos responsáveis pelas aprovações em encontrar alternativas arquitetônicas que permitam a produção contemporânea, sem destoar do conjunto da paisagem preservada.

Nesse sentido, a questão sobre os critérios para elaboração de projetos na área tombada fica restrita aos objetivos que nortearam este ato de preservação. No caso de São Francisco do Sul, onde foco é a paisagem, os projetos aprovados costumam levar em consideração os elementos que caracterizam o todo: a configuração do sítio, parcelamento do solo e tipologia arquitetônica adotada, em detrimento das linguagens atuais. Ou seja, São Francisco do Sul, por suas importantes contribuições à história nacional tem dificuldades de expressar seu atual momento histórico. Isto faz com que uma pergunta muito recorrente entre os estudiosos de patrimônio seja aqui apresentada: qual a contribuição da arquitetura contemporânea para as cidades e centros históricos preservados?

As decisões sobre o que se deve preservar influenciam diretamente no que se pode construir e nas decisões projetuais. Se a partir do momento que se estabelece o que tem valor, e se trabalha para que aquilo se mantenha, muitos outros aspectos podem se perder. Em São Francisco do Sul, após o tombamento, o que parece se perder é a dinâmica urbana e a historicidade do lugar, é permitido construir objetos arquitetônicos que reafirmem os elementos de composição da paisagem, mesmo que isto signifique um desvio *temporal*. As obras que se pretendem mais contemporâneas, bem contextualizadas em sua época, por outro lado, não parecem compreender que o contexto histórico é uma condicionante de projeto, e o negam, inviabilizando as aprovações pelos órgãos responsáveis.

Nesse embate nota-se que o efeito do tombamento se efetiva sobre a paisagem e não sobre os elementos arquitetônicos em si. As novas arquiteturas poderiam tirar partido desta condição para fazerem suas contribuições, o que aconteceu até a primeira metade do século XX, antes do tombamento, quando diferentes estilos arquitetônicos coloniais, ecléticos, art-deco, entre outros - conviviam na mesma estrutura urbana.

Por fim, após o reconhecimento do contexto cultural no qual São Francisco do Sul é

tombado e sob qual discurso se dá a preservação, é possível compreender que para atender ao que pretendia a delimitação da poligonal, as ações de preservação vêm cumprindo seu papel. Ou seja, o *frontispício* continua tal qual se apresentava quando realizado o tombamento, a paisagem foi muito pouco alterada, apenas as antenas de celular e os pequenos aterros e trapiches construídos pelo Programa Monumenta agregaram-no novas formas.

Os questionamentos aqui levantados sobre a pertinência ou não da arquitetura produzida atualmente, o abandono da área localizada atrás no Morro do Hospício, e a não inclusão do Porto atual na poligonal de tombamento, prescindiriam uma revisão conceitual do próprio ato de tombamento. Mais do que a revisão da delimitação física do sítio, seria necessário englobar outros aspectos, que não apenas visuais ao conjunto de *bens* tombados.

O que se pode perceber é que, mesmo passando pelas diversas dificuldades político-econômicas, o IPHAN, responsável maior pela preservação de São Francisco do Sul, vem exercendo de forma satisfatória seu objetivo a manutenção da paisagem. Diante do exposto, nota-se a importância de se repensar o foco do tombamento, o que poderia ampliar os objetivos do IPHAN e o leque de suas ações. Nada mais pertinente para um momento como o atual, que não só o IPHAN e o Decreto-Lei 25/1937, cumpram seus 70 anos de existência, mas a própria cidade de São Francisco do Sul completa 20 anos de seu tombamento.

Todos os pontos levantados e trabalhados neste estudo suscitam uma série de outras questões que poderiam ser estudadas posteriormente. Entre as mais intrigantes estão: Qual a relação dos os elementos que justificam o tombamento com a definição do traçado da poligonal? O que efetivamente se preservou e o que se pretendia preservar em cada Centro Histórico tombado? Qual é o papel das equipes técnicas de preservação na definição das dinâmicas urbanas desses lugares?

Enfim, trazer para o debate todas estas questões pode ser uma atitude de grande valor para se repensar o tombamento, seus critérios, razões e conseqüências para a vida cotidiana das cidades brasileiras.

REFERÊNCIAS

ARGAN, G. C. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ASSEN DE OLIVEIRA, L. **Anotações sobre a ocupação do território na ilha de Santa Catarina e a evolução urbana da cidade de Florianópolis, Brasil**. Texto inicial elaborado para publicação do livro A construção da cidade Brasileira. Florianópolis, 2004.

ASSEN DE OLIVEIRA, L.; DO AMARAL E SILVA, G. P. **A paisagem urbana como categoria-síntese no estudo de impacto de vizinhança**. In: 5 Hipotesis de paisaje. Córdoba, 2005 (no prelo).

BENEVOLO, L. **Introdução à arquitetura**. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

BICCA, B. E. P. **A inserção da arquitetura contemporânea em áreas antigas**. Revista SPHAN- Pró Memória 14. Setembro-Outubro de 1981. Opinião, pgs 11-12

BOITO, C. **Os restauradores**. Cotia: Ateliê, 2002.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 16 de julho de 1934. Representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte: Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>, acesso em julho de 2007.

BRASIL. **Decreto 91.144 de 15 de março de 1985**. Cria o Ministério da Cultura, por desdobramento do Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <www.cultura.gov.br>, acesso em julho de 2007.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Conceitua e organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <www.iphan.gov.br>, acesso em julho de 2007.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.551, de 04 de agosto de 2000.** Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que Constituem Patrimônio Cultural Brasileiro. Cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <www.iphan.gov.br>, acesso em julho de 2007.

BRASIL. Lei nº 378 ,de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em: <www.iphan.gov.br>, acesso em julho de 2007.

BRASIL. **Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990.** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L8028.htm> >, acesso em: julho de 2007.

BRASIL. **Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992.** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L8490.htm> >, acesso em: julho de 2007.

BRASIL, Ministério da Cultura. **Programa Monumenta.** Sítios Históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: sudeste e sul. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

BROOS, H. **Construções antigas em Santa Catarina.** Blumenau: Cultura em Movimento, Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

CHUVA, M. R.; PESSÔA, J. S. de B. **Centro Histórico de São Francisco do Sul.** Cadernos de documento no. 02 estudos de tombamento. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura- IPHAN, 1995.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo.** Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005.

FUSCO, R. de. **A idéia de arquitetura.** São Paulo: M. Fontes, 1984.

GREGOTTI, V. **Território da arquitetura.** São Paulo: Perspectiva: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

GUIMARAENS, C. **Paradoxos entrelaçados:** as torres para o futuro e a tradição nacional. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

LINS, N. H. **O Porto e sua expressão econômica**. In: NACKE, A.; REIS, M. J.; SANTOS, S. C. dos. São Francisco do Sul: muito além da viagem de Gonneville. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004. p.167.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Compromisso de Brasília**. Brasília: abril de 1970. Disponível em: <www.iphan.gov.br>, acesso em: outubro de 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Compromisso de Salvador**. Salvador: outubro de 1971. Disponível em: <www.iphan.gov.br>, acesso em: outubro de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL. **Plano de Preservação do Patrimônio Histórico de São Francisco do Sul**. Fonte: arquivo do ETEC-SFS- IPHAN. Consultado em agosto de 2005.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2004. 10. ed. (1. ed. 1970)

SEMINÁRIO SEMANA DO PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA NA FRONTEIRA. **Carta de Bagé**. Bagé: agosto de 2007. Disponível em: <www.vitruvius.com.br>, acesso em: outubro de 2007.

SANTOS, S. C. dos; NACKE, A.; REIS, M. J.; MOSIMANN, R. A. **São Francisco do Sul: muito além da viagem de Gonneville**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

SÃO FRANCISCO DO SUL. **Lei nº 756, de 18 de março de 1981**. Cria uma zona especial de proteção e seu disciplinamento; estabelece benefícios e incentivos fiscais; institui o tombamento de bens culturais pelo município e dá atribuições ao departamento de educação, cultura e turismo e ao conselho municipal de cultura. Disponível em: <www.saofranciscodosul.sc.gov.br>, acesso em julho de 2007.

SEIBEL, N. T.(Org.). **São Francisco do Sul 500 anos: construções históricas**. Joinville: S&A, 2004.

SOUZA, A. M. de. **Guia dos bens tombados - Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1992.

UNESCO. **World Heritage Convention**. Disponível em: <www.unesco.org> acesso em: julho de 2007.

URRESTA, Jorge. **Hotel Zibamba**: São Francisco do Sul, p. 68-71. Fotocópia de artigo de revista especializada em hotéis de 1978. Cedido pelo autor, sem mais referências.

VIEIRA FILHO, D. **Passado e futuro**: uma cidade e seu patrimônio. In: NACKE, A.; REIS, M. J.; SANTOS, S. C. dos. São Francisco do Sul: muito além da viagem de Gonneville. Florianópolis: UFSC, 2004.

VIOLLET-LE-DUC, E. E. **Restauração**. Cotia: Atelie, c2000. (1 ed [18-])

WAISMAN, M. **El interior de la história**: historigraofia arquitetônica para o uso de latinoamericanos. Bogotá: Escala, 1990.

YUNES, G. S. **Os Centros Históricos na configuração das Cidades Brasileiras**. Texto de apoio didático, Salvador, 2002.

OBRAS CONSULTADAS

AZEVEDO, P. O. de. **A restauração arquitetônica, entre o passado e o presente.** Revista de Urbanismo e Arquitetura, Salvador, n. 8, p. 18-23, 2003.

BRANDI, C. **Teoria da restauração.** São Paulo: Atelier Editorial, 2004. (1.ed. 1977)

CASTRO, S. R. **O Estado na preservação de bens culturais:** o tombamento. Rio do Janeiro: Renovar, 1991.

CERVALLATI, P. L. SCANNAVINI, R. **Bolonha:** política e metodologia de la restauracion de centros históricos. Barcelona: GG, 1976.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2001. (1ed. 1992)

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. **Carta de Veneza.** Veneza: maio de 1964. Disponível em: <www.iphan.gov.br>, acesso em: agosto de 2005.

DOURADO, Odete. **Conservação ou Invenção?** Notas sobre uma relação ambígua. In: CARDOSO, L. A. F.; OLIVEIRA, O. F. de (orgs.). (Re)discutindo o modernismo: universalidade e diversidade do movimento moderno em arquitetura e urbanismo no Brasil. Salvador: Mestrado em arquitetura e urbanismo da UFBA, 1977. p. 139-146.

ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DE MUSEUS DAS NAÇÕES. **Carta de Atenas.** Atenas: outubro de 1931. Disponível em: www.iphan.gov.br, acesso em: agosto de 2005.

GONÇALVES, J. R. S . **Autenticidade, memória e ideologias nacionais:** o problema dos patrimônios culturais. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 5-14, 1988.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade.** Brasília: Ed. UNB, c1996.

KÜHL, B. M. **Arquitetura de ferro e a arquitetura ferroviária em São Paulo:** reflexões sobre a sua preservação. São Paulo: Ateliê Editorial: Fapesp: Secretaria de Cultura, 1998.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: M. Fontes, 1980. (1ed. 1960)

PANERAI, P.; DEPAULE, J. C.; DEMORGON, M. e VEYRENCHE, M. **Elementos de analisis urbano**. Coleccion Nuevo Urbanismo. Madri: Instituto de Administração Local, 1983.

FUSCO, R. de. **A idéia de arquitetura**. São Paulo: M. Fontes, 1984.

FUSCO, R. de. *Arquitectura como mass medium: notas para una semiologia arquitectonica*. Barcelona: Anagrama, 1970

RIBEIRO, L.C. de Q.; PECHMAN, R. **Cidade, povo e nação** : gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

ROSSI, A. **A arquitectura da cidade**. Lisboa: Edições Cosmos, 1977.

SILVA, F. F. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. São Paulo: Peirópolis: Edusp. 2003.

SAUER, Carl O. **A Morfologia da paisagem**. In: CORRÊA, Roberto L. e ROSENDAHL, Zeny. (org.) *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

TEIXEIRA, M. C. (Coord.). *A construção da cidade brasileira*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

WAISMAN, Marina. **La tipologia como instrumento de analisis histórico**. In: Colección Summario, Madri, nº 79, p. 2-34, julho 1984.

Sites consultados:

www.cultura.gov.br

www.iphan.gov.br

www.planalto.gov.br

www.saofranciscodosul.sc.gov.br

EM SÃO FRANCISCO DO SUL

Fundação de São Francisco do Sul
O povoamento foi elevado à Vila
A Vila foi elevada à Paróquia.

Mudanças na organização administrativa e judiciária de São Francisco do Sul.

Relatos de Sain Hilaire: vila - lugar pobre com poucas casas
A Vila é elevada à categoria de cidade

Configuração urbana: SFS é ocupada apenas na área do baixo entre morros ena região da orla, pouca ocupação na área dos morros e próxima ao Rio Pedreira

Relato de Robert Ave-Lallemant : cidade insignificante com algumas ruas e muitas casas grandes
Início da abertura da Estrada D. Francisca

O Porto passa a escoar mercadorias do Planalto catarinense

Configuração urbana: aumenta a ocupação na base dos morros e entorno do Morro do Hospício. Criação de aterro na orla na região do Porto da Cia. Carl Hoepeck e para a construção do Mercado Público.

Início da construção da estrada de ferro São Paula- Rio Grande.
Instalação da estação marítima da estrada de ferro na Baía da Babitonga. Aumento da atividade portuária..

Configuração urbana: construção de mais aterros para colocação de equipamentos públicos como o INSS. Maior definição da malha urbana, na região próxima a onde seria instalado o novo porto..
Criação da Autarquia da Administração do Porto de São Francisco do Sul.

Instalação da Transpetro (Petrobrás) e CIDASC em SFS..

Instalação da Bunge Alimentos S.A. e Terlogs em SFS

Tombamento Municipal do Centro Histórico de São Francisco do Sul.

Tombamento Federal do Centro Histórico de São Francisco do Sul

Criação do Museu Nacional do Mar: embarcações brasileiras

Instalação da Vega do Sul em SFS.

Início das obras do Programa Monumenta - MinC em SFS

	NO BRASIL E NO MUNDO	
1658		2ª metade Séc. XX Revolução industrial na europa e início das preocupações com o patrimônio histórico.
1660		
1665		
1720		
1820		
1847		
1850		
1858		
1873		
1900		
1905		
1912		
	1931	Carta de Atenas - ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DE MUSEUS DAS NAÇÕES
	1933	Carta de Atenas - CIAM
	1933	Ouro Preto, MG, passa a ser Monumento Nacional.
	1934	Primeira menção efetiva sobre o patrimônio nacional na constituição brasileira
	1934	Criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais no Brasil.
	1936	Criação do SPHAN.
	1937	Decreto Lei 25 e institucionalização do SPHAN
	1946	SPHAN passa a ser DPHAN
Déc. 1950		
Déc. 1950		
	1946	Publicação Carta de Venaza - CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTOS
Déc. 1970		
	1970	Encontro dos Governadores em Brasília
	1970	DPHAN passa a se chamar IPHAN
	1971	Encontro dos Governadores em Salvador
	1972	Convenção para a proteção do patrimônio mundial cultural e natural. UNESCO
	1972	Cração do Programa de Reconstrução da Cidades Históricas do Ministério da Educação e Cultura
	1975	Fundação do CNRC
	1979	O IPHAN é transformado em órgão normativo e é criada a Fundação Pró- Memória, órgão executivo.
Déc. 1980		
1981		
	1985	Criação do Ministério da Cultura
1987		Tombamento Federal do Centro Histórico de São Francisco do Sul
	1990	Extinção do Ministério da Cultura, passando a ser Secretaria de Cultura
	1990	Extinção do IPHAN e da FNpM, e criação do IBPC
1991		
	1992	World Heritage Connetion. UNESCO
	1992	A Secretaria de Cultura volta a ser Ministério.
	1994	O IBPC volta a denominar-se IPHAN
2000		Decreto nº 3.551 - registro de bens imateriais
2003		Carta de Bagé - paisagem cultural - SEMINÁRIO SEMANA DO PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA NA FRONTEIRA
	2007	

ANEXO A

Márcia Regina Romeiro Chuva - Historiadora
José Simões de Belmont Pessôa - Arquiteto

Centro Histórico de São Francisco do Sul*

“... enviaram-se um prato de peixe, única refeição que nessas paragens oferecem aos viandantes”. Saint-Hilaire

Introdução: Metodologia

A região Sul desempenha hoje papel de destaque na vida econômica do país, o que não pode ser compreendido senão analisando seu processo histórico, que foi o de uma economia secundária, dentro da estrutura econômica escravista do período colonial. Nessa perspectiva, São Francisco do Sul não se apresenta como objeto de estudo para preservação por concentrar em sua história uma densa lista de “acontecimentos notáveis”, mas por tratar-se de um documento da história urbana do país, dentro do contexto histórico de expansão das fronteiras meridionais (FRANCO, 1984, fl.1), importante para o desenvolvimento dos ainda escassos estudos sobre o processo de ocupação daqueles territórios.

Esta abordagem direciona a análise para a busca do valor documental do bem em questão, exatamente enquanto resultado do “processo de produção, uso e transformação” do território (FRANCO, 1984, fl.1). Entretanto, a historicidade dos territórios meridionais somente se submete à análise se observado num período de longa duração. Se, por um lado, fica evidente a fragilidade de sua rede urbana e, conseqüentemente, tramas urbanas singularmente frágeis, obriga-nos também à percepção do longo processo pelo qual passa o povoado até a consolidação da estrutura urbana.

É esta opção metodológica que confere historicidade ao nosso objeto de estudo e possibilita a identificação de São Francisco do Sul como documento histórico. A possibilidade de construir-se a história urbana de São Francisco do Sul, através de uma metodologia histórica, concomitante com a leitura urbana da cidade hoje, é, portanto, o que nos leva a identificá-la como documento potencialmente passível de infinitas leituras, o que a compromete como um bem a ser preservado, posto que “a construção” de um documento histórico¹ se dá, efetivamente, apenas em função de problemáticas do presente. Desta forma, o bem a ser preservado se atualiza, identifica-se com o homem de hoje e torna-se elemento do seu cotidiano, na medida em que pode ser lido por ele. A história, enquanto ciência, será sempre instrumento para o homem de hoje viver melhor seu próprio presente.

CADERNO DE DOCUMENTOS, N.º 2
ESTUDOS DE TOMPAIMENTO
MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E
ARTÍSTICO NACIONAL
RIO DE JANEIRO, 1995

ESTUDOS DE TOMBAMENTO

São Vicente (e São Paulo), ao Norte, e o estuário do Prata, ao Sul, agiram no período colonial como dois focos importantes de colonização e povoamento, relegando a região dos atuais Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul à condição de zona de trânsito, espaço a ser vencido. O povoamento de Santa Catarina iniciou-se no século XVII, sob a influência desses dois focos, quando pequenos grupos de colonizadores partiram de São Vicente descendo a costa e ocupando alguns pontos do litoral.

Aos portugueses importava anteciparem-se aos seus vizinhos e rivais castelhanos na posse daquela terra de ninguém, situada entre a capitania de São Vicente e o rio da Prata. A Coroa Portuguesa, portanto, empenhou-se desde o século XVII na ocupação efetiva da costa Sul brasileira, cabendo esse movimento colonizador efetivamente aos paulistas e vicentinos.

São Francisco do Sul, cidade portuária localizada na ilha de mesmo nome, no litoral Norte de Santa Catarina, assim como várias outras, faz parte deste processo. Ao datarmos a criação dessas cidades do litoral catarinense - São Francisco do Sul (1658), Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis (1666) e Laguna (1767), último local apropriado para um porto ao Norte da Colônia do Sacramento - percebemos claramente a objetividade dessa ocupação. São cidades que vivem em função do movimento de seus portos, dando o apoio necessário aos navios portugueses que seguem a longa viagem até a desembocadura do rio da Prata, em busca do intenso comércio ali existente.

São cidades criadas antes mesmo da existência de um *hinterland*. Parecem, em princípio, estar invertendo o movimento que normalmente dá origem às cidades portuárias, escoadouros de uma produção regional.

Percebemos, no entanto, que esse processo não é invulgar entre as cidades brasileiras; ele é observado nos núcleos urbanos que funcionaram como colônias de povoamento, cuja sobrevivência foi sempre precária, já que os objetivos visados através delas eram de ordem estratégica e não econômica, de mercado. Como exemplos podemos citar São Luís do Maranhão e também Belém do Pará, que viveram um prolongado período de economia de subsistência, com função estratégica militar, guarnecendo a penetração dos portugueses para as terras espanholas do Peru.

De qualquer forma, podemos afirmar desde já que, se o denominador comum entre essas três cidades catarinenses, criadas dentro de um mesmo objetivo, é a função portuária, elas, na verdade, percorrem caminhos bastante distintos no que concerne às suas "histórias de vida", adquirindo dimensões regionais que as diferenciam profundamente. Caberá ao estudioso do assunto perceber tanto suas particularidades quanto sua inclusão num contexto histórico-cultural mais amplo, que possibilite a compreensão dos seus

47

diferenciados papéis dentro desse processo de ocupação do litoral Sul, assim como a percepção da profunda identidade existente entre elas, contribuindo para uma explicação da constituição da nação brasileira como um todo.

Se, por questões práticas de nosso estudo, delimitamos apenas as cidades do litoral catarinense já mencionadas, para estabelecer nossa análise comparativa, podemos perceber de imediato a intrínseca relação histórica que elas mantêm com as do litoral paranaense e paulista, como por exemplo, Paranaguá, Cananéia, São Vicente e outras².

Análise Histórica

Santa Catarina, assim como o Rio Grande do Sul, sustenta hoje uma produção agrícola para o mercado interno, relativamente desenvolvida em bases capitalistas, onde coexistem pequenas propriedades da lavoura com áreas de grandes propriedades dedicadas à pecuária. Da mesma forma que a lavoura, a indústria surge a partir da demanda do mercado interno, com uma produção primordialmente voltada para bens de consumo, como alimentação, têxteis, madeiras e mobiliário. A economia desses dois Estados forma um único complexo exportador de bens de consumo agropecuário (trigo, fécula de mandioca, arroz, carne, banha) e industriais (tecidos, vinho, fios de lã). Por outro lado, complementam sua economia com a importação de bens de produção e de consumo, manufaturados.

O Estado de Santa Catarina divide-se hoje em várias zonas economicamente autônomas, cada uma delas contando com uma capital regional (vide SINGER, 1960). Ao Norte do Estado encontra-se a região de maior interesse nesse estudo, que é exatamente a chamada "região do litoral do São Francisco", cuja "capital" é a cidade de Joinville e da qual São Francisco do Sul, seu porto, desempenha função de escoamento de produção. A cidade de São Francisco do Sul, portando, mantém sua tradição, através da permanência da atividade portuária como atividade econômica básica.

Assim, é preciso recuperar a São Francisco do Sul essencialmente portuária, pois é esse elemento - o porto - que faz o elo de ligação de toda a história da cidade; sua conformação atual está intrinsecamente vinculada a essa determinação histórica.

A relação de seus habitantes com o mar também percorre toda a sua história, desde a criação, através da pesca de subsistência e do transporte individual ou coletivo em canoas.

Saint-Hilaire, em sua *Viagem à Província de Santa Catarina* (1820), exprime bem esta realidade de São Francisco:

ESTUDOS DE TOMBAMENTO

“A maior parte dos habitantes do distrito se dedica à lavoura e é pouco remediada, residindo nos sítios, pequenas habitações ruraes dispersas na ilha e na terra firme”. (p. 95)

“Também se dedicam à pesca, sendo raríssimos os que não possuem canoas. O mar é o elemento dos habitantes deste lugar; não há quem não saiba de que lado sopra o vento e quaes as horas da maré, sendo aqui a expressão - CANOADA, no sentido de quantidade, equivalente a - CARGUEIRO, usada nos Campos Geraes” (p. 95/96).

Vemos o mar intervindo diretamente no dia-a-dia das pessoas, constituindo um cotidiano coletivo que dá corpo a uma forma de vida, de mentalidade. Compreender essa particularidade de São Francisco do Sul é um meio de compreender sua realidade. É a maneira de trazer, ao nível do consciente, elementos que participam do inconsciente daquela população, numa tentativa de produzir um autoconhecimento enquanto conjunto ao mesmo tempo individual e cultural, econômico e social. É um processo de formalização consciente do espaço em que se vive, em busca de reproduzi-lo no sentido de uma melhoria da qualidade de vida.

É também Saint-Hilaire quem apresenta o tipo de economia de subsistência desenvolvida em São Francisco, onde a farinha de mandioca e o peixe constituem a alimentação básica. Não há incentivo algum para outro tipo de produção, pois não há mercado regional e a forma familiar de produzir não dá margem para formação de excedentes comerciáveis.

“A plantação de subsistência constituía-se basicamente de cará, mandioca e batatas, junto com pequenas criações domésticas de porcos e galinhas. O milho, quando era plantado, servia para alimentação dos animais”. [SAINT-HILAIRE, 1936, p.97].

O gado que precariamente abastecia aquela população provinha de Curitiba pela estrada das Três Barras, sendo abatido na própria ilha. Em 1797, segundo os livros de Vereanças da Câmara da Vila (1720/1846)³, devido à escassez de alimentos na vila, um arrematante responsabilizou-se em fornecer carne à população por três anos, obrigando-se também a trazer de “Curitiba gado gordo e bois capados” (FERREIRA, s/d, fl. 28, 1797). Já nessa época percebem a necessidade da matança do gado dar-se “em parte retirada, que não cause imundice à Villa, nem mau cheiro” (op. cit., fl. 29). Apesar

57

dessas recomendações, somente em 1827 fazem um matadouro público em local afastado do centro da vila, no largo do Saco.

Os problemas de abastecimento e alimentação no povoado parecem constantes e a questão do fornecimento da carne verde (a carne fresca, como hoje chamamos) será retomado em vários outros momentos, que podemos identificar nos referidos Livros de Vereança da Câmara.

Na verdade, toda a problemática em que se via envolvido o vilarejo com relação à alimentação está intrinsecamente vinculada à localização da região Sul e, especificamente, de São Francisco do Sul, dentro da economia colonial global. A economia dessa região não participava de forma direta da estrutura econômica tradicional, monocultora, escravista e exportadora. Não cabia, dentro da lógica desse sistema, estímulo ao desenvolvimento de qualquer tipo de produção mais lucrativa por parte do Poder Central. Com um papel subsidiário, à região Sul cabia dar apoio às investidas portuguesas na região platina, muitas vezes drenando os já escassos recursos alimentares (farinha de mandioca) e de homens para suas tropas, freqüentemente em guerras no Sul.

Ao que tudo indica, São Francisco do Sul serviu como porto secundário nesse “percurso da Prata”, fazendo trabalhos de reparo nos navios e servindo também para aguada.

Contribuindo materialmente para a constituição e especialização da frágil rede urbana de São Francisco, estavam os “trabalhadores ou artesãos de ofício”, sempre citados nos Livros de Vereança, desde o século XVIII, requerendo licenças à Câmara para “usarem de seus ofícios”. São eles sapateiros, alfaiates, ferreiros, padeiros, mas, principalmente, carpinteiros, que aparecem em número mais significativo, certamente devido aos trabalhos de reparo das embarcações a que nos referimos anteriormente.

Já Laguna, ao Sul no litoral catarinense, mais voltada para a ocupação do Rio Grande do Sul, com o passar do tempo foi-se constituindo nos moldes tradicionais de organização, com mão-de-obra escrava e fazendo parte do sistema de produção e exportação do charque para as regiões mineradoras e agrícolas do chamado então Norte brasileiro. Participava com isso, ainda que de forma também subsidiária, da estrutura econômica colonial de maneira mais direta.

São Francisco do Sul, ao contrário, segue história diferente, apesar da semelhança nas razões que levaram à fundação de ambas as cidades. Manteve-se em todo este período, até fins do século XIX, com uma economia de subsistência e escravaria muito reduzida, que participava do processo produtivo somente de forma “doméstica”.

Em 1725, tem-se notícia, através dos Livros de Vereança, do fornecimento de 200 alqueires de farinha, requeridos diretamente pelo Governador do Rio de Janeiro. Ao

povoado era também proibido comerciar com qualquer navio estrangeiro (segundo a coerência do monopólio português). Por outro lado, não possuíam aparato defensivo que lhes possibilitasse fazer frente aos navios não portugueses que ali ancorassem. É o que ocorre quando aporta, em 1726, um navio de nacionalidade francesa. No ano seguinte, o Coronel-Regente de São Paulo manda “tirar devassa do negócio” que fez o referido navio nessa vila.

“O povo, com relação à proibição feita em novembro de 1726, requereu à Câmara que não convinha fazer-se tal proibição, visto esta terra não ter defesa com que se pudesse defender de uma fortaleza, como era o navio francês que se achava aqui arribado, de quarenta peças”. (op. cit., fl. 7)

Em 1736, temos notícia de uma corveta portuguesa ter ali aportado, “a fim de carregar farinha para socorro e ração diária dos militares da praça da Colônia do Sacramento”. (op. cit., fl. 18/19). Segundo a mesma fonte, em 1798, a Câmara de São Francisco do Sul reclama ao Governador da Capitania de Santa Catarina, que cubra as despesas do fornecimento de farinha feito há três anos (1795), aos “Reais Armazéns de S. M.”, pois, até então, não havia sido pago.

A vila também se vê obrigada a fornecer recrutas para as campanhas do Sul, sendo cedidos os próprios lavradores. Por ordem dos governadores, por volta de 1821, criaram-se as

“fintas anuais em farinha-de-guerra para munição das tropas, acontecendo muitas vezes as ditas roças não darem aquele número de alqueires, lhês era necessário comprar para inteirar... e nunca receberam pagamento algum”. (op. cit., fl. 54)

Outro peso excessivo sobre essa população, sem ver retorno de seus esforços, eram os vários impostos cobrados, principalmente após 1808, com a chegada da Família Real ao Brasil, quando foram criados novos tributos, incidentes tanto nos produtos vindos por terra (congongas, erva-mate, etc.) quanto sobre os vindos por mar (molhados, panos de algodão, etc.).

No século XIX, por volta dos anos 20, já se sente um comércio mais intenso com o interior catarinense, além do antigo intercâmbio existente com Curitiba, feito pela sempre precária estrada das Três Barras. Nessa mesma direção, penetrando pelo rio das Três Barras, tem-se notícia, ainda em 1830, de um porto rio adentro - o porto de Cima ou porto das Três Barras. Por esse caminho chegariam os produtos do interior, sobre os

99

quais a Câmara tentaria manter o controle, para não perder o direito de tributação sobre as mercadorias. Será por essa via tradicional da região das Três Barras que, em fins do século XIX, se intensificará o intercâmbio entre o porto de São Francisco e seu *hinterland* catarinense.

Em meados do século XIX, o sistema escravista já caminhava para o auge de sua crise. As regiões monocultoras, voltadas para o mercado externo, utilizando-se de mão-de-obra escrava, diminuía suas possibilidades de lucro e agarravam-se à tentativa de manutenção desse sistema, que sustentavam e pelo qual eram sustentadas. Um processo de capitalização e racionalização da economia começa a engendrar-se. Muitos anos porém ainda se passariam até a abolição do regime escravocrata e muitas décadas mais para a constituição efetiva de uma mão-de-obra assalariada e a consolidação da estrutura econômica capitalista que hoje conhecemos.

A região catarinense não sofre diretamente os problemas da crise do sistema como um todo. Pelo contrário, como uma das medidas para sua solução, o Poder Central encampa um programa de imigração para a região, propiciando com isso o início da ocupação do interior catarinense, em regime de pequena propriedade e mão-de-obra livre. Aos poucos, vai-se constituindo um mercado interno que intensifica o comércio e a própria produção agrícola. São Francisco do Sul também se viu como sede desse movimento migratório europeu. Em 1842, estabelece-se na Planície do Saí um grupo de franceses seguidores das doutrinas socialistas de Charles Fourier, pretendendo ali fundar uma colônia industrial. Mas, apesar de já ter realizado vários empreendimentos, a colônia dissolve-se alguns anos depois.

Este processo de interiorização e mesmo de racionalização da produção requer de São Francisco do Sul exatamente aquilo que sempre teve a fornecer, a infra-estrutura portuária, que servirá, basicamente, ao escoamento da produção do interior norte-catarinense.

Para essa ligação de São Francisco com seu *hinterland*, nunca antes efetivada de forma intensa e regular, foram-se criando vias de comunicação. A produção desse interior visava a um mercado externo, como no caso da erva-mate (havia uma sede do Consulado chileno em São Francisco, existindo o prédio até hoje na rua da Praia), além dos produtos industrializados de Joinville, exportados principalmente para Montevideú, Buenos Aires e Valparaíso.

Em 1858, inicia-se a abertura da estrada D. Francisca, que, partindo do porto, atingirá o planalto 15 anos depois e virá a ser a principal via para escoamento da produção de mate e madeira do Norte catarinense e Sul do Paraná.

ESTUDOS DE TERRACOTINA

60

Já na virada do século importante infra-estrutura portuária começa a instalar-se, com ampliação e remodelação de seu porto. São construídos armazéns de estocagem, tendo como bons exemplos os Armazéns e Depósitos Hoepcke & Cia., concluídos em 1906, e existentes ainda hoje, apesar do mau estado de conservação.

A estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, com o ramal São Francisco do Sul-Porto União, é iniciada em 1905, fazendo parte também desse processo de integração. A vida econômica do município desloca-se definitivamente para a baía da Babitonga, o porto de São Francisco do Sul torna-se o entreposto do *hinterland* norte-catarinense e os remanescentes da agricultura passam a trabalhar na estiva. Em 1975, inicia-se um processo de especialização do porto como terminal graneleiro, instalando-se ali a Cia. Catarinense de Armazenamento (COCAR) e a CEVAL. As instalações portuárias são transferidas, localizando-se hoje bem próximas, mas fora do centro da cidade, nosso objeto de estudo mais específico. Apesar da transferência do porto, foi através dessa atividade que o núcleo histórico de São Francisco do Sul parece ter-se consolidado e dela a estrutura urbana conserva a marca até nossos dias.

Análise Urbana

Nossa análise se deterá no trecho delimitado pelos morros da Caixa d'Água e do Rádio e pela orla da baía de Babitonga, em cujo tecido urbano encontramos as referências que contam a história do assentamento mais do que os monumentos. Estes constituem o cenário, a parte da narrativa do documento urbano através do qual tem início a percepção de caráter sensível que antecede a compreensão da cidade. Dentre as referências do tecido, identificamos dois pontos significativos: a praça, com a respectiva igreja, onde anteriormente se localizavam também a Casa de Câmara e Cadeia e a rua da Praia. Os dois elementos espaciais, a praça e a rua litorânea, junto com a fonte d'água, determinam, durante a lenta construção da cidade, a forma geral que irá assumir o centro histórico de São Francisco do Sul e que se materializa com as ligações entre esses espaços e do conjunto com o interior da ilha (mapa 1).

A saída para o Norte (rua Fernandes Dias), balizada pelo morro do Hospício, segue direto da enseada ao ponto de estrangulamento entre o rio e o morro da Caixa d'Água, certamente o de mais fácil transposição mediante uma simples pinguela. A saída do Sul (rua Floriano Peixoto), extensão da rua da Praia, segue margeada pelo mar e o morro do Rádio até contorná-lo, quando se interioriza em caminhos que articularam o núcleo com as expansões semi-rurais, cujo modelo eram as chácaras, hoje obedecendo a uma especialização comercial de ocupação mais intensa. É natural pensarmos na confluência entre os dois morros, do Rádio e da Caixa d'Água, como possibilidade de

61

acesso direto ao interior da ilha. O caminho existente deve originar-se de primitiva trilha que o acidentado percurso relegou a condição secundária.

A ação antrópica, assim, através de modificações que se fazem necessárias na incorporação dos acidentes geográficos, submete a paisagem natural a um modelo próprio de projeto espacial, que propicia a atividade humana. O homem superpõe ao objeto natural sua representação material. O arbítrio da representação é apenas aparente, pois ela é consequência tanto das características do sítio como dos modelos disponíveis a que recorre o pioneiro em sua ação. O processo de intercâmbio com a natureza não condiciona apenas a forma pelo qual o sítio é transformado, ele já condicionava a escolha do próprio sítio.

Embora realizada de modo incipiente até o século XIX, a vocação portuária do sítio não só justifica a existência do núcleo e as transformações do suporte natural inerentes à sua existência, como determina também a eleição da orla como fator preponderante de ordenação. A rua da Praia, juntamente com a praça e os caminhos para o interior, que tangenciam o relevo envolvente, formam a estrutura-matriz, representação sincrônica de um projeto de habitat. Em razão da ausência de investimentos no assentamento, a estrutura adquire consistência pelo depósito residual das atividades desenvolvidas com a lentidão do cotidiano. É da interação entre a estrutura-matriz predeterminada e a contingência da vida material a ela superposta que se confirma ou retifica sua aptidão como quadro da vida material.

É sobre a diretriz da orla que emergem com maior clareza os vestígios da lenta construção do quadro de vida material em São Francisco. Os lotes, nesse trecho, desenvolvem-se ao longo da pequena enseada, fechando praticamente o vazio entre os morros. Possivelmente o pequeno volume de embarques e desembarques não exigiu, em contrapartida, qualquer grande espaço na orla.

Identificada a praia como geradora da ocupação, teremos, por gemação⁴, os lotes voltados para a praça. Os lotes, nesse trecho do tecido urbano, desenvolvem-se em torno de um eixo paralelo à praia, divisor dos dois elementos espaciais significativos (praia/prança). A ordenação dos lotes define a "direcionalidade" das quadras 1, 2 e 3 (mapa 2).

São quadras retangulares e homogêneas, quase que um único corpo, onde pequenas falhas do tecido originam os canais de comunicação entre as áreas de interesse (porto/igreja), não mais que estreitos becos.

Desses canais, um deles teve um desenvolvimento maior, a atual rua Luiz Gualberto, entre as quadras 2 e 3, onde se percebe uma segmentação dos lotes de esquina dando origem a novos lotes virados para a nova via. A um valor fundiário superior, como

62

decorrência da localização, corresponde uma tendência à fragmentação no sentido de atribuir a todos os lotes dimensões de testada equivalentes e bastante reduzidas.

Essa segmentação deve-se à peculiaridade de que essa é a via de acesso mais direto da praia para a igreja e para a antiga casa de Câmara. No lado da quadra 2, alguns edifícios têm o seu alinhamento recuado em relação ao dos outros, o que se deve, provavelmente, à renovação de antigas construções, subordinada a normas municipais de alinhamento de época mais recente. Mesmo indicando tratar-se de operação mais recente, a ocupação mantém as características do tecido original, uma vez que a tendência à fragmentação, devida ao valor de localização, prevalece sobre qualquer pressão no sentido de modificar o parcelamento: o processo original é suficientemente enraizado, inclusive para submeter as posturas à tradição de ocupação. As quadras seguintes, 4 e 5, já demonstram terem tido gestão diferenciada das anteriores.

São quadras que têm sua forma explicada pela necessidade de uma ligação direta entre a rua da Babilonga, em seu eixo mais densamente ocupado, e a fonte. A pequena enseada não se beneficiava somente da proteção dos morros, mas também por ser bem servida de água, fundamental para os navios que comerciavam na região.

“A água potável é excelente. Há em torno da Villa diversas fontes, mas a população se supre comumente do precioso líquido *na que fica mais perto*, feita sem arte e com a única preocupação de satisfazer a necessidade pública”. [SAINT-HILAIRE, 1936, fl. 85]. (grifo nosso)

A fonte situada no encontro das ruas Gal. Osório e Floriano Peixoto serve como polarizadora das atividades urbanas e definidora das quadras 4 e 5.

Essa necessidade orienta tanto a ordenação das construções surgidas ao longo da ligação com a fonte, quanto a direcionalidade das duas quadras. A quadra 4, ocupando uma localização mais periférica em relação à praia, tem sua compartimentação direcionada para a via de acesso à fonte e, em menor escala, para a comunicação mar/igreja. A quadra 5 surge de uma ocupação ao longo do eixo de acesso à fonte e, por gemação, de uma ocupação voltada para a praia. A forma triangular deriva da divergência entre o eixo da fonte e a margem da enseada.

Anômalo em relação às partes do tecido examinadas, o trecho correspondente às casas da rua Floriano Peixoto com fundos para o mar (mapa 3) desobedece às posturas coloniais:

“Não se construísem casas com quintais que chegassem até a praia a fim de

63

permitir uma posterior ocupação por uma rua, pois com isto a Villa ficará mais vistosa e mais fortificada por ocasião do inimigo”. [PEREIRA, s/d., fl. 12].

As construções parecem derivar de um primeiro processo de especialização da atividade portuária, cujo decurso fixou pequenos estaleiros e armazéns de fundo de quintal. Com a ulterior especialização e concentração de capital, a atividade deslocou-se, desativando-os.

À continuidade da atividade portuária correspondem consequências físicas relevantes no litoral. São feitos diversos aterros com a instalação de armazéns, do mercado e uma transformação em altura do frontispício edificado da cidade (fotos I e II). Com a especialização torna-se necessário novo parcelamento, verificável ao analisarmos a quadra 6, que tem sua ocupação intensificada nesse período. A média das dimensões frontais dos lotes dessa quadra é muito superior à média verificada nas outras quadras da Babitonga, sensivelmente igual à média da cidade (quadro anexo). Não podemos afirmar ser essa a forma original de ocupação dessa área. Pelo quadro anexo vemos, entremeados aos grandes lotes, parcelamentos menores semelhantes às construções periféricas, provavelmente casas senhoriais como ainda temos alguns testemunhos na rua Floriano Peixoto (casa Göerenser), indícios tangíveis do processo de estratificação social no final do século XIX.

Posterior a essas intervenções, temos o grande aterro que une as casas da Floriano Peixoto com as proximidades do mercado. Ele rompe com a “natural” integração do frontispício da rua da Praia com o mar e recebe uma ocupação avulsa quanto à especificidade funcional da localização.

Expressão espacial do gesto quase simbólico de fundação, a praça desempenhou um papel menor do que o porto quanto à capacidade de polarizar a estruturação da vila. Por isso, o vigor dos elementos que organizou o espaço nas quadras da praia é menos evidente ao chegarmos na praça. Dentro do contexto marginal de São Francisco do Sul, compreendemos o pouco interesse da metrópole em criar um aparato administrativo que se refletisse especialmente, como nas cidades do Norte no mesmo período.

“Existe no centro da vila uma grande praça relvada, onde construíram a igreja paroquial, não tendo mais havido o cuidado de lhe darem uma esquadria de acordo com a praça”. [SAINT-HILAIRE, 1936, fls. 84 e 85].

O esquadro e qualquer intenção na definição desse espaço de modo premeditado, se fazia parte dos planos dos organizadores da vila, o tempo de materialização

ESTUDOS DE TOMBAMENTO

64

dessa ordem encarregou-se de deformar. A igreja sobressai por suas dimensões, sendo que a Casa de Câmara se mostrava acanhada em sua arquitetura e implantação.

Nossa grande incógnita é a quadra 7, que reduz o espaço do terreiro frontal à igreja e não se implanta direcionada a ela. Na realidade ela não apresenta qualquer direcionalidade definida, sendo sua forma atual resultado de intervenções recentes (fotos III e IV), que nos dariam uma configuração de acordo com o mapa 4, o que ainda a mantém como uma incógnita. O dente formado pelo trecho da quadra em direção ao campo lateral da igreja já não faria parte da intensificação comercial através do pequeno excedente de subsistência vindo do campo? Pelas fotos podemos verificar a ocupação do dente por construções de uso comercial. Pouco foi o material cartográfico antigo que nos pudesse esclarecer quanto à gênese da quadra. As duas plantas encontradas na Biblioteca Nacional, datadas de 1922 e 1924, levam-nos a descrever da veracidade das informações aí contidas, quando comparadas com o material fotográfico disponível e com a análise morfológica do tecido urbano.

A partir da praça, nossa tarefa se torna mais ingrata em razão da especificidade do objeto. Não existem direcionalidades claras e demonstram-se corpos ainda em gestação. Vale ressaltar as três quadras entre as ruas Fernando Dias, Fernando Machado e Reinaldo Tavares. Deveriam compor um único organismo, possivelmente de ocupação rarefeita, sendo intermediário entre o campo e a conformação urbana da praia, seccionado por trilhas de importância bastante reduzida, verificável pela pouca conexão da sua ocupação (mapa 5).

Nesse trecho são importantes os testemunhos, quer por sua implantação, quer por características arquitetônicas da estrutura-matriz do tecido. Além deles, verificamos na rua Fernandes Dias uma intenção recente de novo alinhamento, compatível com possíveis demandas de tráfego, que se teriam tornado obsoletas com a transferência do porto. Essas cirurgias, na forma em que se mantiveram, marcam as tentativas de adaptação do tecido às novas demandas. É importante nesse trecho do tecido, como em outros, o estudo mais amparado em fontes de informação (registros civis) que esclareçam as formas de parcelamento efetuadas.

Em São Francisco do Sul, onde não se tem a predominância da arquitetura de determinado período sobre outro, é norma a diversidade arquitetônica. A fragilidade da maquiagem arquitetônica deve informar a leitura do documento construído, para não induzir ao erro de aferir o período de construção de determinado edifício diretamente de seu aspecto formal. No entanto, a classificação do repertório estilístico serve para que se entenda o processo paralelo, embora mais rápido, de transformação dos códigos mais

64

visuais do que arquitetônicos de que o homem reveste, como uma roupagem, o corpo espacial do seu habitat.

As transformações desses códigos, que se processam segundo ciclos cujos períodos se abreviam, constituem o contraponto da lenta construção da cidade. Sem essa informação, o estudo ficaria incompleto, posto que são as variantes visuais imediatamente acessíveis que complementam a configuração dos espaços e diferenciam a percepção que deles se tem.

Temos uma arquitetura que configura bem o universo de “evolução cotidiana” em que se formou a cidade. A igreja-matriz, que se destaca por um volume proporcionalmente maior que o do resto do conjunto, é de extrema singeleza. Sua planta segue o partido de nave única, sendo bastante despojada de elementos decorativos em seu interior. Tem atualmente duas torres, sendo a segunda produto de intervenção recente, de mais ou menos 40 anos atrás. Apesar da simplicidade, demonstra a preocupação dos habitantes em construir uma grande igreja - “desde Itú eu não via uma igreja tão bella, vasta e clara, e solidamente construída”. (op. cit., fl. 85).

Prédio que possivelmente seria mais significativo é o da igreja e hospício anexo, erguido no topo do morro do Hospício. Só restaram fotos antigas de suas ruínas (foto V); o crescimento da vegetação do morro impede-nos de saber, pelas fotos atuais, o estado em que estão os seus vestígios. Através da necessária pesquisa arqueológica, deve-se conseguir o resgate de maiores informações, pois pertenceria a tipo mais importante de edificação religiosa, denotada pela preocupação de uma implantação que a destacasse do conjunto.

Os armazéns, que se distribuem por toda a orla da cidade, configuram um programa arquitetônico bastante característico em São Francisco do Sul. Todos mantêm uma arquitetura classicizante, mas sem a unidade estilística do neoclássico; seu volume e suas características marcam visualmente o frontispício edificado da cidade.

De resto, ressalvados alguns casarões da rua da Praia, temos uma arquitetura menor, com predomínio, em certos trechos, do ecletismo. A influência da imigração alemã em Joinville se faz presente nas grandes inclinações dos telhados de alguns sobrados, nos chalés, nas residências em madeira e em exemplares de arquitetura residencial de meados do nosso século, que contêm referências a um gosto nórdico.

Alguns sobrados de esquina aproveitam o oitão, mas não parecem que descendam das mesmas origens dos sobrados com oitão baianos. Os da Bahia caracterizam-se pela horizontalidade e pelo esmero na composição dos vãos, enquanto os de São Francisco do Sul são predominantemente verticais, parecendo descender dos chalés nórdicos.

66

A arquitetura de São Francisco do Sul merece estudo criterioso, a exemplo do realizado na Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro, para que se possa classificá-la e contribuir para um maior conhecimento do processo de produção da arquitetura brasileira.

Conclusão

A estrutura urbana da cidade deixa transparecer, na verdade, os dois momentos anteriormente descritos. Um primeiro, voltado para fora, parte da baía de Babitonga e tem a rua da Praia como eixo principal e seu porto como ponto de apoio a uma viagem mais longa até o Prata. Num segundo momento, a vida da cidade está intimamente vinculada ao seu *hinterland* e a tentativa de alcançar o porto é feita então por terra, quando são criadas a estrada de D. Francisca e a ferrovia. No terminal dessas vias de ligação com o interior, a cidade se configura mais caracteristicamente como pertencendo a um momento posterior - fins do século XIX.

Esses dois momentos formam um todo legível, que tem como ponto em comum o porto - exatamente o que percorre toda a história da cidade. É uma idéia de vida marítima, intrínseca aos habitantes, que perpassa a cultura local: seus prédios novos ou antigos, suas ruas; a certeza de, a cada passo, avistar a baía, a cada esquina que se dobra ver o mar num vazio entre os dois prédios, ou numa rua que dentro dele termina.

Não percebemos na cidade aqueles prédios que guardam em si as características de antiguidade e excepcionalidade que, até bem pouco tempo, a instituição vinha contemplando com o tombamento. Essas características conferem caráter monumental às construções, em razão de virtudes próprias às mesmas, distinguindo-as das outras, tradicionalmente chamadas de arquitetura menor.

Por outro lado, temos em São Francisco do Sul, no conjunto dessa arquitetura menor, grande diversidade de elementos. Essa falta de homogeneidade não é prejudicial à eleição de São Francisco do Sul como documento histórico a ser preservado; na verdade, ela se apresenta como instrumental necessário à análise, a exemplo do que foi dito anteriormente.

O sentido que damos à preservação do objeto analisado é o de possibilitar sua compreensão, vinculada a um aprofundamento do estudo capaz de fornecer os instrumentais para a seleção do material preservado. Mais que peculiaridades arquitetônicas, o cuidado com o frontispício da cidade deve estar presente nas intervenções futuras. Neste momento devemos ter em mente, também em função da referida diversidade de seus elementos arquitetônicos, tratamentos diferenciados, reportando-se sempre aquilo que os caracteriza enquanto elementos explicativos e esclarecedores da evolução

67

do processo antrópico de construção da cidade. Somente com o entendimento do tecido urbano, de sua evolução e seleção das permanências e rupturas, será possível instrumentalizarmo-nos para intervenções de conservação.

Vale ressaltar aqui que, além desses elementos arquitetônicos, os elementos geográficos transformados pelo homem são também definidores do processo de construção da cidade.

A conceituação por nós dada aos elementos geográficos, portanto, está para além da idéia de cenário verde à construção urbana; faz parte, principalmente, da apreensão cultural do território pelo colonizador. Essa é a razão fundamental para inclusão dos morros do Rádio, da Caixa d'Água e do Hospício em nossos estudos e em nossa proposta de tombamento e de delimitação.

* Texto da Informação nº 106/86, apresentada pelos autores em 21/07/86 à Diretoria de Tombamento e Conservação (DTC/SPHAN/Pró-Memória). Apensa ao processo de tombamento nº 1.163-T-85. (N. do E.)

Notas

1. "Os documentos que (Freud) lê pertencem à sua paisagem. Fazem parte do seu presente que é um presente não-analisado (...) Deste ponto-de-vista, o manuscrito (do século XVII) não lhe propõe outro problema além dos que lhe propõe qualquer outro fragmento de sua linguagem. Mas ele, precisamente, fará do manuscrito um documento histórico, de uma maneira que lhe é própria, e através de uma operação científica - a sua - que se estende também a este elemento de nossa cultura".

(...)

"Na verdade ele (o documento) se torna histórico a partir do momento em que é inserido numa problemática da história...". (CERTEAU, s/d, p. 185/186)

2. Vale lembrar que existe uma proposta de estudo mais amplo, abrangendo toda essa costa Sul brasileira, a ser desenvolvido juntamente com a 9ª e 10ª DRs, a fim de estabelecer critérios e diretrizes de atuação para a preservação desse conjunto histórico como um todo complexo, interligado e passível de leituras mais abrangentes e mais completas da atual realidade Sul brasileira.

ESTUDOS DE TOMBAMENTO

63

3. Esses livros foram compilados e resumidos por Carlos da Costa Pereira, historiador catarinense. É o seu trabalho, não publicado, que nos foi cedido pela Fundação Catarinense de Cultura, em cópia xerox. Não tivemos, portanto, acesso aos originais manuscritos.
4. “Gemação. (...) 1. Efeito de gemar. 2. *Biol. Ger.* Processo de divisão direta das células, pelo qual surgem, na superfície destas, protuberâncias que, após crescerem, acabam separando-se da célula-mãe e constituindo uma nova célula; formação de gemas”. (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, [1974] - p. 685.

Referências Bibliográficas

- ALCÂNTARA, Dora. Azulejos portugueses em São Luís do Maranhão. Rio de Janeiro: Fontana, 1980.
- BOITEUX, José Arthur (org.). Dicionário histórico e geográfico do estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Azevedo Irmãos. 2 v. 1915/1916.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. Notas para a história catarinense. Florianópolis: Typ. da Liv. Moderna, 1912.
- BUGAY, Eliane R.; SILVA, Andréa de S. M. Revitalização do sítio histórico de São Francisco do Sul. Trabalho apresentado pelas estudantes da FAU/UFSC sob orientação dos professores Nelson de C. Teixeira Netto e Marília Ruschel Teixeira Netto. Florianópolis: UFSC/Centro Tecnológico/Departamento de Arquitetura e Urbanismo, março de 1985.
- CERTEAU, Michel de. O que Freud fez da história. In: A escrita da história. [S.l.: s.n.: s.d.].
- COMPROMISSO da ilha de São Francisco do Sul. In: SIMPÓSIO - Subsídios para uma política de preservação do patrimônio catarinense; 15 e 16 jul. 1934.
- ENTRES, Godofredo. Guia do estado de Santa Catarina: chorografia e indicador. Florianópolis: Liv. Central de Alberto Entres, 1927.
- FERREIRA, Jurandyr Pires (org.). São Francisco do Sul - Santa Catarina. In: Enciclopédia dos municípios brasileiros, v.32. Rio de Janeiro: Adolpho Frejat/IBGE, 1959.
- FICHAS técnicas suplementares. Dados históricos e de evolução urbana da

69

- cidade de São Francisco do Sul/SC. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura (datilografada).
- FRANCO, Luiz Fernando. Tombamento do centro histórico de Laguna/SC - informação nº 107/84. In: Processo de Tombamento/Divisão de Registro e Documentação - DTC/SPHAN.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. A colônia do Sacramento e a expansão no extremo Sul. In: Brasil colonial. São Paulo: Difel, 1964. (Col. História Geral da Civilização Brasileira, tomo I, v.I).
- MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. O museu na cidade/A cidade no museu: para uma abordagem histórica dos museus da cidade. *Revista Brasileira de História* nº 8/9, v.5. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1985. p.197-205.
- PEREIRA, Carlos da Costa. História de São Francisco do Sul. Florianópolis: Ed. da UFSC; Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, 1984.
- _____. (org.). Notas para a história de São Francisco do Sul extraídas de alguns livros de vereanças da câmara da vila (1720-1846). Arquivo da Fundação Catarinense de Cultura. (fotocópia não publicada).
- ROSA, José Vieira da. Chorografia de Santa Catharina. Florianópolis: Typ. da Livraria Moderna, 1905.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à comarca de Curitiba (1820). São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1964. (Col. Brasileira, n. 315).
- _____. Viagem à província de Santa Catharina (1820). São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1936. (Col. Brasileira, n. 58).
- SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1974.

Iconografia

- BRASIL. Ministério da Marinha. Diretoria de Navegação. Rio São Francisco do Sul, Barra e Porto. De acordo com plantas levantadas pelo engenheiro Ripley e pela Inspectoria de Portos, Rios e Canais em 1922.
- CARTA réduite de la côte du Brésil comprise entre l'île Santa Catharina et le Cap. Frio. Paris, 1822.
- CARTE des terres appartenant a.S.a.R. Mgr. le Prince de Joinville dans la province de Ste. Catherine, Brésil. Paris: Imp. Beneteau, G. R. Antonio Dubois, [1880 ?].
- ESTADOS UNIDOS. Hydrographic Office South America East Coast. Coast of

Brazil entrance of the river São Francisco (do Sul)... 1862... Washington, 1873.

MAPPA Topographico do littoral entre as barras (...) (Estado do Paraná) e rio Itapocu (Estado de Santa Catarina). Extrahido dos mappas officiais. Rio de Janeiro, [1912 ?].

RODRIGUES, Roxo de. Réseau strategique international du Brésil... Rio de Janeiro, Lith. Roben, F^o e Cia., 1903. Inserto: Porto de São Francisco selon les documents officiels.

ROSA, José Vieira da. Carta do Estado de Santa Catarina e desenhada pelo... Carta Chorographica, [s.l.:s.n.], 1921. (planta especial da ilha e do porto de São Francisco).

Mapa 1



Mapa 2



Mapa 3

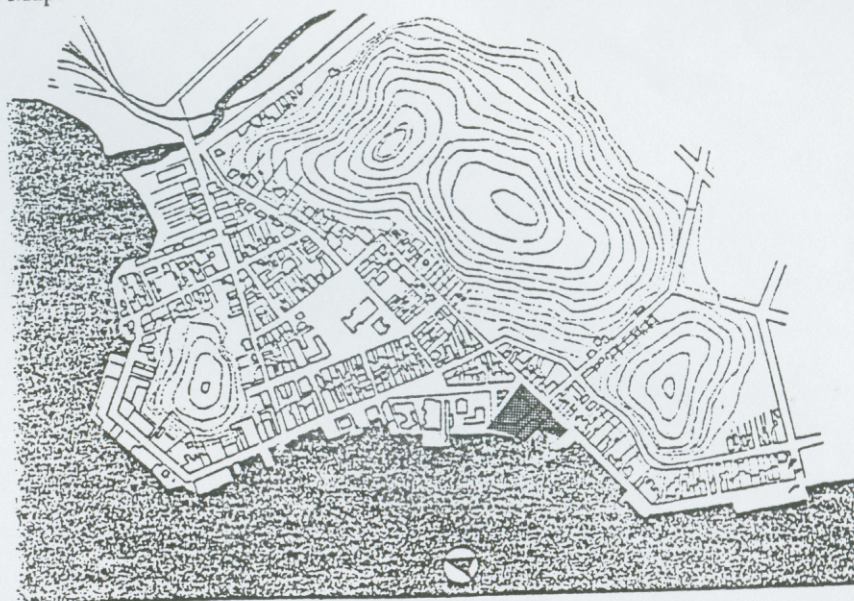


Foto I (Arquivo IPHAN)

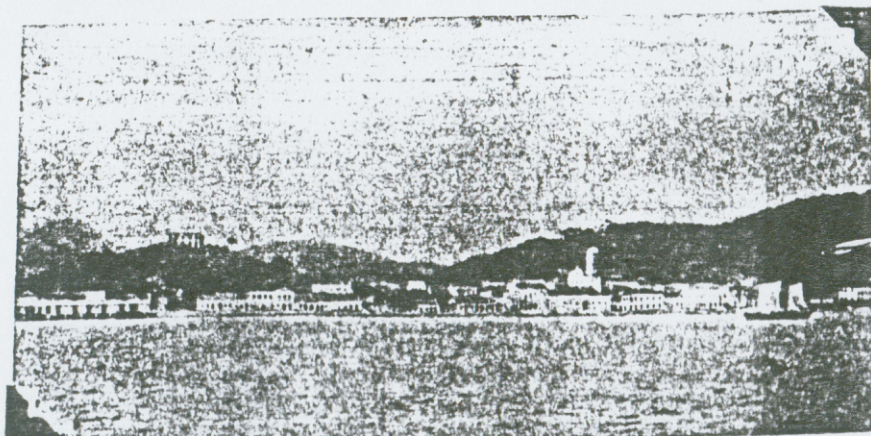


Foto II (Arquivo IPHAN)



QUADRO - DIMENSÃO FRONTAL DOS LOTES

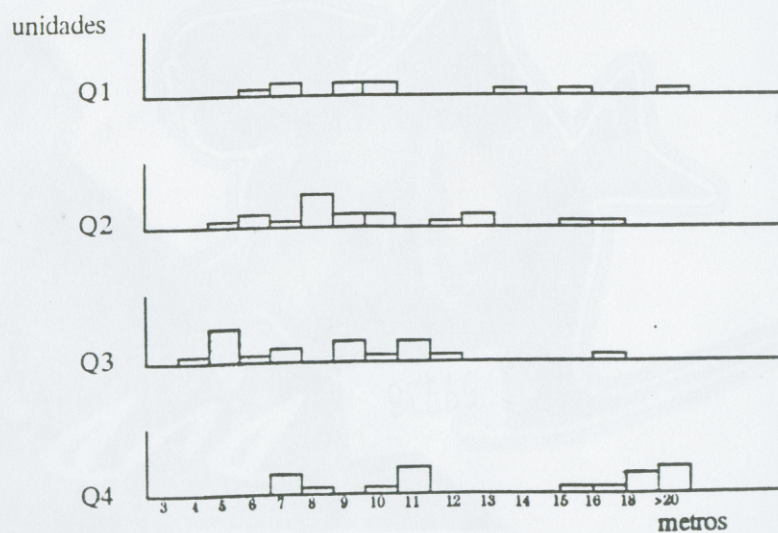


Foto III (Arquivo IPHAN)

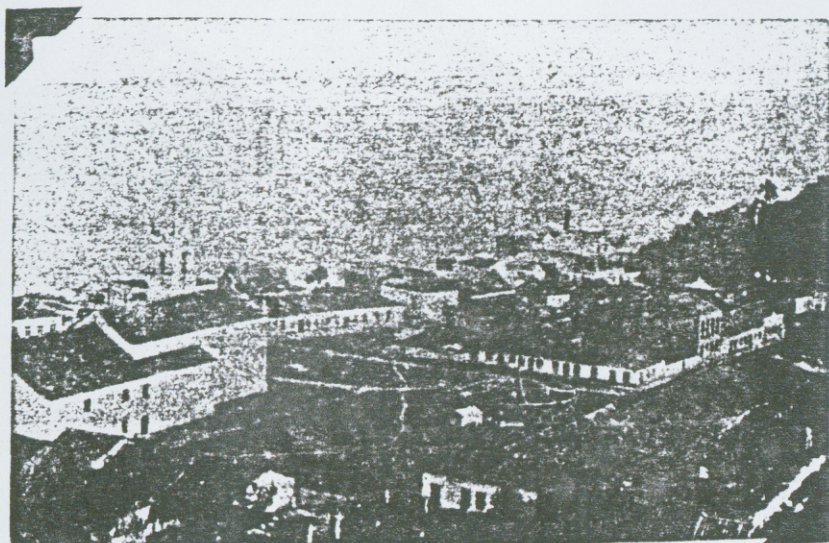
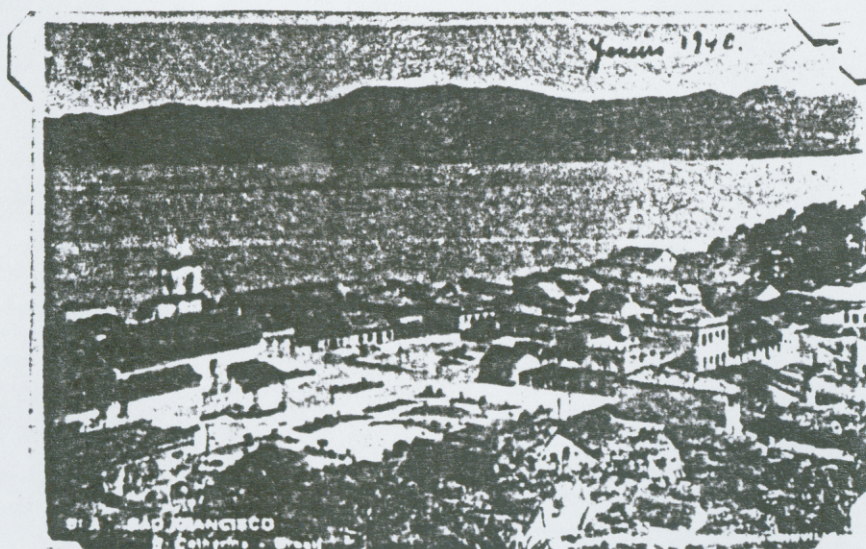
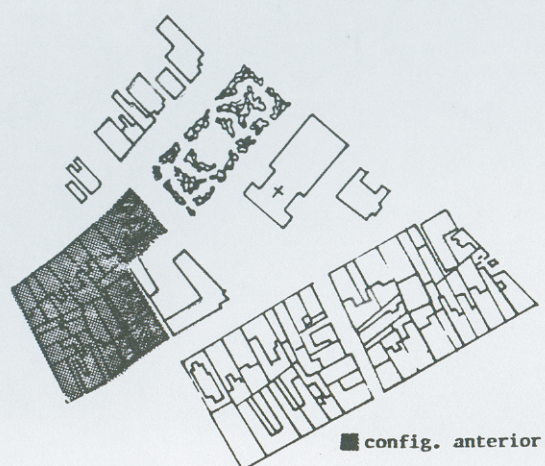


Foto IV (Arquivo IPHAN)



Mapa 4

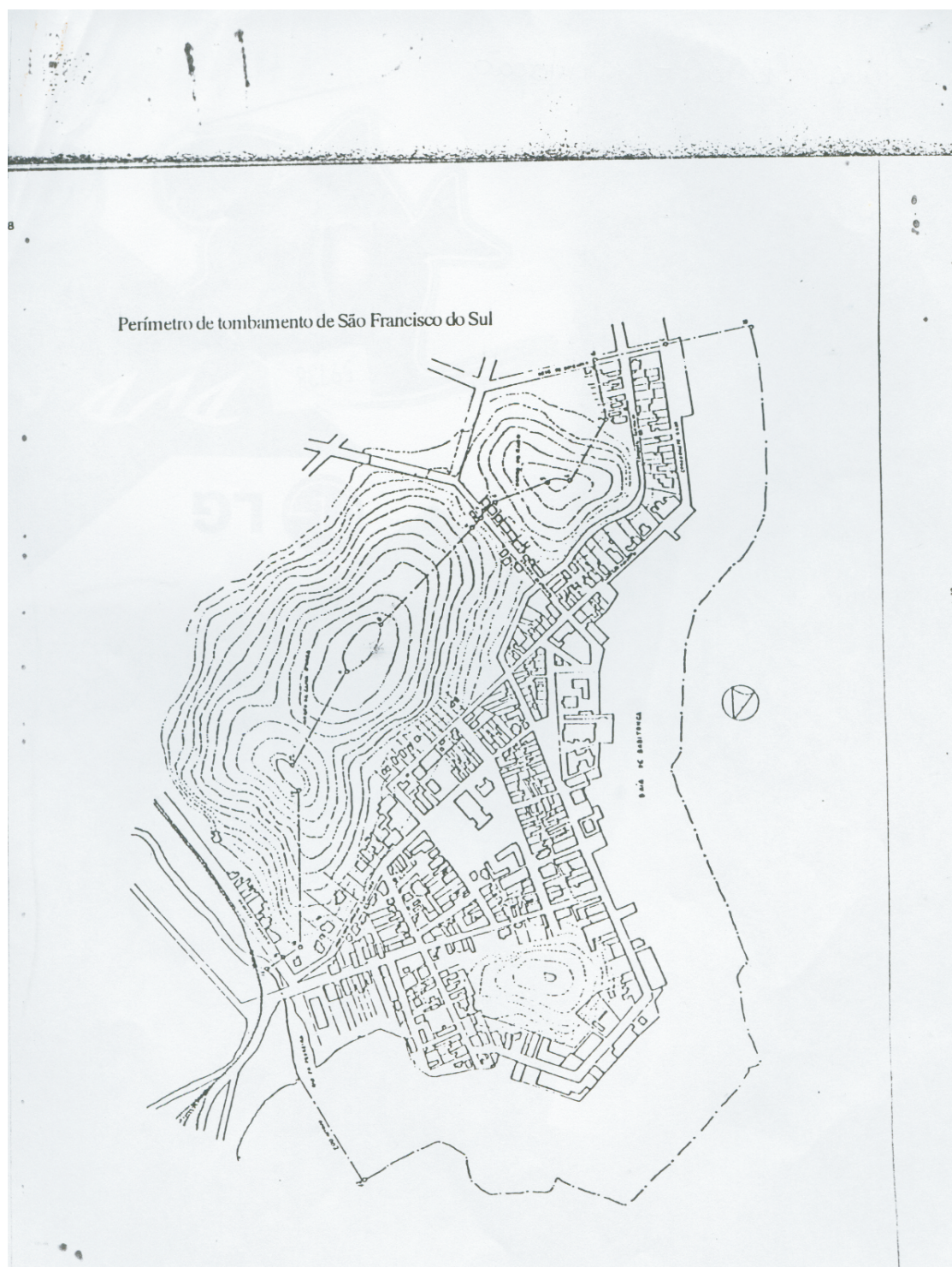


Mapa 5



Foto V (Arquivo IPHAN)





ANEXO B

Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural

[18 de agosto de 2007]

Apresentação

Nos dias 13 a 18 de agosto de 2007 realizou-se em Bagé, RS, o *Seminário Semana do Patrimônio – Cultura e Memória na Fronteira*. O evento foi organizado por:

Governo de Bagé;

Secretaria Municipal de Cultura de Bagé;

Ministério da Cultura – MinC;

Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN;

Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul – IPHAE;

Universidade Regional da Campanha – URCAMP;

Universidade Federal de Pelotas – UFPEL.

Abordou-se de forma pioneira uma nova questão, a paisagem cultural, em um painel que contou com a contribuição de diversos especialistas proferindo palestras sobre o tema.

Decidiu-se pela elaboração de uma Carta à qual se conferiu o nome da cidade gaúcha onde se realizou o vanguardista encontro. Esta Carta, denominada *Carta de Bagé* ou *Carta da Paisagem Cultural*, tem por objetivo a defesa das paisagens culturais em geral e, mais especificamente, do território dos Pampas e das paisagens culturais de fronteira.

Os Pampas acham-se ameaçados por novas formas de uso altamente predatórias. Esse ecossistema é responsável pela proteção dos mananciais do Aquífero Guarani, a maior reserva disponível para o futuro do planeta de água potável. A água doce é o bem mais precioso para o futuro da Humanidade. Dois terços de sua extensão encontram-se em território brasileiro. O reflorestamento proposto para quase todo esse território irá destruir também a rica biodiversidade e a identidade cultural dos Pampas. Biodiversidade e pluralismo cultural são os dois fatores mais importantes para a sobrevivência humana no planeta.

As fronteiras de países vizinhos com paisagens análogas apresentam manifestações culturais similares. Tais paisagens devem ser consideradas como pontos de união e não de separação de povos vizinhos e, portanto, irmãos. O exemplo do passado registrado em territórios como o das Missões deve ser preservado e valorizado de forma integrada com nossos vizinhos.

Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural

Artigo 1 – A definição de paisagem cultural brasileira fundamenta-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1980, segundo a qual o *patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as*

Artigo 2 – A paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todas os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais;

Artigo 2 – A paisagem cultural é um bem cultural, o mais amplo, completo e abrangente de todos, que pode apresentar todos os bens indicados pela Constituição, sendo o resultado de múltiplas e diferentes formas de apropriação, uso e transformação do homem sobre o meio natural.

Artigo 3 – A paisagem cultural é, por isto, objeto das mesmas operações de intervenção e preservação que recaem sobre todos os bens culturais. Operações como as de identificação, proteção, inventário, registro, documentação, manutenção, conservação, restauração, recuperação, renovação, revitalização, restituição, valorização, divulgação, administração, uso, planejamento e outros;

Artigo 4 – A preservação da paisagem cultural brasileira deve ser reconhecida mediante certificação concedida pelos órgãos de patrimônio cultural e aprovada por seus conselhos consultivos, de forma conjunta com outros órgãos públicos, organismos internacionais, organizações não governamentais e a sociedade civil, sob a forma de um termo de compromisso e de cooperação para gestão compartilhada de sítios de significado cultural;

Artigo 5 – Tal certificado deve ter valor de proteção legal, por incluir toda a legislação incidente sobre cada paisagem declarada como paisagem cultural e por envolver todos os órgãos públicos que sobre ela detenham responsabilidade e dos quais será exigido rigoroso cumprimento de suas atribuições;

Artigo 6 – Será implantado um sistema de avaliação da qualidade da paisagem que monitore todas as fases de modificação ou evolução da paisagem por meio de procedimentos, normas e critérios, assegurando que produtos não conformes aos requisitos especificados sejam impedidos de serem certificados;

Artigo 7 – Cada paisagem receberá um selo de chancela de sua qualidade, sendo designados órgãos responsáveis pelo patrimônio cultural que, conjuntamente com Prefeituras, Estados e a União, a depender de cada caso e as comunidades residentes em sua abrangência territorial, serão responsáveis por coordenar e controlar o sistema da qualidade, que deve ser documentado na forma de um manual e implementado, considerando as formas de uso e ocupação existentes;

Artigo 8 – Deverão ser adotados procedimentos para garantir assistência a usuários da paisagem como turistas e visitantes, bem como a assegurar às populações que nela existam de forma equilibrada, condições de sustentabilidade, oferecendo alternativas econômicas para novas ou tradicionais formas de utilização dos recursos econômicos e dos modos de produção;

Artigo 9 – Sem o cumprimento desses procedimentos, o certificado, emitido por um órgão de patrimônio cultural, poderá ser cancelado;

Artigo 10 – A paisagem cultural inclui, dentre outros, sítios de valor histórico, pré-histórico, étnico, geológico, paleontológico, científico, artístico, literário, mítico, esotérico, legendário, industrial, simbólico, pareidólico, turístico, econômico, religioso, de migração e de fronteira, bem como áreas contíguas, envoltórias ou associadas a um meio urbano;

Artigo 11 – A paisagem cultural deve contar com a participação deliberativa das comunidades residentes em sua abrangência territorial . Não deve discriminar espécies nativas ou exóticas usadas como matéria prima na formação cultural;

Artigo 12 – Um conselho local, constituído pelo órgão de patrimônio cultural e por representantes de órgãos públicos, organizações da sociedade civil, proprietários de terras e populações tradicionais residentes cuidará da paisagem cultural que deverá ser tratado e divulgada como exemplo de respeito à natureza, ao meio ambiente, à cultura, à obra do homem e aos seres humanos, incluindo nossos antepassados e nossos sucessores, induzindo a todos a uma nova postura de respeito e amor onímodo.